



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
CENTRO DE TECNOLOGIA
PROGRAMA DE MESTRADO ACADÊMICO EM GESTÃO LOGÍSTICA E
PESQUISA OPERACIONAL

MARCIANA DE LIMA SOARES

A PARTICIPAÇÃO DA MULHER NA MICROECONOMIA RURAL - ESTUDO
MULTICASO EM TAUÁ – CEARÁ

FORTALEZA

2014



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
CENTRO DE TECNOLOGIA
PROGRAMA DE MESTRADO ACADÊMICO EM GESTÃO LOGÍSTICA E
PESQUISA OPERACIONAL

A PARTICIPAÇÃO DA MULHER NA MICROECONOMIA RURAL - ESTUDO
MULTICASO EM TAUÁ – CEARÁ

Mestranda: Marciana de Lima Soares

Orientadora: Prof.^a Dra. Déa de Lima Vidal

Coorientadora: Prof.^a Dra. Marta Maria de Mendonça Bastos

Dissertação submetida ao Programa de Mestrado em Logística e Pesquisa Operacional da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Logística e Pesquisa Operacional.

Área de Concentração: Logística e Desenvolvimento Sustentável.

FORTALEZA

2014

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação

Universidade Federal do Ceará

Biblioteca de Pós Graduação em Engenharia

S655p

Soares, Marciana de Lima.

A Participação da mulher na microeconomia rural: estudo multicaso em Tauá – Ceará /
Marciana de Lima Soares. – 2014.

151 f. : il. color., enc. ; 30 cm.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Centro de Tecnologia, Programa de
Pós – Graduação em Logística e Pesquisa Operacional, Fortaleza, 2014.

Área de Concentração: Logística e Desenvolvimento Sustentável.

Orientação: Profa. Dra. Déa de Lima Vidal.

Coorientadora: Profa. Dra. Marta Maria de Mendonça Bastos.

1. Logística. 2. Agricultura familiar. 3. Clusters. I. Título.

CDD 658.78

**A PARTICIPAÇÃO DA MULHER NA MICROECONOMIA RURAL - ESTUDO
MULTICASO EM TAUÁ – CEARÁ**

Marciana de Lima Soares

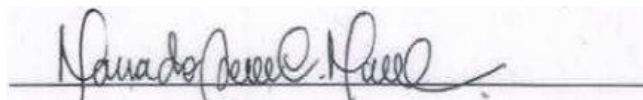
Dissertação submetida à Banca Examinadora do Programa de Mestrado Acadêmico em Logística e Pesquisa Operacional da Universidade Federal do Ceará como parte dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Logística e Pesquisa Operacional. Área de Concentração Logística e Desenvolvimento Sustentável.

Aprovada em: 24/07/2015

BANCA EXAMINADORA




Prof^ª. Dr^ª. Clébia Mardônia Freitas Silva (Examinadora externa)
Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira,
Instituto de Desenvolvimento Rural (IDR) (UNILAB)



Maria do Socorro Camelo Maciel (Examinadora externa)
Mestra em Educação
Coordenadoria Interina de Assuntos Estudantis
Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB)



Prof^ª. Dr^ª. Marta Maria de Mendonça Bastos (Coorientadora)
Universidade Federal do Ceará (UFC)



Prof^ª. Dr^ª. Déa de Lima Vidal (Orientadora)
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Ao Senhor Deus, minha família em especial ao meu esposo, pelo amor, compreensão e apoio durante essa jornada.

AGRADECIMENTOS

A conclusão de um Mestrado Acadêmico para muitos pode representar apenas uma etapa do processo de formação estudantil e profissional, mas para mim trata-se de uma grande e valorosa experiência vivida intensamente em cada uma de suas partes. O realizar desse sonho só é possível por ter, ao meu lado, a força e o apoio de pessoas especiais que intensificaram a minha fé e fizeram-me acreditar que seria possível.

A fé em Deus é tamanha, por isso, a Ele agradeço pela ousadia de enfrentar cada obstáculo e por, em cada amanhecer ter a certeza de que estou sempre sob sua proteção e graça. Acredito que por inúmeras vezes o que consegui realizar nesse trabalho foi por intermédio da inspiração dada por Ele.

Família para mim é algo sagrado, sou imensamente grata a Deus por cada um que faz parte da minha. Meus pais, mesmo com pouca instrução, me ensinaram as mais sábias lições. E nesse processo, orgulho-me em dizer que mesmo sem entender sobre minha tese, sempre tiveram interesse em me ouvir e apoiar. Meus irmãos, que sempre se orgulharam das minhas conquistas, e enfim agradeço especialmente ao meu esposo, o qual sempre apoiou e compreendeu a minha entrega aos estudos, respeitou e acompanhou as diversas noites que adentrei a madrugada em prol da minha pesquisa e acima de tudo por sempre valorizar a minha dedicação e perseverança.

À minha Professora e Orientadora Déa de Lima Vidal, exemplo da força da mulher e que durante essa jornada me ensinou muito mais do que imagina. Ser sua orientanda sempre foi uma honra, pois senti que conquistei uma amizade genuína dotada de integridade e respeito. Hoje, sei que a dedicação e compromisso aplicados ao que se escolhe fazer esmeram nosso caráter e lapidam o diamante que teremos como resultado do esforço.

O dia a dia no laboratório, as reuniões e encontros voltados especificamente à minha pesquisa me incentivaram por demais, pois posso afirmar que tive uma verdadeira orientadora. Acompanhou com riqueza de detalhes a minha evolução enquanto pesquisadora e, portanto, afirmo que a beleza desse trabalho é consequência de muita dedicação, esforço, perseverança, renúncias e foco de juntas fazermos a diferença em prol do reconhecimento do potencial da mulher nas mais diversas áreas de atuação.

De igual modo presto meus sinceros agradecimentos à Professora Marta Maria Barros de Mendonça, minha coorientadora, a qual sem sua colaboração meu trabalho não teria sua

importância e representatividade logística. Sua participação enriqueceu grandemente a proposta bem como possibilitou muito mais visibilidade ao trabalho feminino por uma ótica logística e operacional.

Agradeço aos meus colegas de mestrado, a troca de experiências, os estudos coletivos e momentos saudosos que compartilhamos. Ao meu colega de laboratório de pesquisa Daniel Paraguay, pois com seu jeito peculiar contribuiu para o sucesso desse trabalho. De igual modo, um especial agradecimento aos meus professores de cada disciplina cursada no GESLOG, os conhecimentos adquiridos somaram de forma exitosa na conclusão da pesquisa além de proporcionarem a expansão de minha visão enquanto estudante diante das inúmeras possibilidades do saber.

Ademais, agradeço às integrantes da banca examinadora, Prof.^a Clébia Mardônia Freitas Silva, Prof.^a Maria do Socorro Camelo Maciel e Prof.^a Marta Bastos pois prontamente atenderam ao convite e agregaram sua parcela de contribuição valorosa ao meu trabalho. Enfim, agradeço a todos que direta ou indiretamente colaboraram para concretização desse grande sonho.

“Da luta eu não fujo.”

Margarida Maria Alves

RESUMO

A PARTICIPAÇÃO DA MULHER NA MICROECONOMIA RURAL - ESTUDO MULTICASO EM TAUÁ – CEARÁ

A efetiva participação feminina na economia rural mesmo considerada junto aos inúmeros avanços apontados pelas estatísticas rurais oficiais, não foi ainda suficiente para seu reconhecimento como protagonista do desenvolvimento econômico nacional, regional e local. Essa pesquisa procura evidenciar por meio de estudo *in loco*, a força da mão de obra da mulher no setor da microeconomia rural. Para tal foram estudadas 96 Unidades de Produção Agrária Familiares (UPAFs) distribuídas entre 6 comunidades do Distrito do Baixo Trici (Município de Tauá), CE, a saber: Junco (n=22), Tapera (n=22), Lustal I (n=19), Lustal II (n=8), Tiassol (n=15) e Queimadas (n=10). O total de UPAFs existentes nessas comunidades ascende a 305, portanto, o presente estudo abrangeu 31,47% das UPAFs do distrito. Hipotetizaram-se as mulheres rurais como atuantes e relevantes para o desenvolvimento econômico do estado do Ceará, e em particular, para o município de Tauá. Assim, o principal objetivo foi caracterizar o trabalho das mulheres rurais no perfil microeconômico dessas UPAFs através de tipificação estatística associada às implicações micrologísticas. Foram utilizados dados originais de campo que geraram variáveis econômicas sobre as quais se aplicou estudo estatístico por meio das Análises de Componentes Principais e *Cluster*. Com os resultados obtidos, uma detalhada interpretação foi apresentada concatenando-se o perfil econômico da mulher à sua fundamentação histórica e perfazendo a gestão logística interna da real participação feminina na microeconomia rural. O agrupamento das UPAFs resultou em quatro grupos tipificados e qualificados de modo que o G1 foi considerado o grupo com maior índice de Unidade de Trabalho Familiar e Feminino com destaque da mão de obra da mulher na Produção de Pequenos Ruminantes e comercialização de seus derivados. O G2 caracterizou-se como o de maior número de UPAFs com produção inversa à produtividade total além da multifuncionalidade da mulher em aspectos produtivos. A maior área em distribuição de superfície útil foi a característica mais relevante apontada no G3 e consequentemente maior produção vegetal e trabalho feminino pouco evidenciado em grandes dimensões territoriais. Por fim, o G4 mostrou maior variedade produtiva e participação acentuada da mulher, representando múltiplas funções em parceria com a Unidade de Trabalho assalariada e destaque feminino nas atividades administrativas. Existem fortes indícios sobre a falta de reconhecimento e desvalorização dessa mão de obra em nível de Ceará, Brasil e de Mundo. Recomenda-se que sejam priorizadas ações pontuais em relação à

mulher, bem como a estrutura logística operacional em prol da otimização e qualificação do trabalho desempenhado por ela. Desse modo se faz necessária a intensificação das pesquisas mostrando a realidade feminina no âmbito rural e acentuando as inúmeras lutas e movimentos em prol da valorização da mulher e conseqüentemente melhoramentos agregados à Agricultura Familiar.

Palavras-chave: Mulher rural, Unidade de Produção Agrária Familiar, Agricultura Familiar, Análise de Componentes Principais, Cluster.

ABSTRACT**THE PARTICIPATION OF WOMEN IN RURAL MICROECONOMICS - MULTICASE STUDY IN TAUÁ - CEARÁ**

The effective participation of women in the rural economy even considered in conjunction with the numerous advances made by official rural statistics was not yet sufficient to its recognition as the protagonist of the national, regional and local economic development. This study seeks to highlight through study *in loco*, the strength of the labor of women in rural microeconomics. 96 Rural Households (UPAFs) distributed between 6 communities in the District of the Baixo Trici (Municipality of Taua), CE, namely: Junco (n= 22), Tapera (n= 22), Lustal I (n= 19), Lustal II (n= 8), Tiassol (n= 15) and Queimadas (n= 10) were studied. The total of UPAFs existing in these communities amounts to 305, therefore, the present study covered 31,47% of districts'UPAFs. The initial hypothesis was that rural women as active and relevant to the economic development of the state of Ceará, and in particular, to the municipality of Taua. Thus, the main purpose was to characterize the work profile of rural women of these UPAFs through the statistical typification associated to micrologistics implications. Original data field that generated economic variables were used on which applied statistical study by means of the Principal Components Analysis (ACP) and Cluster was made. With the obtained results, a detailed interpretation was presented attaching the economic profile of the woman in her historical reasoning and totaling the logistical management of internal real female participation in rural microeconomics. The grouping of UPAFs resulted in four groups as typified and qualified so that the G1 was considered to be the group with the highest rate of Familiar Work Unit and female with emphasis on the labor of the woman in the Production of Small Ruminants and marketing of its derivatives. The G2 was characterized as the largest number of UPAFs with reverse production in relation to total productivity. In addition, in this group the multifunctionality of the woman in productive aspects is relevant. The largest useful area was the strong characteristic pointed to the G3 and consequently greater plant production and female work little evidenced in large territorial dimensions. Finally the G4 with a greater variety and productive participation of the woman representing multiple functions: in partnership with the Work Unit employed and highlight in administrative activities. There are strong indications about the lack of recognition and devaluation of woman labor at the level of Ceará, Brazil and the World. It is recommended that punctual actions were prioritized in relation to the rural woman, as well as the logistic operational structure in favor of optimizing and qualification of the work performed by her. In

this way it is necessary to intensify the research showing the female reality within rural environment and accentuating the many struggles and movements in favor of the woman's appreciation and consequently improvements aggregated to Family Farming.

Keywords: Rural Woman, Production Unit Agrarian Family, Family Farming, Principal Components Analysis, Cluster.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Estrutura de pesquisa. _____	6
Figura 2 – Estrutura Sistêmica do Planejamento Logístico. _____	40
Figura 3: Esquema de Formação de Grupos segundo Análise Cluster. _____	81
Figura 4: Dendograma de interpolação entre os grupos _____	81
Figura 5: Representação esquemática da participação da mulher frente às maiores expressividades territoriais. _____	100

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Distribuição de Unidades de Produção Agrária Familiares UPAFs – Números Absolutos e Percentuais. _____	54
Tabela 2: Distribuição de amostragem das mulheres rurais sob estudo, de acordo com as comunidades. _____	55
Tabela 3: Porcentagem por faixa etária dos titulares de famílias nas UPAFs. _____	67
Tabela 4: Medidas de dimensionamento nas UPAFs em média. _____	71
Tabela 5: Idade média das mulheres rurais por comunidades. _____	72
Tabela 6: Variáveis escolhidas para serem utilizadas na Matriz de Correlações da ACP. ____	74
Tabela 7: Contribuição das diferentes variáveis econômicas aos quatro primeiros fatores. _	77
Tabela 8: Variáveis quantitativas básicas e complementares relativas à Disponibilidade de Trabalho absoluta e relativa de acordo com os grupos tipificados. _____	91
Tabela 9: Distribuição setorial da força de trabalho por sexo e região no mundo em 1950 e 1990. _____	93
Tabela 10: Distribuição de Superfícies de acordo com os grupos tipificados. _____	98
Tabela 11: Produções em valores absolutos de acordo com os grupos tipificados. _____	102
Tabela 12: Orientação Produtiva e Reemprego e Autoconsumo de acordo com os grupos tipificados. _____	103
Tabela 13: Valores econômicos globais e rentabilidades da terra e do fator trabalho de acordo com os grupos tipificados. _____	106
Tabela 14: Composição de Gastos de acordo com os grupos tipificados. _____	107
Tabela 15: Intensificação do Capital de acordo com os grupos tipificados. _____	108
Tabela 16: Produtividade e Rentabilidade do Trabalho Feminino de acordo com os grupos tipificados. _____	109
Tabela 17: Fase Familiar e Contribuição Masculina nas atividades domésticas das UPAFs de acordo com os grupos tipificados. _____	1165
Tabela 18: Espectro dominante do fator trabalho quanto à atividade produtiva realizada de acordo com os grupos tipificados. _____	117

Tabela 19: Participação feminina com responsabilidades de manejo com aves, suínos e hortapomar de acordo com os grupos tipificados. _____	120
Tabela 20: Divisão do trabalho, por membro, da família voltada para atividades rurais em São João, PR. _____	121
Tabela 21: Jornada de trabalho na atividade leiteira – São João, PR. _____	121
Tabela 22: Atividades diárias de mulher e homem em comunidades rurais em Moçambique. _____	123
Tabela 23: Espectro dominante dos alimentos que retornam à família como autoconsumo e reemprego de acordo com os grupos tipificados. _____	125

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Plano cartesiano em três dimensões. _____	64
Gráfico 2: Distribuição Proporcional da População segundo a Faixa de Idade no Nordeste Brasileiro – Censo 2000 - 2010. _____	68
Gráfico 3: Pirâmide Etária do Nordeste. Composição da População Urbana e Rural segundo o Sexo por Faixa de Idade. _____	73
Gráfico 4: Projeção espacial dos três primeiros Fatores. _____	83
Gráfico 5: Empregos segundo sexo na agricultura: Brasil - 1988 a 2002. _____	94
Gráfico 6: Composição do Rendimento Total dos agricultores da Rede – Safras (2004/05 e 2005/06). _____	105
Gráfico 7: Produtos cultivados pelas famílias entrevistadas. Comunidade Rancharia, Campo Alegre de Goiás (GO) – 2011. _____	110

LISTA DE MAPAS

Mapa 1: Proporção de Pessoas com 60 anos ou Mais de Idade, por Município – Nordeste Brasileiro, (Censo 2000- 2010). _____	69
Mapa 2: Localização do Baixo Trici – Município de Tauá, Ceará. _____	69

LISTA DE SIGLAS

ACP – Análise de Componentes Principais

AGRECO - Associação dos Agricultores Ecológicos das Encostas da Serra Geral

FAO - *Food and Agriculture Organization*

FETRAECE - Federação dos Trabalhadores da Agricultura do Estado do Ceará

FIPE – Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas

GEF caatinga - Projeto Conservação e Uso Sustentável da Caatinga

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IBRD - *International Bank for Reconstruction and Development*

IDH – Índice de Desenvolvimento Humano

INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

IPECE - Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará

MDA - Ministério de Desenvolvimento Agrário

MST - Movimento dos Trabalhadores Sem Terra

NEAD – Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural

OIT – Organização Internacional do Trabalho.

ONU – Organização das Nações Unidas

PAA - Programa de Aquisição de Alimentos

PIB – Produto Interno Bruto

PROAGRO MAIS - Seguro da Agricultura Familiar

PRONAF - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

PNAD - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios

PROGER - Programa de Geração de Emprego e Renda Rural

PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

SPM - Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres

UPAF – Unidade de Produção Agrária Familiar

SUMÁRIO

LISTA DE FIGURAS	xiii
LISTA DE TABELAS	xiv
LISTA DE GRÁFICOS	xvi
LISTA DE MAPAS	xvii
LISTA DE SIGLAS	xviii
CAPÍTULO 1: INTRODUÇÃO GERAL	1
1.1 Problemática e Problema de Pesquisa	3
1.1.2 Problema de Pesquisa	4
1.2 Questões Derivadas	4
1.2.1 Teóricas	4
1.2.2 Práticas	5
1.3 Objetivos de Pesquisa	5
1.3.1 Objetivo Geral	5
1.3.2 Objetivos Específicos	5
1.4 – Procedimentos Metodológicos	7
1.4.1 – Fundamentação Teórica e Prática	7
1.4.2 - Etapas da Pesquisa	7
1.4.3 Estrutura da Pesquisa	8
PARTE II	10
CAPÍTULO 2: AGRICULTURA FAMILIAR – BASE CONCEITUAL	11
2.1 Base conceitual para definição da Agricultura Familiar	11
2.1.1 Compreensão de campesinato	14
2.1.2 Definição enfática do termo Agricultura Familiar	17
2.1.3 Agricultor e agricultora familiar como agentes transformadores do contexto social	18
2.2 Contexto da Agricultura Familiar (Brasil, Nordeste e Ceará)	20
2.2.1 Agricultura Familiar e desenvolvimento sustentável	20
2.2.2 Agricultura Familiar e sua abrangência nacional	22
2.2.3 Agricultura Familiar no Nordeste	24

2.2.4 Agricultura Familiar no Ceará _____	25
CAPÍTULO 3: O TRABALHO FEMININO RURAL – UM PESO INVISÍVEL? __	27
3.1 Invisibilidade do trabalho da mulher _____	27
3.1.1 Início das lutas em prol do reconhecimento do trabalho feminino _____	28
3.1.2 Participação feminina na formação social e política dos membros da família _	31
3.1.3 Efetiva participação da mulher na produção rural _____	35
CAPÍTULO 4: LOGÍSTICA VOLTADA À GESTÃO DE EMPREENDIMENTOS	
RURAIS DE BASE ECONÔMICA FAMILIAR _____	36
4.1 Conceito de logística junto à proposta de desenvolvimento _____	36
4.2 Planejamento Logístico _____	39
4.2.1 Planejamento logístico como ferramenta de gestão produtiva _____	39
4.2.2 Logística na Agricultura Familiar (Diagnóstico) _____	41
4.3 Gestão da Cadeia de Suprimentos _____	43
4.3.1 Aspectos gerais da cadeia de suprimentos _____	43
4.4 Canais de distribuição da Agricultura Familiar para a comercialização dos seus produtos _____	46
4.5 Logística voltada à gestão de ações produtivas de base econômica familiar _____	48
PARTE II _____	50
CAPÍTULO 5: METODOLOGIA e ESTUDO MULTICASO _____	51
5.1 Divisão Sexual do Trabalho _____	51
5.2 Fontes de informações utilizadas _____	52
5.2.1 Delimitação geográfica, climatológica e contexto econômico geral do município _____	52
5.2.2 Fontes estatísticas _____	53
5.2.3 Informações sobre as comunidades onde se localizam as Unidades de Produção Agrária Familiares (UPAFs) _____	53
5.3 Amostragem das Unidades de Produção Agrária Familiares como multicaso _____	54
5.4 Metodologia das Análises Estatísticas Simples e Multivariadas _____	56
5.5 Análise Fatorial de Componentes Principais (ACP) _____	57
5.5.1 Determinação do número de fatores a serem extraídos _____	58
5.5.2 Descrição e nomeação dos fatores _____	58
5.5.3 Fatoração e rotação _____	59
5.5.4 Fundamentos práticos _____	59

5.6 Análise de Classificação Hierárquica (Análise Cluster)	61
5.6.1 Distinção entre as várias medidas de distância	62
5.6.2 Fundamentos práticos	63
5.7 Interpretação matemática das análises	64
CAPÍTULO 6: RESULTADOS E DISCUSSÃO	65
6.1 Estrutura	65
6.2 Características Gerais	67
6.3 Interpretação da Análise Fatorial através da Análise de Componentes Principais	74
6.4 Implicação interpretativa por meio da Análise Cluster	80
6.5 Caracterização dos grupos	84
6.6 A Resistência Produtiva da Mulher no Período da Seca	90
PARTE III	130
CAPÍTULO 7: CONSIDERAÇÕES FINAIS	131
7.1 Principais conclusões e aspectos relevantes	131
7.2 Sugestões ao modo produtivo da mulher rural	133
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	134

CAPÍTULO 1: INTRODUÇÃO GERAL

Sinteticamente esse trabalho abordará a questão de pesquisa contextualizada a seguir em uma problemática conceitual, política e social de desigualdade de gênero, a partir da qual se apresentará a questão principal por meio do objetivo geral e os específicos caracterizando assim o foco da pesquisa. A metodologia e estudo multicaso apresentam-se na seção seguinte, precedidos do referencial teórico. Por fim, a estrutura da dissertação e a indicação dos resultados esperados da proposta em estudo serão colocadas em desenvolvimento.

O trabalho humano, em todas as esferas, da forma como se tem hoje é fruto de intensas transformações das relações sociais, políticas e econômicas pelas quais passou a civilização desde tempos imemoriais. Estas transformações foram de tal importância que trouxeram para a análise do trabalho a necessidade de se reconhecer todos os agentes atuantes, bem como os meios de produção utilizados, as relações de poder, a ocupação do espaço e as desigualdades geradas ao longo do processo evolutivo.

O ser humano como utilizador do meio, tem adequado há milênios o espaço rural à suas práticas, e como consequência, contemporaneamente o mundo rural não é mais um espaço isolado sobre o qual se desenvolve um conjunto de atividades agropecuárias. Caminha-se em direção a uma sociedade de forte complementaridade, entre o urbano e o rural, na qual caberia ao último, novos papéis que vão além da oferta de alimentos e matérias-primas expandindo-se ao reconhecimento de gênero e mais especificamente à diversidade e potencialidade do trabalho feminino como protagonista na produção de diferentes produtos. A mulher passa a ser considerada agente não apenas em potencial na economia rural, mas como protagonista político-econômica.

Parece que as contribuições de trabalhos que demonstrem a efetiva participação da mulher rural, ampliam o debate sobre esse setor na sociedade brasileira e enriquecem a análise das relações de gênero com a inclusão de outras vozes, questões e temáticas. Segundo Scoot e Cordeiro (2006) a ação coletiva das mulheres agricultoras foi, sem dúvida, uma das grandes novidades cujo marco foi o cenário político a partir da década de 80. Em vários locais do país, no início daqueles anos, pequenos grupos de mulheres passaram a se reunir para conversar sobre as suas vidas e o trabalho, as lutas que alcançaram uma maior visibilidade política ocorreram em torno de quatro eixos: reconhecimento do trabalho na agricultura e nos sistemas agroextrativistas; direito à terra e pela reforma agrária; acesso aos benefícios da Previdência

Social, além da participação das mulheres na estrutura sindical, seja como associadas a sindicatos, seja como diretoras daqueles e de federações.

Logo, este trabalho adentra em um fértil campo de pesquisa, por buscar explicitar a visibilidade da mulher no ambiente produtivo da economia rural. Apóia-se, portanto, nas evidências do IBGE ao apontar que a partir de 2006 o fortalecimento do desenvolvimento nacional foi fortemente oriundo de atividades femininas, que representavam mais de 47% da população rural. No entanto, nas regiões Norte e Nordeste mais especificamente, poucos trabalhos demonstram a relevância da mulher como atuante e necessária na lógica microeconômica local.

O Censo Agropecuário de 2006 registrou 12,3 milhões de pessoas vinculadas à Agricultura Familiar (74,4% do pessoal ocupado) no país, e apenas 4,2 milhões de pessoas na agricultura patronal, correspondendo a 25,6% dessa mão de obra. Entre as pessoas da agricultura familiar, a maioria eram homens, mas o número de mulheres ocupadas também se manifestou expressivo: 4,1 milhões de mulheres (um terço dos ocupados) e em média, um estabelecimento familiar possuía 1,75 homem e 0,86 mulher, ocupados de 14 anos ou mais (IBGE, 2006).

Apesar do crescimento na conscientização da questão de gênero no Brasil e no Mundo, dados sistematizados sobre trabalhos realizados sobre mulheres rurais e sua contribuição para o desenvolvimento da economia local são escassos. Ademais, esses rareados trabalhos permanecem longe da gestão das políticas públicas no Nordeste do Brasil e particularmente no Estado do Ceará. Nesse último, para o Município de Tauá - Região dos Inhamuns (IBGE, 2008) e que inclui a zona de estudo, conhecem-se apenas os dados quantitativos municipais da população de mulheres rurais aptas a realizar trabalhos agropecuários que é de 12.527, representando 45,76% do total da população estimada em toda área rural municipal. Aproximações à dinâmica do trabalho rural feminino em unidades familiares da Região dos Inhamuns, Ceará, não foram realizadas até o momento, constituindo-se, portanto em desafiante campo de pesquisa (VIDAL, 2011b).

A questão de gênero se dá, nas vivências do “ser mulher”, do “ser homem” e do “ser família” no contexto do cotidiano familiar e da sociedade. Assim alguns pontos são relevantes como: “família”, “provisão”, “chefia” e “papel social” numa perspectiva de gênero (D’ÁVILA, 2011).

No Censo de 2000 surge o conceito de “pessoa responsável pela família” para o homem ou para a mulher responsável pelo “domicílio particular permanente” ou que assim era considerado (a) pelos demais moradores (IBGE, 2001).

O modelo tradicional de família, com núcleo patriarcal homem/provedor e mulher/dona de casa, assenta-se em uma estrutura hierárquica que incorpora um conjunto de práticas e valores, baseados na dicotomia de papéis sexuais familiares, atribuídos separadamente ao homem e a mulher. À mulher caberia o desempenho de atividades relacionadas à expressão afetiva e de cuidados aos membros da família, ao espaço privado da casa como a realização dos afazeres domésticos, dentre outros. Ao homem caberia a vinculação com o espaço público através, dentre outras atividades, do emprego remunerado, o qual lhe favoreceria a provisão familiar. Essa realidade foi sendo “alterada” ao longo de décadas juntamente com as transformações relacionadas à inserção da mulher e outros membros da família no mercado de trabalho. A provisão familiar masculina única enfraqueceu e a manutenção da unidade doméstica passou a depender também da mulher como cônjuge ou, somente dela. Apesar disso, essa realidade parece ainda não ter atingido a sua genuína visibilidade, principalmente quando a mulher é a principal “provedora” ou “principal responsável pelo domicílio com a presença de cônjuge” (D’ÁVILA, 2011).

Assim, apesar da efetiva participação feminina na economia rural, e mesmo com inúmeros avanços apontados pelas estatísticas rurais oficiais, as mulheres ainda são pouco reconhecidas como protagonistas do desenvolvimento econômico local, justificando-se assim a necessidade dessa pesquisa para dar maior visibilidade à realidade feminina no âmbito econômico rural da família.

1.1 Problemática e Problema de Pesquisa

As relações patriarcais de dominação do homem sobre a mulher dão-se no âmbito privado, no local de reprodução, nas relações familiares e são de caráter autoritário. A ordem patriarcal origina-se no direito de gênero quanto ao critério de chefe do lar, no direito gerado baseado em uma sociedade dominadora dos homens sobre as mulheres ao longo de um processo histórico de desigualdade de gênero.

A análise sumária da situação de opressão da mulher rural é compreendida em duas esferas: no interior do modelo familiar e de trabalho doméstico organizado nos moldes camponeses, realizados no mundo privado; e, no mundo político, público e produtivo, onde se

invisibilizam as ações produtivas e políticas da mulher. Essas duas condições de opressão possuem o caráter relacional e precisam ser compreendidas e tratadas, conjuntamente, pelas mulheres rurais (ESMERALDO, 2008).

Muitas potencialidades econômicas rurais concentram-se na mão de obra feminina, seja como produtora específica daquele segmento produtivo ou como colaboradora do processo. Na Região Nordeste a questão do reconhecimento da mulher rural torna-se ainda mais crítica, pois, além do contexto histórico político e social, as potencialidades econômicas deste território brasileiro ainda foram pouco desenvolvidas (POMPONET, 2007).

Em nível de Ceará a realidade tende a ser a mesma a desvalorização do trabalho feminino, não só frente às estatísticas levantadas no processo produtivo, bem como na falta de remuneração em inúmeras ações realizadas pela mulher e que contribuem diretamente para o potencial econômico do estado. Essa pesquisa, portanto, procura evidenciar por meio de estudo *in loco*, através da realidade no município de Tauá, a força da mão de obra da mulher na microeconomia rural.

Neste contexto, o problema de pesquisa, ou seja, sua questão central gira em torno do questionamento:

1.1.2 Problema de Pesquisa

“Quais os fatores que impedem a validação da participação da mulher na economia rural familiar brasileira, considerando seu potencial produtivo e a promoção direta do desenvolvimento do Ceará, particularmente em Tauá?”

Para responder a estas questões, faz-se necessário atender as derivações abaixo colocadas:

1.2 Questões Derivadas

1.2.1 Teóricas

Que movimentos têm garantido a luta pelo reconhecimento da Agricultura Familiar e da mulher rural, principalmente em regiões como o Norte e o Nordeste, especificamente no Ceará e com reflexo direto em Tauá?

Quais os principais modelos de produção rural e suas limitações para as mulheres inseridas no campesinato?

Quais os principais entraves que impedem o desenvolvimento da Agricultura Familiar em regiões historicamente menos favorecidas?

1.2.2 Práticas

Como o planejamento logístico pode aperfeiçoar as práticas da Agricultura Familiar e beneficiar a participação produtiva da mulher?

Que resultados expressam diretamente a participação da mulher na microeconomia rural de Tauá – Ce?

Essas são as questões que incitaram a promoção desta pesquisa e que serão desenvolvidas ao longo da mesma.

1.3 Objetivos de Pesquisa

Partindo das questões explicitadas acima, foram colocados os objetivos geral e específicos, os quais se pretendeu atingir conforme o enunciado a seguir.

1.3.1 Objetivo Geral

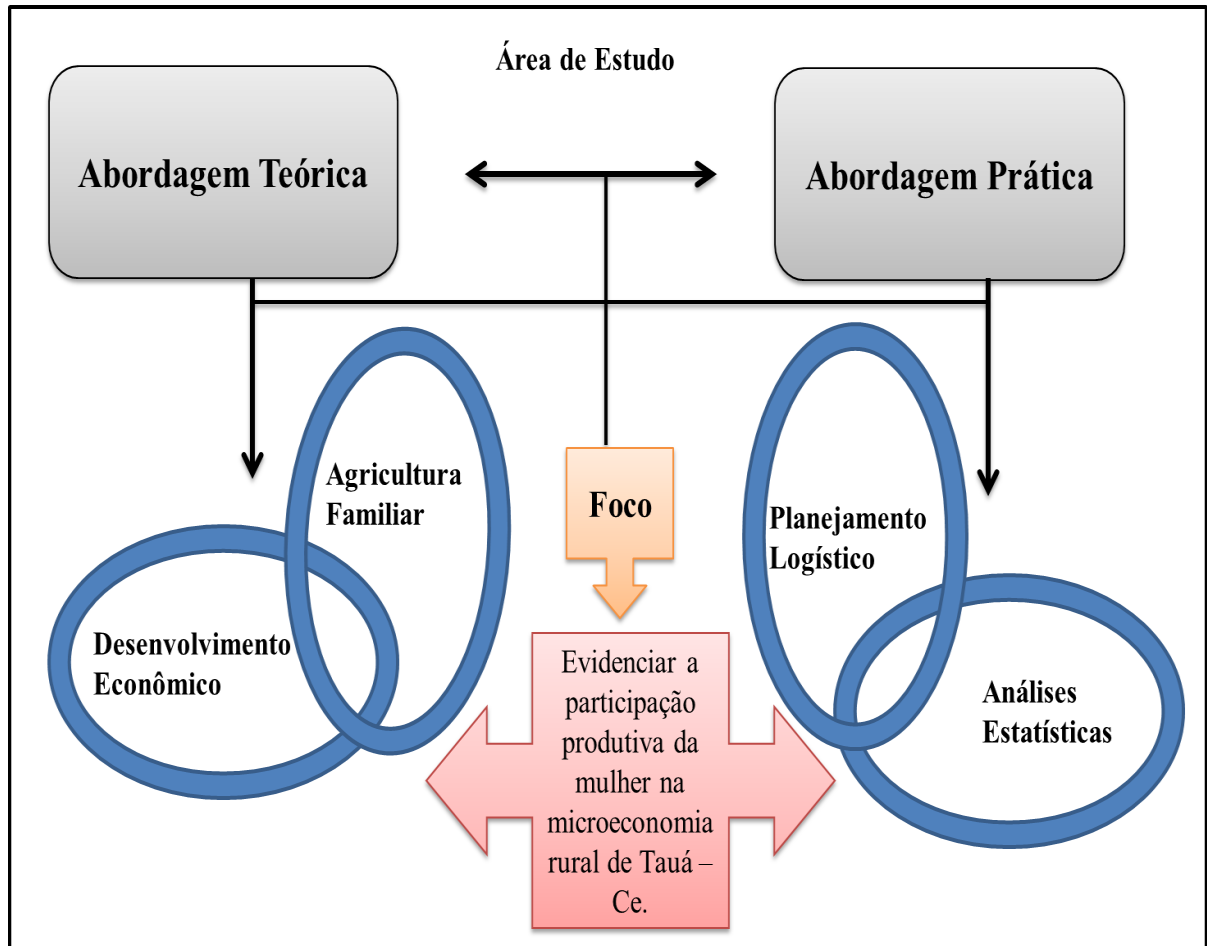
No presente trabalho objetiva-se caracterizar o trabalho da mulher rural, no perfil microeconômico de Unidade de Produção Agrária Familiar (UPAF), como atuante e relevante para o desenvolvimento econômico do estado do Ceará, em particular o município de Tauá.

1.3.2 Objetivos Específicos

- Atualizar o conceito da Agricultura Familiar em seu contexto histórico em nível de Brasil, Nordeste e Ceará;
- Verificar as possibilidades de aprimoramento do trabalho rural feminino através do planejamento logístico;
- Caracterizar o trabalho da mulher rural através de tipificação estatística associada às implicações micrologísticas;
- Verificar estatisticamente se o trabalho feminino é tão atuante e necessário quanto o dos demais membros da UPAF na Agricultura Familiar, apresentando sua hipotética relevância frente ao setor produtivo e microeconômico das comunidades estudadas.

A Figura 1 evidencia as abordagens, Teórica e Prática, de modo a vincular ao foco da pesquisa à área de intercessão entre os tópicos estudados.

Figura 1: Estrutura de pesquisa.



Fonte: Elaboração Própria, 2014.

- **Abordagem Teórica:** Apresenta-se em detalhado referencial teórico atrelando-o ao desenvolvimento econômico por meio do fortalecimento da Agricultura Familiar. Essa abordagem abrange no âmbito brasileiro, Nordeste e Ceará, bem como a figura da mulher rural no contexto histórico em sua evidência produtiva e todos os fatores que a tornam invisível nos modos produtivos da Unidade de Produção Agrária Familiar.
- **Abordagem Prática:** Sistematizar o planejamento logístico precedido do Diagnóstico Estratégico, afim de por meio da Logística, apresentar as viabilidades produtivas já realizadas pelas mulheres rurais, além do seu aprimoramento. Ademais, evidenciar a real participação feminina na economia rural por meio da aplicação de análises estatísticas ACP (Análise de Componentes Principais) e Cluster (Agrupamento).

1.4 – Procedimentos Metodológicos

1.4.1 – Fundamentação Teórica e Prática

A utilização de métodos e técnicas específicas de cada tipo de pesquisa é de grande relevância para a realização de um estudo, pois graças aos procedimentos metodológicos é que se torna possível viabilizar o processo de pesquisa, proporcionando a orientação necessária para a obtenção, análise e interpretação dos dados obtidos no decorrer do trabalho.

Segundo Oliveira (2007), os procedimentos metodológicos podem ser identificados quanto ao método de abordagem da pesquisa. O autor define como método científico o conjunto de procedimentos intelectuais e técnicos para se atingir o conhecimento.

1.4.2 - Etapas da Pesquisa

1ª etapa:

Definição do problema, questões e objetivos da pesquisa;

2ª etapa:

Construção do referencial teórico;

3ª etapa:

Detalhamento da metodologia a ser aplicada;

4ª etapa:

Aplicação das análises estatísticas e vinculação com eixo logístico;

5ª etapa:

Estudo Multicaso. Resultados e discussão.

6ª etapa:

Elaboração das conclusões e recomendações.

1.4.3 Estrutura da Pesquisa

Essa pesquisa encontra-se estruturada em quatro partes que abrangem referencial teórico e estudo multicaso. A primeira parte da pesquisa aborda o referencial teórico, composto por quatro capítulos, destinado às explicações gerais e específicas que regem o teor conceitual deste trabalho.

Na Parte I:

Capítulo 1: Introdução Geral, onde se encontra a contextualização do trabalho por meio de diretrizes como: importância, delimitação do tema, justificativa, o problema, os objetivos (geral e específicos teóricos e práticos), a metodologia utilizada e estrutura da pesquisa.

A Parte II compreende:

Capítulo 2: Levantamento histórico da Agricultura Familiar e sua relação com o campesinato além de sua importância no Brasil, Nordeste e Ceará. Levantamento de dados que configuram o esquema representativo da Agricultura Familiar e do papel da mulher rural no contexto econômico.

Capítulo 3: Apresentação dos aspectos políticos, sociais e econômicos que contribuem ou impedem a participação e evidência remunerativa da mão de obra feminina.

Capítulo 4: Diagnóstico e planejamento logístico em estrutura conceitual e vinculação de aplicação na Agricultura Familiar. Ademais, a sistematização da Cadeia de Suprimentos, incluindo os modos produtivos das UPAFs.

Na Parte III encontram-se os Capítulos 5 e 6.

Capítulo 5: Processo metodológico detalhado, explicação e aplicação das análises estatísticas. ACP (Análise de Componentes Principais) e Cluster (Análise de Agrupamento).

Capítulo 6: Estudo Multicaso – Caracterização da Participação Feminina nas UPAFs das comunidades do Baixo Trici – Tauá – Ceará. Apresentação dos resultados das análises, discussão e interpolação entre os grupos formados e com diversos autores nacionais e internacionais.

Por fim, a Parte IV é composta pelas Considerações Finais e Recomendações. Ademais, nessa Parte encontram-se as Referências Bibliográficas.

Capítulo 7: Destina-se às considerações finais e recomendações. Neste capítulo são apresentadas conclusões sobre os resultados obtidos de modo a compará-las aos objetivos propostos assim como apresentar recomendações para trabalhos futuros.

PARTE II

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA: BASE CONCEITUAL DA AGRICULTURA FAMILIAR, O TRABALHO FEMININO E LOGÍSTICA

A fundamentação teórica, necessária para o entendimento da problemática e desenvolvimento da pesquisa, é realizada no segundo, terceiro e quarto capítulos deste estudo. O segundo capítulo apresenta as bases conceituais para definição da Agricultura Familiar inclusive sua relação com o campesinato. Posteriormente, apresenta-se a evolução histórica da Agricultura Familiar e sua repercussão em nível de Brasil, Nordeste e Ceará, respaldando-se como componente dinâmico do desenvolvimento econômico em que se detecta diretamente a figura da mulher rural. O terceiro capítulo trata dos aspectos políticos, sociais e econômicos que contribuem ou impedem a participação e evidência remunerativa da mão de obra feminina no cenário microeconômico rural. No quarto capítulo, aponta-se o diagnóstico e planejamento logístico em estrutura conceitual e vinculação de aplicação na Agricultura Familiar. Ademais a sistematização da Cadeia de Suprimentos, incluindo os modos produtivos das UPAFs.

CAPÍTULO 2: AGRICULTURA FAMILIAR – BASE CONCEITUAL

2.1 Base conceitual para definição da Agricultura Familiar

A compreensão da agricultura sob o modo capitalista de produção continua em processo ininterrupto de redefinição, não pela falta de autores dispostos a debater e fortalecer os conceitos, mas porque os estudos apresentam diferentes pontos e visões, os quais devem ser cuidadosamente analisados e considerados. Assim sendo, ao longo dos anos, a temática tem despertado pontos convergentes e divergentes entre diversos autores e escolas de pensamento. Segundo Oliveira (2007) o estudo da agricultura sob o modo capitalista de produção tem-se caracterizado pelo debate político entre as correntes de pensamento que dedicam atenção especial ao campo.

O objetivo, portanto, é apresentar as distintas faces do assunto, com suas respectivas abordagens para então debatê-las e assim apresentar uma tendência para fundamentação teórica deste trabalho.

Oliveira (2007) defende que, a partir das concordâncias e discordâncias na interpretação do processo de generalização das relações de produção especificamente capitalistas (assalariamento) no interior da produção agropecuária, que gravitam sobre o desaparecimento completo da classe camponesa, há um conjunto de autores que seguem a teoria clássica leninista e outros se alocam à matriz de Chayanov (1923). A primeira teoria dar-se-á por dois caminhos:

i) Um seria produto da destruição do campesinato ou do pequeno produtor familiar de subsistência, através de um processo de diferenciação interna provocada pelas contradições típicas de sua inserção no mercado capitalista. Ou seja, o campesinato, ao produzir cada vez mais para o mercado tornar-se-ia vítima ou fruto desse processo, ficando sujeito às crises decorrentes das elevadas taxas de juros (para poder ter acesso à mecanização, por exemplo), e aos baixos preços que os produtos agrícolas alcançam no momento das colheitas fartas. Assim, muitas vezes a maior produção poderia ser sinônima de falência, em função da queda dos preços no mercado. No ponto de chegada desse processo de integração do campesinato ao mercado capitalista ter-se-ia a configuração de duas classes sociais distintas: o campesinato rico (já transformado), composto pelos pequenos capitalistas rurais, e o campesinato pobre (também já transformado), cujos componentes se tornariam trabalhadores assalariados, proletarizar-se-iam, portanto.

ii) O outro caminho seria dado pelo processo de modernização do latifúndio, via introdução na dinâmica produtiva de máquinas e insumos modernos, o que permitiria a esses latifúndios evoluir para empresas rurais capitalistas. Assim, os latifundiários tornar-se-iam capitalistas do campo.

De certo modo, os interesses dos camponeses ricos (pequenos capitalistas) e dos latifundiários (grandes capitalistas) estariam unificados, homogeneizados, e os camponeses pobres seriam transformados em trabalhadores assalariados a serviço do capital (industrial ou agrário). O modo de produção capitalista, apesar, de também entendido como contraditório, produziria a inevitável homogeneização com o decorrer de seu processo, supondo formação de um proletariado único num polo e uma classe burguesa noutra (OLIVEIRA, 2007).

Ainda de acordo com a primeira tendência, ou seja, baseada em Lenin, com o desenvolvimento do capitalismo, o campesinato tende a desaparecer, tornando o acesso à terra cada vez mais difícil para si, pois na medida em que o camponês se insere à lógica da produção capitalista, se subordina cada vez mais ao sistema, ficando refém da produção em escala – o que os camponeses não têm a seu favor – por consequência, *tecnificam* (modernizam) a produção para compensar essa limitação. Porém, para poder ter acesso a essa mecanização, hipotecam suas propriedades sujeitando-se às taxas de juros, através de financiamentos, os quais não conseguem pagar em razão das baixas dos preços dos produtos agrícolas em época de colheita farta, do aumento do custo da produção e a consequente baixa de sua rentabilidade, perdendo-a, portanto, com o decorrer do processo.

Silva *et al.*, (1983) entendem que esse processo, denominado de diferenciação interna (camponeses ricos ou pobres), é resultado das contradições inerentes ao modo capitalista de produção, determinado pelas formas de articulação da pequena produção familiar de subsistência com os setores do capital, que por sua vez, reflete, no final desse processo, o camponês sob uma forma modernizada (os camponeses ricos), e os camponeses pobres, expropriados de seus meios de produção, vendo-se obrigados a sujeitarem a sua força de trabalho ao capital, portanto, se proletarizando.

Os estudos de Vidal e Alencar (2009a) realizados mediante vasta pesquisa de campo expressam atenção aos paradigmas da questão agrária brasileira, sob o modo capitalista de produção em sua etapa monopolista, caracterizando-o pelos antagonismos políticos, e se baseiam em Chayanov que interpreta de forma distinta o processo de desenvolvimento do capitalismo no campo, pois o modo de produção capitalista é entendido como contraditório,

logo, em seu processo de reprodução, produzirá igualmente as suas incoerências, dentre elas o trabalho familiar camponês.

Referente à segunda tendência, ou seja, a baseada em Chayanov, a qual contrapõe as concepções que preconizam o fim do campesinato, Santos (1981) assinala que a reprodução ampliada do capital necessita de relações não-capitalistas de produção para se efetivar. Nesse sentido, a acumulação capitalista desenvolve-se através da dominação do capital sobre os processos de trabalho não-capitalistas, resultando, pois, na reprodução subordinada do campesinato. Esse autor assim converge com a segunda tendência, sempre no marco de Chayanov, quando concebe que a subordinação do trabalho camponês ocorre formalmente ao capital, integrando a sua produção ao sistema capitalista de modo horizontal ou vertical. Nesse contexto, o capital impõe as suas determinações ao processo de trabalho camponês, efetuando o controle parcial do processo produtivo e finalmente produzindo a pauperização das famílias camponesas, mediante relações de trocas desiguais, ou seja, explorando o valor gerado pela produção camponesa (SANTOS, 1981).

Para Martins (1990) o próprio capital engendra e reproduz relações não capitalistas de produção, isto é, no processo de reprodução ampliada do capitalismo o capital redefine antigas relações (pré-capitalistas), assumindo formas tipicamente capitalistas, opostas ao modo de produção anterior e articula [...] relações não-capitalistas igual e contraditoriamente necessárias a essa reprodução (MARTINS, 1990, p. 20).

Portanto, para esse autor o capital não comporta outras formas de produção em seu interior (pré-capitalistas e não-capitalistas), pois o sistema as incorporou e lhes deu nova roupagem, como a renda da terra, que sendo de origem pré-capitalista perdeu esse caráter e se transformou em renda territorial capitalizada; ou seja, entende que não cabe analisar essas relações como fora do capitalismo e sim como relações sociais de produção de dentro desse sistema.

Oliveira (2007) também partilha da tese de Martins: o campesinato tende a permanecer no capitalismo. A combinação entre os setores capitalistas e não-capitalistas, longe de ser uma debilidade do processo de acumulação, é mais uma das formas próprias do sistema para realizar a reprodução ampliada do capital, assinalando que o capital lança mão da criação e recriação das relações não-capitalistas de produção para realizar a produção não-capitalista do capital (OLIVEIRA, 2007, p.20). Em sua concepção, não há uma sujeição formal do trabalho ao capital, visto que essa conceituação leva em conta os atributos e especificidades que

marcaram a indústria, a qual foi razão da elaboração desse conceito. Para esse autor o que realmente ocorre é a sujeição do campesinato ao capital, sem que o mesmo seja expulso da terra, sem que o camponês seja expropriado do seu meio de produção.

Sousa (2009) também adota essa concepção e aponta que, a economia camponesa é a base para a evolução de uma produção essencialmente capitalista, visto que no seu interior são engendradas relações fetichizadas a todo o momento; por conseguinte, ocorrem os processos de desagregação, proletarização e diferenciação interna. Esse autor entende que, para se apreender a subsunção da economia camponesa ao capital, é necessário compreender a subordinação do trabalho ao capital, o qual comporta em seu interior outras formas de produção – pré-capitalistas e não-capitalistas – e a subordinação se efetivaria a partir de duas formas: a subsunção formal e a real do trabalho ao capital.

Assim, no marco de Chayanov, a atualidade do conceito de campesinato baseado nas contribuições de Teodor Shanin (1979 e 1983) e Klaas Woortmann (1990) foi lucidamente evidenciada por Marques (2008, p. 58), já que: enquanto o campo brasileiro tiver a marca da extrema desigualdade social e a figura do latifúndio se mantiver no centro do poder político e econômico - esteja ele associado ou não ao capital industrial e financeiro, o campesinato permanece como conceito-chave para decifrar os processos sociais e políticos que ocorrem neste espaço e suas contradições.

Portanto, compreendendo que o segundo marco teórico demonstra que o modo de produção capitalista entendido como contraditório em seu processo de reprodução, produzirá igualmente as suas incoerências, dentre elas o trabalho familiar camponês, este trabalho baseia-se nesta teoria.

2.1.1 Compreensão de campesinato

Nesse estudo o campesinato é compreendido como a classe social na qual a família, além de ser proprietária dos meios de produção, também assume o trabalho da estrutura produtiva, destinando a maior parte da sua produção para o consumo familiar. Considera-se, portanto, a definição apresentada por Vidal e Alencar (2009) onde a agricultura e pecuária camponesa são vistas como o conjunto de formas de produção que se opõem ao latifúndio patronal estando majoritariamente estabelecidas nos espaços desfavorecidos, “perplexos” e submetidos a uma exploração exagerada.

É possível entender o campesinato em duas dimensões distintas, porém complementares. Em primeiro lugar, o campesinato se constitui historicamente como uma civilização ou como uma cultura. Henri Mendras se refere a uma civilização camponesa, cujas dimensões econômica, social, política e cultural são de tal forma entrelaçadas mudanças introduzidas em uma delas afetam, como num jogo de cartas, o conjunto do tecido social (MENDRAS,1982). Para esse autor, o campesinato está sempre associado a sociedades camponesas, não se reduzindo apenas a uma forma social de organizar a produção, nem a um tipo de integração ao mercado.

Marcel Jollivet avança o debate, ao articular essas “coletividades rurais” ao processo de transformação da sociedade em seu conjunto (JOLLIVET, 1974). O olhar do sociólogo deveria buscar compreender, para além da simples análise de sua dinâmica interna, a incidência local das lutas sociais mais gerais da sociedade em cada momento do processo histórico.

É preciso insistir que, pela sua própria natureza, o campesinato tradicional não constitui um mundo à parte, isolado do conjunto da sociedade. Pelo contrário, as sociedades camponesas se definem, precisamente, pelo fato de manterem com a chamada “sociedade englobante” laços de integração, dentre os quais são fundamentais os vínculos mercantis. Dessa forma, o processo de transformação do campesinato não pode ser entendido como a passagem de uma situação de isolamento social e de exclusão do mercado, para outra de integração econômica e social no conjunto da sociedade, afirma Wanderley (1996).

Resta saber, em cada momento, de que sociedade englobante e de que campesinato se trata e como este se integra àquela. O campesinato pode ser visto de uma maneira mais restrita, como uma forma social particular de organização da produção. Fala-se, neste caso, de uma agricultura camponesa, cuja base é dada pela unidade de produção gerida pela família. Esse caráter familiar se expressa nas práticas sociais que implicam uma associação entre patrimônio, trabalho e consumo, no interior da família, e que orientam uma lógica de funcionamento específica. Não se trata apenas de identificar as formas de obtenção do consumo, por meio do próprio trabalho, mas do reconhecimento da centralidade da unidade de produção para a reprodução da família, através das formas de colaboração de seus membros no trabalho coletivo – dentro e fora do estabelecimento familiar –, das expectativas quanto ao encaminhamento profissional dos filhos, das regras referentes às uniões matrimoniais, à transmissão sucessória, etc.

Mendras identificou a partir de seu estudo sobre a crise do capitalismo na França, cinco traços característicos das sociedades camponesas, a saber: uma relativa autonomia face à sociedade global; a importância estrutural dos grupos domésticos, um sistema econômico de cunho relativo, uma sociedade de interconhecimentos e a função decisiva dos mediadores entre a sociedade local e a sociedade global (MENDRAS, 1982).

Ainda o mesmo autor, demonstra como a introdução do milho híbrido, a partir dos anos de 1960, de origem estadunidense, durante o período do pós-guerra, modificou profundamente, e não apenas do ponto de vista tecnológico, a civilização camponesa, até então fortemente presente no meio rural de seu país. Aparentemente, a forma de cultivar a nova variedade não era muito diferente daquela tradicionalmente utilizada na cultura da variedade local. No entanto, sua generalização terminou por afetar todas as relações sociais que estruturavam aquele mundo rural tradicional. Assim, por exemplo, a imposição do uso do trator introduziu no campo a noção do tempo abstrato, predominante no mundo industrial, ao contrário do tempo diferenciado, associado às vicissitudes da natureza e ao calendário agrícola (MENDRAS, 1982).

O saber tradicional dos camponeses, passado de geração em geração, não é mais suficiente para orientar o comportamento econômico. O exercício da atividade agrícola exige cada vez mais o domínio de conhecimentos técnicos exógenos necessários ao trabalho com plantas, animais e máquinas e o controle de sua gestão por meio de uma nova contabilidade. O camponês tradicional não tem propriamente uma profissão; é o seu modo de vida que articula as múltiplas dimensões de suas atividades. A modernização o transforma num agricultor, profissão, sem dúvida, multidimensional, mas que pode ser aprendida em escolas especializadas e com os especialistas dos serviços de assistência técnica. Como afirma Mendras, o agricultor “não é mais seu próprio mestre e necessita, permanentemente, de um mestre para instruí-lo” (MENDRAS, 1982).

Ao especificar os estudos sobre o campesinato, tem-se como unidade de análise a família rural em sua unidade de produção, ou seja, a Unidade de Produção Agrária Familiar (UPAF) na qual se inclui o modo de produção camponês, onde o mesmo não detém de mão de obra assalariada e avanços tecnológicos. Segundo Vidal (2009) procura-se avançar na percepção das possíveis diferenciações existentes dentro de um microcosmo, no caso Unidades Familiares de distrito rural, incluído no âmbito do semiárido sertanejo do Ceará.

Havendo, sobretudo UPAFs com processos de assalariamento e mecanização em desenvolvimento, preservando sempre a autenticidade das práticas tradicionais.

2.1.2 Definição enfática do termo Agricultura Familiar

Essa definição se adequa metodologicamente às especialidades terminológicas e conceituais das atuais políticas públicas agrárias desenvolvidas no Brasil, que adotaram a expressão generalizadora “Agricultura Familiar” para englobar todas as formas e estágios da agricultura camponesa transformada ou não, e que ganharam força a nível nacional com o debate sobre a agricultura familiar a partir do final dos anos 80 e início dos anos 90. Assim a emergência da expressão “agricultura familiar” parece ocorrer, simultaneamente, nas esferas da política e da visão acadêmica. Contemporaneamente, os movimentos sociais ligados à agricultura familiar ganham mais evidência, discutindo o espaço e o papel dos pequenos produtores rurais. No âmbito acadêmico, Schneider (2003) afirma que trabalhos de Veiga (1991), Abromovay (1992) e Lamarche (1993), “mostraram que a agricultura familiar é uma forma social reconhecida e legitimada na maioria dos países desenvolvidos”, entendendo-se do capitalismo central.

No entanto, apesar do termo “agricultura familiar” ser relativamente novo no Brasil, há indícios de que o que ela representa realmente, já é algo bem acentuado no país há bastante tempo. Porto e Siqueira (1994) evidenciaram que campesinato se constituía em um conceito carregado de conteúdo político e ideológico no período de 1950 a 1970 e devido a isso a partir do recrudescimento da Ditadura Militar (1964 – 1983), o debate passou a concentrar-se em torno do conceito de “Pequena Produção” ou “Produtores de Baixa Renda”, isso em função daquelas transformações políticas ocorridas no Brasil. Assim, além de se perceber uma discussão truncada em torno da funcionalidade da agricultura para o desenvolvimento do país, os sem-terra, meeiros, trabalhadores temporários, posseiros, agregados e moradores na época ficaram fora do debate.

É certo que, do ponto de vista teórico, há uma notória dificuldade em atribuir um valor conceitual à categoria agricultura familiar que se difundiu no Brasil. As posições a esse respeito variam bastante. O conceito agricultura familiar se confunde com a definição operacional adotada pelo Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), o qual financia projetos individuais ou coletivos, que geram renda aos agricultores familiares e assentados da reforma agrária. Já segundo Wanderley (1996), que agricultura familiar corresponde certa camada de agricultores, capazes de se adaptar às modernas

exigências do mercado em oposição aos demais “pequenos produtores” incapazes de assimilar tais modificações. São os chamados agricultores “consolidados” ou os que têm condições, em curto prazo, de se consolidar.

Vidal (2009) enfatiza que o termo "agricultura familiar", nem sempre apoiado em definição teórica clara, é utilizado majoritariamente em estudos empíricos. Coloca que a preferência da última designação para a pequena unidade de produção rural desconhece, pois, o camponês, a camponesa, substituídos por uma noção neoliberal de pequeno empreendedor tão impregnada na figura do agricultor familiar.

Desde a década de 90 a Agricultura Familiar foi se consolidando. Por meio de Abramovay (1992) baseado nos trabalhos de diferentes autores como Redfield, Shanin, Ellis e Mendras, apresenta a distinção de campesinato ou sociedades camponesas da agricultura familiar. Demonstra assim que a agricultura familiar é oriunda do campesinato, no entanto, ela apresenta uma forma de organização do trabalho e da produção bastante distinta do campesinato. Abramovay (1992) percebe que a agricultura familiar apresenta três importantes aspectos a ser considerados. Primeiro, deve-se conhecer a origem da agricultura familiar, em seguida estudar as características da forma anterior no modo de vida colonial e finalmente analisar o ponto de ruptura entre o modo de vida colonial e a agricultura familiar contemporânea.

2.1.3 Agricultor e agricultora familiar como agentes transformadores do contexto social

A ideia central é a de que o agricultor familiar é um ator social da agricultura moderna e, de certa forma, ele resulta da própria atuação do Estado, consequência até de programas que foram criados em prol do desenvolvimento do país, em favor de setores historicamente ignorados. Na verdade, o debate gira em torno da constituição desse ator social: trata-se da reprodução pura e simples de um campesinato “tradicional” com sua forma específica de funcionamento e de reprodução ou da emergência de um novo “personagem” na atividade agrícola e no meio rural?

A importância dos serviços de assistência técnica, gerados fora da comunidade local, cresce em detrimento do que esse autor chama de “modernização tradicional” (WANDERLEY, 1996), aquela que resulta da transformação sem ruptura da forma tradicional de produzir. Finalmente, como os camponeses parcelares são os primeiros e os mais numerosos a abandonar suas atividades em razão das dificuldades em assimilar as mudanças

introduzidas, toda a estrutura tradicional da sociedade camponesa é modificada em profundidade. Esse campesinato tradicional é considerado por uns numa perspectiva evolutiva. Isto é, sua presença significativa numa sociedade corresponderia a um período pretérito historicamente ultrapassado pelas condições modernas do mercado e da sociedade.

O agricultor familiar é, sem dúvida, um ator social do mundo contemporâneo, porém isso não esvazia a análise em termos de tipos de campesinato. Assim, o que concede aos agricultores contemporâneos a condição de atores sociais, construtores e parceiros de um projeto de sociedade – e não simplesmente objetos de intervenção do Estado, sem história – é precisamente a valorização do mesmo como agente imprescindível ao desenvolvimento da sociedade.

Considera-se e integra-se, portanto, ainda a proposta teórica formulada por Hugues Lamarche (1993), segundo a qual os agricultores familiares são portadores de uma tradição (cujos fundamentos são dados pela centralidade da família, pelas formas de produzir e pelo modo de vida), mas devem adaptar-se às condições contemporâneas de produzir e de viver em sociedade pós-industrial, uma vez que todos, de uma forma ou de outra, estão inseridos no mercado capitalista e sofrem a influência da sociedade englobante. Para usar as palavras de Hugues Lamarche: trata-se da dupla referência aos modelos “original” e “final” que movem os agricultores familiares.

Deve-se, portanto, considerar a capacidade de resistência e de adaptação dos agricultores aos novos contextos econômicos e sociais. Esteve e está em curso, inegavelmente, um processo de mudanças profundas que afetam precisamente a forma de produzir e a vida social dos agricultores e, em muitos casos, a própria importância da lógica familiar. Porém, parece evidente, como já foi dito, que a “modernização” dessa agricultura não reproduz o modelo clássico da empresa capitalista, e sim o modelo familiar. Assume-se assim, que o conceito de agricultura familiar está baseado em que a família, ao mesmo tempo em que é proprietária dos meios de produção, assume o trabalho majoritário no estabelecimento produtivo. É importante insistir que este caráter familiar não é um mero detalhe superficial e descritivo: o fato de uma estrutura produtiva associar família-produção-trabalho tem consequências fundamentais para a forma como ela age econômica e socialmente.

No entanto, assim definida, esta categoria é necessariamente genérica, pois a combinação entre propriedade e trabalho assume, no tempo e no espaço, uma grande

diversidade de formas sociais. “A agricultura familiar não é um elemento da diversidade, mas contém nela mesma, toda a diversidade” (LAMARCHE, 1993).

Assim, conclui-se que a agricultura familiar, hoje responsável por mais de 70% dos estabelecimentos agrícolas no Brasil (KAGEYAMA, BERGAMASCO, 1989) tem que se adaptar parcialmente às exigências da agricultura pós-industrial e esta forma de agricultura guarda ainda muito dos seus traços camponeses, tanto porque ainda tem que “enfrentar” os velhos problemas, nunca resolvidos como a Reforma Agrária e também porque, fragilizada, nas condições da “modernização conservadora brasileira” (ELIAS, 2003) continua a contar, na maioria dos casos, com suas próprias forças.

2.2 Contexto da Agricultura Familiar (Brasil, Nordeste e Ceará)

2.2.1 Agricultura Familiar e desenvolvimento sustentável

As discussões sobre a importância e o papel da agricultura familiar vêm ganhando força, impulsionadas por intermédio de debates embasados no desenvolvimento sustentável na geração de emprego e renda e na segurança alimentar. Por outro lado, é premente a necessidade de resgatar a dívida social com a Agricultura Familiar em decorrência do estímulo privilegiado à agricultura empresarial tecnificada moderna (ou seja, a agricultura patronal). Em 1996, reconhecendo a importância da agricultura familiar para o desenvolvimento socioeconômico do país, o Governo Federal instituiu o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf). O referido programa possui a finalidade de “promover o desenvolvimento sustentável do segmento rural constituído pelos agricultores familiares, de modo a propiciar-lhes o aumento da capacidade produtiva, a geração de empregos e a melhoria de renda” (BRASIL, 1996, p.1).

Ressaltando o tema, Silva (2009) mostra a importância dessa agricultura e a coloca como uma das melhores formas de ocupação do espaço rural, podendo favorecer o cumprimento de exigências sociais, como a geração de emprego e renda, e ambientais, como a conservação da biodiversidade. Observam Buainain *et al.*, (2002, p. 55), que “a agricultura familiar enfrenta ainda restrições de acesso aos mercados de serviços em geral, e não apenas ao crédito”. Entretanto, no Brasil, segundo a linha de pesquisa de alguns autores, constata-se que “a maioria dos agricultores familiares no Brasil não se encontrava preparada ou não tinha

condições para ocupar mercados exigentes com produtos de qualidade e padrões constantes de produção” (BITTENCOURT, 2002, p. 91).

É importante enfatizar que um dos fatores que dificulta o fortalecimento da agricultura familiar no Brasil é a maneira como são atribuídos os subsídios aos agricultores nos países industrializados (MATTEI, 2005). Inclusive o Censo Agropecuário realizado em 2006, pelo IBGE, deu especial atenção à categoria rural, gerando estatísticas oficiais sobre a agricultura familiar, a partir da adoção do conceito da Lei 11.326, de 24 de julho de 2006, mostrando assim o fruto do reconhecimento, pelo Estado brasileiro da relevância econômica e social do setor, importante gerador de ocupação, renda e alimento para o País.

Os benefícios sobrepõem o mero fortalecimento da agricultura moderna, pois como afirmam Soares e Melo (2009) no Brasil, o universo da Agricultura Familiar é extremamente heterogêneo e inclui desde famílias muito pobres, que detém em caráter precário uma porção de terra que dificilmente pode servir de base para uma unidade de produção sustentável, até famílias com dotação de recursos suficientes para aproveitar as oportunidades criadas em seu contexto. Na atual condição brasileira, onde parte da população vive com rendas abaixo da linha de pobreza, a Agricultura Familiar desempenha um papel fundamental nas metas de segurança alimentar e nutricional nacional.

Dois importantes estudos foram realizados a fim de formalizar estatisticamente a evidência da Agricultura Familiar no Brasil e o seu impacto nos respectivos estados. O primeiro ocorreu em 1995 pelo IBGE por meio do convênio entre a *Food and Agriculture Organization* (FAO, 1995) e Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) cujo título foi “Novo Retrato da Agricultura Familiar no Brasil”. Dez anos após surgir o segundo estudo, o IBGE disponibilizou novos dados sobre a Agricultura Familiar sobre todos os estados brasileiros (IBGE, 2006).

Verificou-se, pois que os expressivos resultados da agricultura familiar vão além da produção de alimentos básicos, como arroz, feijão, milho e leite: 12,3 milhões de trabalhadores no campo estão em estabelecimentos da agricultura familiar, o que representa quase três quartos do total de pessoas ocupadas no meio rural, fazendo da atividade deste setor uma importante forma de fixar o ser humano no campo, evitando sua migração para os grandes centros urbanos com todas as suas consequências; outro fator que justifica plenamente os, ainda insuficiente, investimentos realizados pelo Governo Federal (IBGE, 2009).

Observa-se, portanto, que os agricultores familiares diversificam-se em várias categorias produtivas, o que está associado à própria formação desses grupos ao longo da história, às heranças culturais variadas, à experiência profissional e de vida particulares, ao acesso e à disponibilidade diferenciada de um conjunto de fatores, entre os quais os recursos naturais, os capitais: financeiro, vivo, mecânico e fixo, bem como à claudicante assistência técnica e extensão rural. A diferenciação também está associada à inserção dos grupos em paisagens agrárias muito diferentes uma das outras, ao acesso diferenciado aos mercados e à inserção socioeconômica dos produtores, que resultam tanto das condições particulares dos vários grupos como de oportunidades criadas pelo movimento da economia como um todo, pelas políticas públicas e pelo nível de organização do setor (FRANÇA *et al.*, 2010).

2.2.2 Agricultura Familiar e sua abrangência nacional

No Censo Agropecuário de 2006 foram identificados, no Brasil, 4.367.902 estabelecimentos da agricultura familiar, o que representa 84,4% dos estabelecimentos brasileiros. Este numeroso contingente de agricultores familiares ocupava uma área de 80,25 milhões de hectares, ou seja, 24,3% da área ocupada pelos estabelecimentos agropecuários brasileiros. Estes resultados mostram uma estrutura agrária ainda extremamente concentrada no País: os estabelecimentos não familiares, ou seja, os patronais ou do agronegócio apesar de representarem apenas 15,6% do total dos estabelecimentos, ocupavam 75,7% da área ocupada. A área média dos estabelecimentos familiares era de 18,37 hectares, e a dos não familiares, de 309,18 hectares.

O mesmo estudo censitário federal detalha o uso da terra e a produção segundo a Agricultura Familiar, dos 80,25 milhões de hectares da mesma, 45,0% eram destinados a pastagens, enquanto a área com matas, florestas ocupavam 28,0% das áreas, e por fim as lavouras que ocupavam 22,0%. A agricultura não familiar também seguia esta ordem, mas a participação de pastagens e matas e/ou florestas era um pouco maior (49,0% e 28,0%, respectivamente), enquanto a área para lavouras era menor (17,0%). Destaca-se a participação da área das matas destinadas à preservação permanente ou reserva legal de 10,0% em média nos estabelecimentos familiares, e de outros 13,0% de áreas utilizadas com matas e florestas naturais.

Apesar de cultivar uma área menor com lavouras e pastagens (17,7 e 36,4 milhões de hectares, respectivamente), a agricultura familiar é responsável por garantir boa parte da

segurança alimentar do País, como importante fornecedora de alimentos para o mercado interno.

Quanto à mão de obra, a pesquisa censitária aponta que pessoas experientes com 10 anos ou mais de direção nos trabalhos representavam a maioria (62,0%) na condução da atividade produtiva da agricultura familiar. Os estabelecimentos dirigidos por pessoas com menos de 5 anos de experiência representavam apenas 20,0% da agricultura familiar. Outro aspecto importante revelado sobre a agricultura familiar retrata que mais de 600 mil estabelecimentos familiares (13,7%) eram dirigidos por mulheres, enquanto na agricultura patronal ou agronegócio esta participação não chegava a 7,0%.

Apresentou-se ainda a participação da agricultura familiar em algumas culturas selecionadas: produziam 87,0% da produção nacional de mandioca, 70,0% da produção de feijão (sendo 77,0% do feijão-preto, 84,0% do feijão-fradinho, caupi, de corda ou macáçar e 54,0% do feijão de cor), 46,0% do milho, 38,0% do café (parcela constituída por 55,0% do tipo robusta e 34,0% do tipo arábica), 34,0% do arroz, 58,0% do leite (composta por 58,0% do leite de vaca e 67,0% do leite de cabra), possuíam 59,0% de suínos, 50,0% do plantel de aves, 30,0% dos bovinos, e produziam 21,0% do trigo. A cultura com menor participação da agricultura familiar foi a da soja (16,0%), considerando sua estreita lógica ao capital monopolista agroexportador vinculado ao agronegócio.

Verificando receitas e valor de produção, o IBGE em 2006 também mostrou que os três milhões de agricultores familiares que declararam ter obtido alguma receita de vendas dos produtos dos estabelecimentos, possuíam uma receita média de R\$ 13,6 mil, especialmente com a venda de produtos vegetais que representavam mais de 67,5% das receitas obtidas. A segunda principal fonte de receita da agricultura familiar eram as vendas de animais e seus produtos, que representam mais de 21,0% das receitas obtidas nos estabelecimentos. Entre as demais receitas se destacavam a "prestação de serviço para empresa integradora" e de "produtos da agroindústria" familiar. É importante ressaltar que a Agricultura Patronal apresentou maior valor de produção na maioria das atividades, mas em algumas destas, a Agricultura Familiar era majoritária, exprimindo 56,0% do valor da produção de animais de grande porte, por 57,0% do valor agregado na agroindústria, por 63,0% da horticultura e 80,0% da extração vegetal no País.

2.2.3 Agricultura Familiar no Nordeste

No Nordeste observa-se o grande peso da Agricultura Familiar, pois ela detém a metade dos estabelecimentos de agricultura familiar do País (2.187.295) e 35,3% da área total deles (28,3 milhões de hectares). Dentro da Região, estes representam 89% do total de estabelecimentos e 37% da área. Cinco dos dez maiores estados brasileiros em termos de número de estabelecimentos de agricultura familiar são nordestinos, com destaque para Bahia, em primeiro lugar, com 665.831 (ou 15,2% do total nacional) e o Ceará, em quarto (341.510 ou 7,8% do total). Pernambuco, Maranhão e Piauí estão em sexto, sétimo e oitavo lugares, respectivamente (IBGE, 2006).

Já em termos de área média, o estabelecimento de agricultura familiar nordestino tem 13 hectares, sendo Alagoas o que apresenta menor média nordestina por estabelecimento 6,1 hectares (ha), superando, no País, apenas o Distrito Federal, cuja média é de seis hectares. A Bahia, apesar de ser o maior do Brasil em número de estabelecimentos, é apenas o terceiro em área média no Nordeste, com 15 ha, sendo superado por Maranhão e Piauí, ambos com mais de 17 ha/estabelecimento. São os maiores estados nordestinos em termos de área, e todos apresentam grande extensão de terras ocupadas por estabelecimentos não familiares, ou seja, latifúndios do agronegócio exportador principalmente nas regiões de cerrado, mas no caso baiano, esta ocupação é maior e mais antiga que no Maranhão e Piauí (FRANÇA *et al.*, 2010).

Os dois estudos, portanto, da FAO/INCRA e IBGE (2006) evidenciam a transformação qualitativa da Agricultura Familiar no Brasil e particularmente no Nordeste entre 1996 e 2006, alcançando índices de crescimento muito superiores, no final do período, em relação aos índices de regiões com Agricultura Familiar tradicionalmente forte, a ponto de mantida a tendência, suplantá-los em poucos anos, quebrando o velho paradigma da pobreza endêmica.

A Região Nordeste, em particular, enfrenta fortes desigualdades econômicas, sociais e culturais há séculos. Do ponto de vista econômico, é uma região que ainda encontra grandes diferenças quando comparada às regiões mais desenvolvidas do país. Os setores da economia, ainda se deparam com taxas de rendimento ou de produtividade, em sua grande parte, bem abaixo das costumeiramente praticadas nos centros capitalistas do Brasil. Quanto aos aspectos sociais, quando se compara o Nordeste com o Centro-Sul brasileiro, ainda se observam grandes desigualdades, principalmente no que se refere à acentuada concentração de renda, baixo nível de escolaridade, predomínio de precárias condições de saúde, problemas

relacionados à questão habitacional, saneamento básico, dentre outros, ainda tão presentes no espaço nordestino, sobretudo no meio rural.

No entanto, a Agricultura Familiar tem contribuído para a alteração desse quadro, onde o seu perfil no Nordeste brasileiro segundo França *et al.*, (2009) tem contado com mudanças decorrentes da criação do Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA) em 2000 e de diversos programas desenvolvidos neste período, como o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), criado em 1996 e reformulado especialmente a partir de 1999, o Programa de Geração de Emprego e Renda Rural (Proger) desde 1995 e o Garantia Safra (2002). Outros programas importantes de apoio à agricultura familiar são recentes e se encontravam em fase inicial de implantação na época do Censo: Programa de Aquisição de Alimentos (PAA em 2003), Seguro da Agricultura Familiar (“Proagro Mais” em 2004), Programa Nacional do Biodiesel (2004), Territórios Rurais (2004) e o Programa Bolsa Família (2004).

O mesmo autor ainda ressalta que, a Agricultura Familiar foi responsável por uma produtividade média de R\$ 667,00 por ha ao ano, enquanto a agricultura patronal, ou seja, o agronegócio foi responsável por R\$ 475,00 por ha ao ano na Região Nordeste, considerando os valores do ano vigente (2009). Ademais, o valor médio da produção em nível nacional por área total foi de R\$1035,00 por ha. Deste valor sabe-se que R\$ 677,00 por ha refere-se à média nos estabelecimentos familiares e R\$ 358,00 por hectare nas unidades não familiares. Ou seja, o valor médio da produção familiar por unidade de área total é 1,9 vezes maior que o não familiar. Assim, é clara a maior eficiência da Agricultura Familiar sobre a patronal, o que enfatiza a real importância deste modo produtivo para o Nordeste brasileiro (FRANÇA *et al.*, 2010) e por extensão para o restante do país.

2.2.4 Agricultura Familiar no Ceará

Em nível de estado com a criação da Secretaria do Desenvolvimento Agrário em 2007, o Governo do Ceará passa a reconhecer a Agricultura Familiar como setor estratégico para o desenvolvimento sustentável de sua economia, considerando a importância deste nas relações sociais de produção no meio rural. Vale salientar que o conceito que se estabelece em torno do termo "agricultura familiar" não necessariamente se associa à "pequena produção" e "agricultura de baixa renda", de forma a não circunscrever as famílias à estagnação e ao subdesenvolvimento.

No Ceará, ao sintetizar as análises feitas pelo Instituto de Agropolos do Ceará cujo tema foi "A Participação da Agricultura Familiar no PIB do Ceará", verificou-se que o complexo formado por este modelo de agricultura, que inclui a produção das lavouras e criações administradas pela família e setores que se relacionam com essas atividades rurais, representa cerca de 12% da economia cearense, tendo chegado ao percentual de 15% em 2003. No período, a diferença entre a participação das produções familiar e patronal caiu de 10% em 2002 para 8% em 2007, demonstrando a redução mais acentuada da importância das culturas patronais e o fruto do incentivo dos inúmeros programas que atendem à família agricultora. Isso demonstra a expressiva contribuição que o complexo da agricultura familiar tem para a economia do estado, sendo que ela se manteve de forma um pouco mais estável que a participação agricultura patronal (FIPE, 2009).

Nesta perspectiva, considerando a dimensão em nível de país, região e estado nota-se que o desenvolvimento do setor rural, pela efetivação da agricultura familiar, muito contribuiu e muito contribuirá para com o desenvolvimento da nação, seja impulsionando o crescimento econômico geral, seja promovendo melhoria da infraestrutura rural específica de modo a favorecer a manutenção das famílias no campo coligado à expansão dos serviços de saúde e o acesso à educação, dentre outros.

Além do mais, esse desenvolvimento, por sua vez, acarreta benefícios também para o setor urbano, ao desestimular o êxodo rural. Nessa perspectiva, pode-se destacar, portanto, uma interpretação logística verificada: a da importância da relação entre o desenvolvimento da Agricultura Familiar e o desenvolvimento rural, mostrando que sua dinâmica influencia a tomada de decisões sobre o desenvolvimento do setor rural refletindo-se na economia como um todo.

Portanto, para se entender a Agricultura Familiar é necessário entender a lógica do trabalho feminino no âmbito da estrutura da Unidade Produtiva. Para tal, na sequência, serão analisadas questões específicas sobre o trabalho rural feminino.

CAPÍTULO 3: O TRABALHO FEMININO RURAL – UM PESO INVISÍVEL?

3.1 Invisibilidade do trabalho da mulher

Diante do desenvolvimento e evolução das nações, ainda é muito forte a presença preconceituosa das desigualdades entre os gêneros, desvalorizando-se a mulher e a falta do reconhecimento da participação ativa feminina na efetivação de todos os setores da economia. Apesar da superação das disparidades de gênero ao nível político-econômico nos ambientes rural e urbano terem sido colocados como objetivo a ser atingido mundialmente até 2015 pela ONU (2000), o mundo da mulher agrária continua sofrendo tradicionalmente um desinteresse evidente por parte do restante dos setores sociais e econômicos. A divisão tradicional de gênero esconde as proporções da participação econômica da mulher na construção da riqueza rural e de seu conseqüente desenvolvimento (VIDAL, 2011b).

Visto que a estrutura familiar “tradicional” experimentou um declínio significativo ao longo da segunda metade do século XX tendo como pano de fundo as transformações que ocorreram nos espaço público e privado, que alteraram o desempenho de papéis, as relações de gênero e a vivência da própria intimidade da vida em família. A heterogeneidade instituiu-se e ganhou legitimidade social e cultural, e o que se observa hoje é a existência de diferentes arranjos familiares. Os papéis sociais de mulheres e de homens sofreram algumas alterações e em alguns momentos da vida familiar eles são permutados entre si, o que pode favorecer também mudanças nas relações de gênero no interior dos grupos familiares (D’ÁVILA, 2011).

A invisibilidade do trabalho da mulher é evidenciada pelos dados da PNAD/IBGE (2006), demonstrando que as mulheres na agropecuária trabalham praticamente a metade da jornada média dos homens. Enquanto estes trabalham em média 39 horas semanais, elas declaram trabalhar apenas 21 horas. Já na média de horas semanais dedicadas a afazeres domésticos pela população rural ocupada de 16 anos ou mais idade verificou-se que os homens dedicavam 9,7 horas e as mulheres 26,9 horas. Ainda com respeito à invisibilidade do trabalho feminino, estudos enfocando a unidade agrícola familiar no Nordeste brasileiro (BURG e LOVATO, 2007) mostram que este fato se deve ao papel multifuncional da mulher, visto que o exercício de várias funções lhe retira a possibilidade de ter demarcada, espacial e temporalmente, sua atividade produtiva e lhe suprime sua condição de trabalhadora e produtora reconhecida. Seu trabalho, em geral, não é remunerado e, quando o é, a renda obtida é inferior a do homem e é geralmente gerida por este. Seu trabalho realiza-se de forma

cíclica e descontínua, modelado pelos acontecimentos familiares e pelas identidades convencionais de gênero.

A desvalorização e a invisibilidade do trabalho feminino, bem como o papel das mulheres na agricultura familiar, são temas recorrentes em várias análises que enfocam as relações de gênero no meio rural brasileiro (PAULILLO, 1987; BRUMER, 1999), incluindo algumas no Nordeste (FICHER e MELO, 1996; BUARQUE, DORDELLY e GARCIA, 2002). A relevância do papel feminino neste contexto não aparece, sequer, nas situações de desastre – como é o caso das secas nordestinas (BRANCO, 2000), ou, nas circunstâncias dos assentamentos rurais (RUA e ABRAMOVAY, 2000), quando as mulheres estão nas frentes de luta, viabilizando a ocupação e a consolidação da terra, como espaço conquistado.

Essa divisão de tarefas também pode ser um reflexo de uma característica hierárquica entre gêneros, visto que o trabalho acarreta características múltiplas de diferentes significados, principalmente para a cultura camponesa. Krone e Menasche (2012) declaram que o trabalho, em grande medida, expressa a honra da família camponesa e, nesse sentido, tem-se que, de modo geral, nas sociedades camponesas ocidentais, é o gênero masculino que encarna e personaliza o trabalho produtivo. Por isso, mesmo que seja significativa a participação feminina no trabalho agrícola e na produção de alimentos, cabe ao sujeito “macho” o reconhecimento como principal provedor da família.

Tal reconhecimento, privilegiando o homem, é no mínimo injusto, visto que desde 1995 dados da Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO), vêm evidenciando que as mulheres são as que mais contribuem para a garantia da segurança alimentar, sendo responsáveis pela produção de mais da metade dos cultivos do mundo. Ainda segundo o mesmo estudo, em algumas regiões como a Subsaara da África e no Caribe, as mulheres respondem pelo cultivo de 60% a 80% dos gêneros alimentícios básicos (FAO, 2003). Essas observações e críticas sobre os planos de desenvolvimento moveram para o centro do debate as questões de desigualdades de gênero e diálogo sobre desenvolvimento.

3.1.1 Início das lutas em prol do reconhecimento do trabalho feminino

Muita literatura foi produzida na década de 80 do século passado sobre a questão da participação da mulher na formação da riqueza. Esse esforço a nível mundial deu-se fundamentalmente devido aos avanços nas discussões sobre o papel político-econômico feminino conseguido nas diversas Conferências Mundiais sobre Mulher e também devido ao

apoio da ONU, quando declarou em Copenhague, os anos 80 (do Séc. XX) como a Década da Mulher (FRASER e TINKER, 2004).

Heredia *et al.*, (1984) evidenciam uma situação onde se afirma tal minimização do trabalho da mulher por meio de estudo realizado na região açucareira do Agreste Nordestino de unidades domésticas de produtores, onde o grupo social estudado nominava como roça o espaço de trabalho do marido, enquanto o diminutivo roçadinho intitulava a área trabalhada exclusivamente por mulheres e crianças. Nesse, verifica-se que o fato dos homens não ajudarem as mulheres no trabalho vinculado à horta e ao quintal, deve-se ao entendimento de que por serem espaços femininos são as mulheres que ali dão o sentido do processo de trabalho. Sendo a hierarquia da família um dos princípios norteadores de uma ordem camponesa, pode-se sugerir que no plano ideal patriarcal é sempre o homem, pai da família, que deve dar a direção do trabalho.

Essa postura, por sua vez, não é um caso particular da região nordeste do país, visto que Menasche (2004) verifica essa mesma condição em estudo desenvolvido entre sojicultores gaúchos. Mostrou-se inclusive o uso de agrotóxicos associado exclusivamente ao universo masculino, o que desvalorizaria a atividade de capinar e o fato de que seria vergonhoso para o pai ou marido trabalhar num espaço controlado e governado por uma mulher que capina.

Apesar dessas dificuldades, tem sido estabelecido por vários autores (BENEVIDES, 2004; RUA e ABRAMOVAY, 2003; VIDAL, 1995a, 1995b, 1995c e VIDAL, 2009, entre outros) que o envolvimento da mulher rural na produção da agropecuária tem significado para o desenvolvimento da economia das respectivas regiões e por extensão do país (VIDAL, 2011b). Apesar do crescimento na conscientização da questão de gênero no mundo, dados sistematizados sobre trabalhos realizados por mulheres rurais e sua contribuição para o desenvolvimento da economia local são escassos. Ademais, parece que esses rareados trabalhos permaneceram longe dos gestores de políticas públicas no Nordeste do Brasil e particularmente no Estado do Ceará.

Segundo Vidal (2011b), o Sertão na Região Nordeste do Brasil é caracterizado por ecossistemas marginais e ameaçados e se destaca pela grande diversidade de paisagens semiáridas e costumes tradicionais. Sua história, marcada pelo latifúndio e uma intensa desigualdade não somente econômica, evidencia o preconceito existente em relação a atividades realizadas por mulheres. Ainda Vidal (2011b) ao analisar e interpretar dados do

IPECE (2008) afirma que no Sertão, a seca aliada ao latifúndio e a discriminação de gênero provocam graves efeitos que atingem principalmente a população rural pobre e nessa, mais diretamente as mulheres. Sobre essa área considerada frágil, econômica e ecologicamente, pouquíssimos estudos sobre sistemas rurais incorporando indicadores de fator trabalho feminino e manejos baseados em poucas estatísticas disponíveis: Almeida (2004) para o Estado da Paraíba; Souza-Neto *et al.*, (2004) para o Estado do Piauí e IBRD (1975) para os Estados de Sergipe e Rio Grande do Norte, desenvolveram análises estruturadas captando participação específica do labor feminino.

Ao não poder exercer o papel principal de provedora, na maioria das famílias rurais, a mulher se sujeita ao papel titular ocupado pelo homem, tendo sua participação classificada apenas como “ajuda”. Nessa ajuda, o trabalho da mulher está incluído, pressupondo que a gestão da unidade de produção é essencialmente masculina ou no mínimo representada pelo homem (FISHER e GEHLEN, 2002). Outra classificação também utilizada é o trabalho “leve” destinado a mulheres e crianças e o trabalho “pesado” aos homens; no entanto, essa distinção de atividades denota muito mais uma construção de relações sociais do que uma separação de atividades. Pois, pode-se entender que o trabalho é em grande parte qualificado e valorizado em função de quem o executa, bem como a posição que os membros têm na posição social da família. Até porque o trabalho considerado “leve” não significa que exija menos esforço ou tempo de dedicação e sim é considerado como atividade secundária, por ser realizado por mulheres e crianças refletindo mais uma vez uma hierarquia centralizada na figura do homem. Logo, a divisão sexual do trabalho não pode ser interpretada só e nem apenas definida em função de uma racionalidade biológica, pois em grande parte ela é definida culturalmente (LARAIA, 1986).

Essa desigualdade de gênero além de não ser uma situação particular do estado do Ceará, também é expressa ao longo da história e consolida-se de diversas maneiras, inclusive na rotina diária da família rural ao nível nacional. Um exemplo disso observa-se na distribuição de alimentos em uma refeição de uma família rural. Para K. Woortmann (1978), se, no plano simbólico, em uma situação limite de pobreza e escassez de comida são geralmente os homens os primeiros a alimentar-se, recebendo maior quantidade de comida, em situações limite parece haver um padrão de desvio de alimentos que privilegia o pai de família. Em estudos feitos por Wedig (2009) em famílias rurais descendentes de imigrantes alemães, notou-se que a carne é considerada um alimento forte e que está simbolicamente relacionada ao pai. A autora ainda reforça que a carne representa a honra do pai e sua

abundância nas refeições camponesas trata sentidos de honra e prestígio para a família, ainda assim, por meio das escolhas e práticas alimentares que as pessoas organizam seu mundo, estabelecem distinções com outros grupos, hierarquizam as coisas e as pessoas. Deduz-se, portanto, que a hierarquia dos alimentos, bem como os espaços em que se realiza sua produção, corresponde à hierarquia no interior da família.

3.1.2 Participação feminina na formação social e política dos membros da família

Outra relação também bastante evidente é a integração feminina com a formação social e cultural dos membros da família. Apesar de ao longo da história a mulher ter sido excluída do processo de educação formal, gradativamente conquistou seu espaço contribuindo para a própria construção da personalidade feminina. Em diferentes regiões do país, facilmente se observa a capacidade da mulher camponesa quanto à práticas de reflexão teórica, potencializando a transformação da realidade e das relações humanas, sociais e culturais. Como exemplo, Almeida (2004) mostra a mulher rural nordestina, como sendo um elemento-base para transmissão do saber por elementos culturais, repassados de geração em geração. Em comunidades rurais e particularmente em reflexões do Movimento de Mulheres Camponesas do Rio Grande (MMC), Dantas (2005) observa, registra e documenta indícios acerca de experiências político-pedagógicas que emergem da discussão feminina para o benefício da educação popular.

Tal perspectiva educacional-pedagógica é alcançada no universo feminino pela sua capacidade de articular-se e organizar-se em prol do bem coletivo, seja da família ou de forma mais abrangente por toda comunidade. Nas comunidades rurais, a mulher destaca-se como a interventora em diversas questões associadas à coletividade, mais precisamente nas áreas de saúde e educação. O diálogo é a principal ferramenta utilizada pela mulher, sobrepondo-se e diferenciando-a da presença masculina interventiva em sua maioria pela força física. Paulo Freire, educador popular brasileiro inserido no processo educativo e organizativo das classes populares, revela que a base fundamental das relações é o diálogo, pois é o sentimento fraterno tornado ação, assim, pode-se afirmar que a prática feminina é eminentemente *freiriana*.

É válido ressaltar que o papel formador da mulher, por muito tempo limitou-se às condições gerais como instrução de afazeres domésticos, costumes e tradições, visto que de acordo com o regime patriarcal agrário, a instrução educacional voltada ao conhecimento e posse da leitura e da escrita ficava a cargo do pai, isso desde o período colonial, imperial e

início do republicano, considerando que a mulher não tinha acesso à instrução e responsabilizava-se por cuidados da casa, do marido e dos filhos, como afirma Freyre (1936). Para ter acesso ao conhecimento da leitura e da escrita, a única alternativa que restava àquelas que quisessem estudar era o ingresso nos conventos, onde o ensino era ministrado ao lado da música e dos trabalhos domésticos, principalmente o preparo de doces e de flores artificiais (RIBEIRO, 1996). Só a partir do século XX, houve um avanço quanto ao processo de inserção social e profissional da mulher, em que progrediu de forma rápida a feminização do magistério. A partir de então, essa responsabilidade com a instrução educacional também passou a ser característica marcante da figura feminina tal como já foi salientado previamente.

A educação formal da mulher a ela permite maior autonomia e controle de sua vida, no entanto, apenas o contato informal da mulher com a leitura e a escrita também mostra a sua força feminina em construir suas reflexões e posicionamentos contrários aos que eram almejados pela racionalidade tradicional da sociedade agrária na qual estava inserida. Portanto, nessa perspectiva, a relação da mulher não só com atividades de pequeno porte, mas também com o envolvimento em arranjos internos da família mostram seu protagonismo na agricultura familiar e sua extrema importância no contexto socioeconômico de comunidades locais.

Essa capacidade reflexiva da mulher permitiu-lhe assegurar alguns de seus direitos, por meio de lutas exaustivas, mas principalmente quando se divisou que a mulher para garantir seu espaço necessitava formar grupos e, por meio de organizações, classificadas como cooperativas e associações, intensificou sua autonomia e conseqüentemente passou a ser mais valorizada. O processo ainda é lento e muito precisa ser mudado, no entanto, o crescimento de grupos em defesa do direito da mulher tem sido eficaz nas mais diversas esferas de lutas e intervenções. No Ceará, por exemplo, o aparecimento de lideranças femininas tem reafirmado a aprendizagem contínuo das mulheres. Ao passo que elas participam do campo político, percebem que não existe modelo pronto para estabelecerem uma negociação e usam o diálogo continuamente com argumentos, dando vazão à criatividade e espontaneidade humanas.

Sales (2007) afirma que a organização das trabalhadoras estimula suas lideranças a pensar sobre as desigualdades de gênero e, a partir desse olhar, as trabalhadoras começam a discutir sobre a invisibilidade do seu trabalho na agricultura familiar camponesa. Elas

percebem que as atividades produtivas desenvolvidas no grupo familiar têm seu significado econômico; não sendo simplesmente uma “ajuda”.

Reforça o autor que a emergência das mulheres rurais nos processos sociais e políticos têm rompido com essa invisibilidade imposta, proporcionando a figuração da mulher como sujeito político e atuante nas mudanças ao seu entorno. Em análise sobre a participação organizada de mulheres cearenses, Sales (2007) mostra que o despertar pela luta coletiva do reconhecimento do trabalho delas data da década de 80, onde um conjunto de eventos e de lutas femininas no mundo, no Brasil e, particularmente, no Ceará, deram-se no período de 1974 a 1985 mudando inclusive o percurso político das mulheres rurais, como o grande exemplo da Mar Ainda a partir desses estudos, notam-se outras grandes atuações que favorecem esse novo quadro da mulher na sociedade, como a sua integração ativa, evidenciando a participação da Organização das Trabalhadoras Rurais do Ceará, em processos do Movimento dos Trabalhadores e Trabalhadoras Sem Terra (MST), Movimentos Sindicais e Federação dos Trabalhadores da Agricultura do Estado do Ceará (FETRAECE). Ressalte-se que em 1998 foi aprovada a cota mínima de 30% de mulheres em todas as instâncias de direção da FETRAECE. Assim, as mulheres gradativamente levantam discussões sobre direitos e cidadania, onde reconhecem que não basta serem produtoras, trabalhadoras; é preciso ser reconhecidas como tal.

Essa ampliação significativa da figura feminina nas ações de desenvolvimento social e econômico só foi possível após o reconhecimento da mulher pela constituição de 1988, com o artigo 226, §5º garantindo igualdade entre homens e mulheres na família, além do artigo 189 ampliando a igualdade de direitos na obtenção do título de domínio ou uso de terras para fins da reforma agrária. Além de muitas ações políticas que beneficiaram a mulher, desde 2003, com intervenções diretas do Governo Federal.

No Brasil, a lógica tradicional patriarcal começou a ser invertida por meio de ações articuladas do governo federal e de movimentos e organizações feministas para promover a autonomia econômica e a igualdade das mulheres rurais especificamente. O Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (SPM) passaram a atuar em parceria com movimentos sociais de mulheres. O MDA também criou a Assessoria Especial de Gênero, Raça e Etnia (Aegre) e disponibilizou recursos para a implantação de políticas de igualdade que promovem os direitos econômicos e o exercício pleno da cidadania das mulheres trabalhadoras rurais.

Esta nova institucionalidade e a participação social qualificaram programas existentes e impulsionaram a criação de novas políticas públicas para a efetivação da cidadania e promoção da autonomia econômica das mulheres trabalhadoras rurais. São ações que contemplam garantia dos direitos a terra, acesso aos serviços rurais e ao comércio, resgate da memória coletiva e apoio a estudos feministas no campo. Segundo dados, Oficinas em parcerias com MDA são realizadas para o contínuo aperfeiçoamento do trabalho feminino, sendo que no período de 2003 a 2009 mais de 4500 mulheres foram beneficiadas com estas ações englobando um público composto por mulheres rurais, indígenas, ribeirinhas, pescadoras e quilombolas e gestoras de políticas públicas, representantes de movimentos sociais e de organizações não governamentais que atuam com mulheres rurais.

Estas ações têm sido executadas em 84 Territórios da Cidadania dos 26 estados da federação e o Distrito Federal. O trabalho tem envolvido a realização de diagnósticos sobre a implementação das políticas de gênero promovidas pelo MDA, o mapeamento de grupos produtivos de mulheres, a constituição de Grupos de Trabalho das mulheres nos Colegiados Territoriais e, diversos seminários, cursos e oficinas com as agricultoras familiares e assessoras técnicas. Todas essas atividades com objetivo de capacitá-las sobre as relações de gênero no meio rural, sobre as desigualdades no acesso às políticas públicas e finalmente sobre programas e políticas específicas. Entre eles o Programa Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural, o Programa de Organização Produtiva das Mulheres Rurais, a política de crédito, a política de acesso conjunto a terra, a política de assistência técnica e extensão rural e o desenvolvimento territorial (MDA – NEAD, 2009).

Assim, essas inúmeras manifestações expandiram-se ao longo dos últimos anos e em prol de defender os direitos da mulher rural, as quais apresentam sempre argumentos fortemente embasados e legalmente estruturados. A Marcha das Margaridas, por exemplo, uma ação estratégica das trabalhadoras rurais para garantir e ampliar as conquistas das mulheres do campo e da floresta reconhece os esforços do atual Governo Federal para superar as desigualdades sociais, com iniciativas para distribuição de renda e inclusão social, porém ainda insuficientes diante da realidade atual das mulheres trabalhadoras rurais. Assim como as demais manifestações, a realização de uma Reforma Agrária ampla e massiva é para a Marcha das Margaridas uma condição primigênia para mudar a realidade econômica e social das trabalhadoras e trabalhadores, no campo e na cidade, para vencer a fome, a pobreza e a violência e construir um país justo, soberano, popular e sustentável. Um movimento de grande importância não só pela força de suas lutas, mas pela representatividade por meio de

Margarida Maria Alves, onde uma de suas frases, dias antes de ser assassinada foi “*Da luta eu não fujo*”.

Considerando essas mudanças nas políticas do Ministério de Desenvolvimento Agrário, o conhecimento sobre famílias rurais necessita ser ampliado e aperfeiçoado como um instrumento para análise e monitoramento do desenvolvimento rural sem ignorar a participação feminina na construção da riqueza. Essas evidências para avançar não podem ser mais ignoradas. Elas emergem de observações baseadas em muitos esforços para melhorar a produtividade da agricultura e da pecuária, esforços esses que outrora eram exclusivamente direcionados ao homem, apesar do papel chave que a mulher desempenha na produção de alimentos e no comércio de muitos países periféricos (NOBLE, 1992).

3.1.3 Efetiva participação da mulher na produção rural

Estudos revelam aspectos que afirmam o protagonismo das mulheres na agricultura familiar, seja em relação aos arranjos internos à família, visando a reprodução do grupo familiar, seja na preservação do patrimônio familiar (a terra). A presença da mulher representa, efetivamente, a continuidade e a permanência da terra-patrimônio e da terra de trabalho (GARCIA, 1983) e igualmente o resultado do trabalho (WOORTMANN e WOORTMANN, 1997), impedindo que se rompa a ligação da família com este bem e com a produção de subsistência (SCHEFLER, 2002).

Apesar de serem poucos, esses estudos sobre a participação da mulher na produção rural demonstram certa mudança na realidade preconceituosa. Essa mudança retrata um marco no início do reconhecimento da valorosa contribuição feminina para o desenvolvimento do país tal como foi arrolado acima. A agricultura familiar, portanto, com a efetiva participação feminina, promove desenvolvimento ao setor rural o que, por sua vez, acarreta benefícios também para o setor urbano, ao fixar contingências humanas que desestimulam o êxodo rural. Compreende-se finalmente que, como as abordagens da gestão logística focam também a gestão das cadeias de produção, incluindo as rurais, pode-se evidenciar então, a interpretação logística vinculada ao âmbito econômico agropecuário, no qual se insere profundamente a mulher.

Constata-se assim a importância da relação entre o desenvolvimento e o crescimento agropecuário exercendo influência na tomada de decisões do setor rural bem como seu reflexo

na economia como um todo. Portanto, busca-se na sequência, tratar do vínculo logístico entre desenvolvimento e unidade produtiva familiar.

CAPÍTULO 4: LOGÍSTICA VOLTADA À GESTÃO DE EMPREENDIMENTOS RURAIS DE BASE ECONÔMICA FAMILIAR

4.1 Conceito de logística junto à proposta de desenvolvimento

Segundo Ballou (2001), a logística empresarial envolve as operações relacionadas com planejamento e controle de produção, movimentação de materiais, embalagem, armazenagem e expedição, distribuição física, transporte e sistemas de comunicação que, realizadas de modo sincronizado podem fazer com que as organizações agreguem valor aos serviços oferecidos e também oportunizem um diferencial de reconhecimento do produto.

Há um conceito de logística tido como mais amplo e fornecido por Arruda apud Bastos (2009) que a define como um conjunto de técnicas e estratégias interdependentes que, aplicado a uma série de funções da atividade econômica é capaz de otimizá-las dentro de um determinado contexto socioeconômico, tecnológico e cultural.

A logística não se resume apenas a um conjunto de táticas operacionais específicas e limitadas a um único segmento ou setor, tão pouco consiste apenas em um processo de minimização de custos, mas em uma atividade que agrega valor ao produto, a partir do momento que haja planejamento estratégico desde sua produção até o seu ponto final.

O conceito de logística abrange toda atividade que envolva planejamento, operacionalização, custos e estratégias, o que por sua vez, abre um extenso “leque” de opções segmentárias em que se pode aplicar logística. Mais do que o simples transporte de materiais, agrega, sobretudo os postos-chave essenciais e efetivos de toda e qualquer cadeia de suprimentos.

Assim, a logística é compreendida como um processo gradativo em que estão inseridas inúmeras relações dinâmicas e interdependentes, dentre elas as econômico-financeiras e políticas, as de ordem microeconômica, macroeconômica e global. Observa-se então que inerentemente ao desenvolvimento articulam-se processos logísticos.

Considera-se então, que a logística por permitir uma ampla visão de processo de planejamento, operacionalização e gestão integrada da atividade econômica, ou seja, de desenvolvimento, constitui-se no campo de conhecimento ideal para análise de empresas e outras organizações sociais como a Unidade de Produção Agrária Familiar.

Bastos e Araújo (2004) sugerem a aplicação logística aos processos de desenvolvimento de pequenos grupos e iniciativas populares como forma de fornecer melhores condições de previsão e planejamento, bem como possibilitar melhorias operacionais e técnicas, com vistas a uma gestão integrada de suas atividades econômicas.

Assim, esses autores evidenciam que tal relação visa o melhoramento das produções e rentabilidades, mesmo em uma perspectiva de desenvolvimento e não apenas de crescimento econômico. É conveniente lembrar que desenvolvimento só se caracteriza pela descentralização espacial da riqueza, equilíbrio entre os três setores da atividade econômica e da inserção massiva do conjunto da população no processo de crescimento econômico.

A logística pode ser utilizada para viabilizar as transformações necessárias na forma de organização e de produção dos setores primários e terciários da economia além da integração destes setores com o setor secundário.

Prioridade na formação dos recursos humanos voltados para a utilização de processos logísticos faz-se necessária, tanto do ponto de vista social – para melhorar sensivelmente a qualidade de vida da população, como do ponto de vista econômico – para desenvolver sustentavelmente os três setores da atividade econômica.

Na Agricultura Familiar, a produção se decompõe em uma parcela destinada ao consumo doméstico e outra, a excedente, destinada à comercialização. Com a ampliação do crédito e do apoio técnico, tende a crescer a produtividade do setor, o que representará acréscimos no excedente a ser comercializado, gerando uma demanda crescente por infraestrutura em logística. Esta é a tendência atual entre os agricultores familiares consolidados e os que estão em consolidação (BRITTO e SANTOS, 2006).

Nesse processo, a organização da produção oriunda da Agricultura Familiar cresce consideravelmente, na qual a participação da mulher é evidenciada em múltiplas atividades, já que associações e cooperativas são elementos-chave na circulação da produção. Identificar os nichos de mercado, avaliar a demanda, orientar a produção e o armazenamento resumem as atribuições logísticas desempenhadas pelas entidades organizativas, sendo a ação coletiva e

orientada a que implica em maiores possibilidades de êxito. A disseminação do empreendedorismo e da cooperação depende do estabelecimento de uma cultura que pode ser mediada pelos entes governamentais (POMPONET, 2007) e é quando o rural arcaico e de subsistência cede espaço à lógica do mercado geradora de desenvolvimento regional, apesar de que essa lógica mercantilista também suponha a submissão do campesinato ao capital monopolista e centralizador (CAMPOS, 1997).

Considera-se genericamente que persista no semiárido brasileiro a predominância de membros da Agricultura Familiar que utilizam técnicas e instrumentos tradicionais e, portanto não conhecidos pelos setores acadêmicos e governamentais. Essa hipótese reforça o fato de que no semiárido ainda existe um árduo trajeto a ser cumprido até que as atividades das famílias produtoras rurais tornem-se sustentáveis, sendo necessário considerar as demandas daquela em relação à logística, no sentido de favorecer a formulação de políticas para o segmento. Essas ações devem partir não só do Governo Federal, mas também estarem inseridas nos planos logísticos de cada estado e subsequentemente de cada município.

Essa necessidade de intervenção articulada do poder público faz-se necessária em parte por considerar que o total de custos com transporte e a determinação do preço final dos produtos agrícolas estão intrinsecamente ligados, além de que a proximidade dos potenciais mercados regionais, onde a redução dos custos teria como consequência imediata a queda nos preços, o que por sua vez, geraria desenvolvimento e melhores condições de comercialização do mercado interno. O raciocínio é aplicável não só ao semiárido cearense, mas como a todo o país, já que cidades que podem representar mercados robustos para a Agricultura Familiar, chamadas cidades polarizadoras, encontram-se na maioria das vezes distantes centenas de quilômetros das Unidades de Produção Agrária Familiares.

Entretanto, segundo Promponet (2007) é necessário efetivar essas vantagens comparativas em relação à logística, lembrando que a Agricultura Familiar se constitui em uma atividade econômica de relevo, principalmente no que se refere à geração de emprego e à fixação de famílias no campo. Nesse sentido já existem linhas de financiamento para investimentos em infraestrutura, como é o caso do Programa Nacional de Agricultura Familiar (PRONAF), previamente citado, que dispõe de uma linha específica em Infraestrutura e Serviços. Por meio dela, o governo federal disponibiliza recursos e atua em parceria com municípios, investindo em infraestrutura pública e serviços de apoio à Agricultura Familiar.

Assim, além da distribuição de produtos, para se oferecer mercadorias com preços competitivos pela Agricultura Familiar isso significa dispor de uma logística adequada, em que se combinam infraestrutura, planejamento e gerenciamento eficientes. Visando que a oferta se ajusta à demanda beneficiando assim a grande maioria das Unidades Agrária Familiares, predominantes no Nordeste brasileiro (IBGE, 2006).

As principais funções da distribuição físicas na visão de Ferrell *et al.*, (2005) são a coordenação do fluxo de informações e produtos entre os participantes dos canais para garantir a disponibilidade de produtos nos lugares certos, na quantidade certa, nas horas certas e de maneira econômica. Na distribuição física há funções como transporte, armazenagem, manuseio de materiais e os sistemas e equipamentos necessários para essas atividades.

Dentre o que é produzido nas Unidades de Produção Agrária Familiares, verifica-se pouca destinação para a comercialização, sendo a pequena parte destinada para este fim destituída de opções de venda, resultando a grande demanda comercializada pelas agroindústrias e cooperativas. Isto demonstra o quanto o sistema de comercialização dos membros da Agricultura Familiar é prejudicado, pois não existe uma grande variedade de formas ou canais de comercialização, assim como a falta de união destes para obter melhores vantagens na comercialização de sua produção.

4.2 Planejamento Logístico

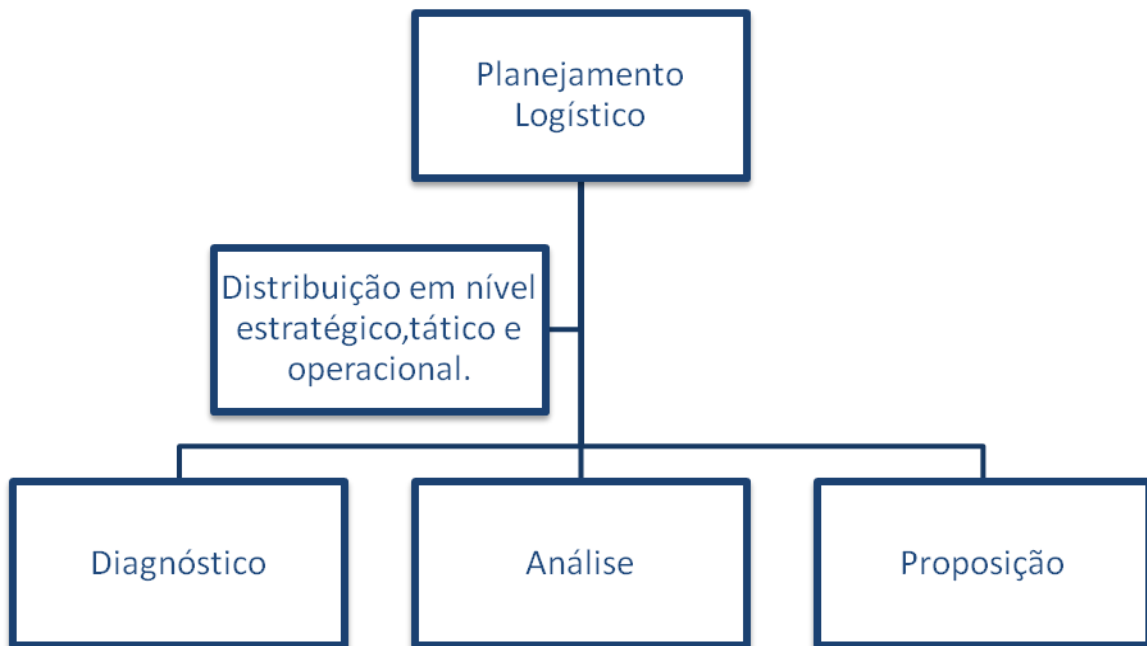
4.2.1 Planejamento logístico como ferramenta de gestão produtiva

Para Bowersox e Closs (1996), o objetivo central da logística é o de atingir um nível de serviço ao cliente pelo menor custo total possível buscando oferecer capacidades logísticas alternativas com ênfase na flexibilidade, na agilidade, no controle operacional e no compromisso de atingir um nível de desempenho que implique um serviço perfeito, promovendo, sobretudo desenvolvimento sustentável.

Assim, apresenta-se uma ferramenta de gestão definida como *planejamento logístico*, que tem por objetivo contribuir na determinação e elaboração de diretrizes fundamentais ao desenvolvimento das atividades, tais como: localização de centros de distribuição, estabelecimento de tecnologias adequadas, seleção de modais de transportes, tipos de veículos que devem ser utilizados, determinação do segmento de atuação e, também, do nível de serviço a ser oferecido aos clientes. Ademais, o planejamento logístico promove integração

sistemática desde a matéria prima até possíveis sugestões de aperfeiçoamento das práticas produtivas (Figura 2).

Figura 2 – Estrutura Sistêmica do Planejamento Logístico.



Fonte: Elaboração Própria, 2014.

Mediante a Figura 2 observa-se a preocupação de como movimentar produtos de maneira eficaz e eficiente através do canal logístico planejado, de modo que o planejamento estratégico é compreendido como sendo de longo alcance, no qual o horizonte de tempo é maior do que um ano. O planejamento tático envolve um horizonte de tempo intermediário, geralmente menos de um ano e planejamento operacional como tomada de decisão de curto prazo, frequentemente feita em base por hora ou diárias.

Ainda segundo Bastos (2012) as etapas através das quais se concretiza o planejamento podem ser sintetizadas em:

- Análise – desdobrando-se nas fases de conhecimento da realidade – atual e/ou futura, no estabelecimento de metas, de objetivos, definição de valores;
- Projeto – fase em que se utilizam técnicas e métodos para a formulação de planos - levantamento de dados, pesquisas de campo, etc.
- Políticas – fase que diz respeito às atividades de ação: implementação, acompanhamento e controle.

Tais interferências baseadas no planejamento logístico atendem como perspectiva: o *Diagnóstico* como levantamento de dados, *Análise* como verificação do processo produtivo e identificação dos gargalos operacionais e por fim a *Proposição* como o conjunto de sugestões operacionais da micrologística que promoverão melhor fluxo e conseqüentemente maior rentabilidade devido ao valor qualitativo agregado ao produto (BASTOS, 2012).

Segundo Porter (1990), para melhor adequação da organização no ambiente, se deve conhecer e compreender os fatores ambientais predominantes no contexto. É importante salientar que o mercado não é algo fixo, mas sim, um ambiente onde as mudanças ocorrem de forma rápida, exigindo estratégias flexíveis para aumentar a possibilidade de alcançar o desempenho esperado.

Novaes *et al.*, (1992) reforça essa ideia afirmando que a logística busca, de um lado, otimizar as atividades operacionais de forma a gerar retorno através de uma melhoria no nível de serviço a ser oferecido ao cliente e, de outro lado, prover a empresa de condições para manter-se no mercado, como por exemplo, através da redução dos custos, ou agregação de qualidade ao produto.

Portanto, para promover o aprimoramento necessário Harrington (1997) afirma que o desenvolvimento de estratégias que atendam as necessidades dos clientes se torna mais fácil no momento que se tenha um planejamento logístico estruturado onde o mesmo proporciona maior facilidade em mensurar o nível de serviço que será oferecido ao cliente, principalmente em relação ao máximo que poderá ser oferecido sem comprometer sua rentabilidade.

4.2.2 Logística na Agricultura Familiar (Diagnóstico)

No contexto rural, sabe-se que logística de distribuição e comercialização de produtos agropecuários, principalmente daqueles que provém da Agricultura Familiar, muitas vezes, deriva em sérios problemas por causa da inexperiência e do conhecimento empírico dos

membros da Agricultura Familiar, que, muitas vezes, por questões culturais consideram o planejamento estratégico dispensável (FONSECA, 2010). Esses fatores somados aos problemas de cooperativismo e inexperiências gerenciais integrantes da Agricultura Familiar influenciam em seus canais de comercialização e nas negociações com as principais redes de vendas de produtos agrícolas. Lembrando que assim, como afirma Bastos (2012), embora imperfeito, o planejamento fornece indicações seguras para nortear a formulação, análise e implantação de linhas de ação públicas e privadas em qualquer organização.

No processo de elaboração de um planejamento logístico deve-se ficar claro que nem tudo que foi planejado funcionará perfeitamente o tempo todo. Souza *et al.*, (2006) afirmam que, quando implementada a estratégia, no desenvolver das atividades, serão necessárias modificações à medida que as condições ambientais ou organizacionais sofrerem alterações, sendo que estas alterações são, muitas vezes, difíceis de serem previstas, principalmente no âmbito rural, onde os fenômenos naturais interferem diretamente na produção e distribuição dos insumos.

A configuração da rede logística diz respeito à escolha de parceiros e às funções atribuídas a estes dentro de uma cadeia. A modelagem da rede logística na Agricultura Familiar pode ser definida como uma metodologia que busca aperfeiçoar um determinado objetivo e aumentar a eficiência e eficácia operacional das práticas produtivas, bem como, intensificar a participação econômica da mulher rural através da micrologística, facilitando o planejamento e a gestão da rede de instalações logísticas e seus respectivos fluxos.

É preciso reconhecer que muito pouco tem sido feito em termos de desenvolvimento de técnicas de gestão que contemplem as particularidades da Agricultura Familiar e as formas pelas quais ela pode inserir-se de forma competitiva e sustentada no mercado nacional. Embora inseridas em lógicas produtivas locais, circunscritas a territórios determinados, a Agricultura Familiar vê-se exposta a paradigmas competitivos que são globais e injustos. Assim, independente dos mercados aos quais destinam a sua produção ou dos canais de comercialização que utilizam pelo menos o segmento de membros da Agricultura Familiar muito integrados devem poder contar com ferramentas operacionais logísticas adequados à sua cultura ‘organizacional’ e limitações em termos de educação formal e condições gerais do meio no qual estão inseridos (BATALHA, 2007).

Daí entende-se que a partir das práticas produtivas específicas da mulher no setor rural, o planejamento logístico tende a promover articulação entre as UPAFs objetivando o aperfeiçoamento do produto ofertado, validação das práticas comerciais e o escoamento da produção com o mínimo de perda possível devido à adequação do modal de transporte além das características peculiares à qualidade agregada ao produto. Porém, para tal efetivação as mulheres no contexto da Agricultura Familiar vinculam-se à necessidade de articulação por meio do sistema de cooperativas a fim de adequá-las ao novo parâmetro de produção.

Como exemplo, Batalha (2007) apresenta um modelo de associação que realiza a comercialização conjunta dos produtos dos seus associados. AGRECO (Associação dos Agricultores Ecológicos das Encostas da Serra Geral), localizada em Santa Rosa de Lima, no estado de Santa Catarina. Esta associação, que produz e industrializa produtos orgânicos, tem como característica o fato de que ela congrega não somente produtores orgânicos, mas também uma rede de cerca de 20 Unidades de Produção Agrárias Familiares.

Esta característica adiciona questões gerenciais importantes aos membros das UPAFs participantes da associação. Estas questões derivam do fato de que, nessa forma associativa, as agricultoras se veem responsáveis não somente pela gestão das suas propriedades, da rede na qual estão inseridos, mas também pela completude do processo.

Eficiência no uso dos recursos e planejamento logístico cada vez mais são condições necessárias para a sustentabilidade dos integrantes da Agricultura Familiar, requerendo um esforço no sentido de vincular pesquisa e capacitação dos mesmos quanto ao quesito: gestão e operacionalização logística, além de sua unidade de produção, de suas associações e de sua integração com a cadeia produtiva.

4.3 Gestão da Cadeia de Suprimentos

4.3.1 Aspectos gerais da cadeia de suprimentos

Souza *et al.*(2006) compreendem cadeia de suprimentos como um conjunto de instalações dispersas geograficamente interagindo entre si. Como exemplos dessas instalações citam-se os fornecedores de matéria-prima, as plantas produtivas, os centros de distribuição,

os varejistas, o estoque em trânsito, os produtos intermediários e produtos acabados entre as instalações.

Assim, a Cadeia de Suprimentos constitui-se em um subconjunto da Cadeia de Valor, a qual é focada em agregar valor a um serviço ou a um produto físico, vinculando-se especificamente a Cadeia de Suprimentos distribuída na produção, disposição e vendas de produtos físicos.

Ainda para diversos autores, a Cadeia de Suprimentos apresenta-se como ferramenta que permite ligar o mercado, a rede de distribuição, o processo e a atividade de compra de tal modo que os consumidores tenham um nível de serviço ao menor custo total, simplificando assim o complexo de negócios e ganhando eficiência (BALLOU 1993; BOWERSOX e CLOSS, 1996; CHRISTOPHER, 2001).

Segundo Santos (2000), o Gerenciamento dessa Cadeia de Suprimento é um sistema que envolve todos os elementos de uma cadeia de produção, do fornecedor de matéria-prima até a entrega do produto (serviço) pelo comércio varejista ao consumidor final, visando a otimização da cadeia como um todo.

Essas definições acerca da Gestão da Cadeia de Suprimento procuram unir o conceito de abordagem logística com o objetivo de conceituá-la e inferi-la em diversos contextos. Outros autores optam por transcrever as definições acerca de cooperação e coordenação entre organizações, configurações da rede de fornecedores e parceiros, desempenho e sustentabilidade da cadeia em si.

Enfim, segundo Teixeira *et al.* (2004) a definição para Gestão da Cadeia de Suprimento varia dependendo da perspectiva teórica utilizada como abordagem. Por exemplo, as áreas das ciências sociais tentam entender o fenômeno, enquanto que a área da produção e operações concentra maior esforço na aplicabilidade direta do tema (BURGES *et al.*, 2006).

As distintas tarefas e atribuições da cadeia compreendem a operacionalidade logística, a qual, segundo Bowersox *et al.* (2007) se constitui no movimento do suprimento de produtos e matérias iniciando-se assim o fluxo de bens de valor agregado que resulta por fim, na transferência de propriedade dos produtos acabados das mãos de produtores ao proprietário dos meios de produção.

Este estágio de transferência é classificado como fluxo de materiais. Assim, o perfeito entendimento da cadeia de abastecimento integrado tem sido reconhecidamente um fator de vantagem competitiva para as organizações que entendem o seu papel com foco econômico no desenvolvimento e não somente no crescimento.

Assim a gestão da cadeia de suprimentos explica o trânsito por transferência de produtos, materiais ou/e informações na lógica econômica capitalista, compreendido como gestão de fluxos, na qual se insere o fluxo financeiro que pode ser caracterizado como a remuneração monetária resultante da comercialização e da entrega de produtos ou da prestação de serviços.

Considerando ainda que todo processo que envolva manuseio, armazenamento, compra, venda, entrega e outros já caracteriza a ideia de fluxo existente no cerne do processo de produção e comercialização de uma Unidade de Produção Agrária Familiar na qual a mulher é responsável direta e única por alguns desses processos.

De acordo com Coughlan *et al.* (2002), canal de distribuição é um conjunto de organizações interdependentes envolvidas no processo de disponibilizar um produto ou serviço para uso ou consumo. O conceito indica que várias empresas estão envolvidas no processo a fim de satisfazer aos usuários finais no mercado, sejam eles consumidores ou compradores empresariais. Junqueira (1999) afirma que os canais de distribuição, além de satisfazer à demanda pela disponibilização de produtos e serviços no local, em quantidade, qualidade e preço correto, também têm papel fundamental no estímulo à demanda, através de atividades promocionais, como propaganda, promoção de venda, merchandising, dentre outras.

Para entender canais de distribuição é interessante saber as razões da emergência dessa estrutura. Segundo Coughlan *et al.*, (2002), existem duas fontes que geram o desenvolvimento e a mudança no canal de distribuição: fatores por parte da demanda e fatores por parte da oferta. Nos fatores por parte da demanda, têm-se a facilitação da busca e o ajuste de discrepância de sortimento. Os intermediários facilitam as buscas nas extremidades do canal, pois o processo de busca é caracterizado pela incerteza tanto dos usuários finais quanto dos vendedores, visto que os usuários finais não sabem ao certo onde encontrar os produtos ou serviços e os vendedores não sabem ao certo como atingir de forma adequada os usuários finais. Quanto à discrepância de sortimento, os intermediários independentes em um canal de

distribuição desempenham a importante função de classificação de produtos. Esta ação é importante devido à discrepância natural entre a variedade de bens e serviços produzidos por um determinado fabricante e a variedade exigida pelo usuário final.

Entre os fatores por parte da oferta, têm-se a criação de rotinas de transações e a redução do número de contatos. Como cada transação de compra envolve pedir, avaliar e pagar por bens e serviços e, ao mesmo tempo, comprador e vendedor têm que chegar a um acordo sobre a quantia, modo e prazo de pagamento, as rotinas de transação podem minimizar os custos e a rotina leva à padronização de bens e serviços. A redução no número de contatos é possível devido à existência do intermediário. Sem estes, cada produto teria que interagir com cada comprador potencial diretamente, para criar todos os intercâmbios possíveis de mercado (JUNQUEIRA, 1999).

4.4 Canais de distribuição da Agricultura Familiar para a comercialização dos seus produtos

E notório que na Agricultura Familiar há deficiências acerca da tomada de decisão, até pelo fato dos maiores esforços até então terem se concentrado na capacidade produtiva, demandando-se pouca atenção a outros processos logísticos como estocagem, comercialização e distribuição. Assim, a logística programada e mais elaborada promove a adequação não só na produção, como da distribuição e comercialização em setores prioritários como das UPAFs e cooperativas rurais, por exemplo.

Sendo importante ressaltar que a implantação de modelos de gestão eficientes, nos quais se valoriza o fluxo ou transferência de materiais e o financeiro, não consistem necessariamente em empregar melhores profissionais ou mesmos altos recursos tecnológicos. Mas, em adaptarem-se os modelos de gestão às características intrínsecas do histórico e à realidade das organizações de base familiar. Neste sentido, torna-se essencial o conhecimento dos principais fluxos que envolvem o processo de colocação do produto no mercado.

Para Fleury *et al.*, (2000), canal de distribuição é um conjunto de organizações, instituições e agentes, sejam eles internos e/ou externos, que tem como finalidade executar as

funções de marketing de produtos e serviços de determinada organização. Todos os agentes que são utilizados no canal de distribuição estão inter-relacionados.

Esta interdependência não ocorre somente numa direção, mas é multidirecional e sistêmica. Assim, inicia-se na UPAF e chega até o consumidor final, podendo percorrer este caminho de forma direta ou passando por inúmeros agentes, sendo que a escolha depende da necessidade no ato de comercialização.

Segundo Bowersox *et al.*, (2006) o sistema de distribuição pode ser classificado em dois tipos, a saber:

- Distribuição direta: se constitui no processo de comercialização que ocorre sem a participação de outra pessoa jurídica. Pode ser realizado por meio de venda pessoal, marketing direto, telemarketing, internet, entre outros, ou seja, a nível familiar, pelos próprios membros da Unidade de Produção.
- Distribuição indireta: caracteriza-se por utilizar as figuras do atacadista e/ou varejista. Possui três subdivisões, a saber:
 - Intensiva: O objetivo principal é colocar seus produtos em qualquer ponto de venda possa comercializá-lo que a nível familiar, poderia ser os cômodos disponíveis da própria casa rural que ofereciam produtos de artesanato, por exemplo. É comumente empregado na distribuição de bens de conveniência.
 - Seletiva: Leva-se em conta a imagem do produto. O ponto de venda deve ser compatível com a imagem do produto. É comumente empregado para bens de médio ou alto valor unitário. Explicando para a Agricultura Familiar, suporia a existência de um cômodo específico da casa rural, associação ou cooperativa que disponibilizaria produtos com certificação sanitária mínima, por exemplo.
 - Exclusiva: é empregada quando se quer preservar ao máximo a imagem do produto. É comumente utilizada na comercialização de bens de especialização e alguns bens de alto valor unitário. Na Agricultura Familiar, tais níveis de distribuição exclusiva já foram identificados, por exemplo, nas cooperativas do MST com seus produtos orgânicos.

Assim, no contexto da Agricultura Familiar os canais de distribuição absorvem os integrantes da família, gerando emprego e renda, com intensa participação da mulher com

responsabilidades domésticas, produtoras e comerciais, sendo que os principais produtos comercializados por elas são: leite, milho, suínos, feijão, fumo e aves (SILVA, 2005).

Logo, o fortalecimento da Agricultura Familiar é de suma importância, pois na visão de Brumer (1999) a mesma é um instrumento simples e eficaz para geração de emprego e renda além da geração e distribuição de riqueza.

Como consequência do incentivo à Agricultura Familiar ocorre a redução da pressão por serviços e infraestrutura que existe nos centros urbanos, evidenciando-se mais uma vez o caráter sistêmico da micrologística no desenvolvimento rural.

4.5 Logística voltada à gestão de ações produtivas de base econômica familiar

Verifica-se que ao se falar de organização no sistema produtivo de uma Unidade de Produção Agrária Familiar, destaca-se o princípio de gestão logística. Sobretudo, apesar dos conceitos serem clássicos a aplicação dos mesmos atende as peculiaridades da realidade em questão.

Segundo Batalha (2002) os componentes da logística clássica são:

- I – Estrutura de instalações;
- II- Procedimentos para processamento de pedidos e previsão de necessidades;
- III – Transporte (Organização do serviço, nível do serviço, custo do serviço, modais de transporte, integração no transporte);
- IV – Manutenção de estoques;
- V – Armazenamento e manuseio de materiais e produtos.

Assim, tais componentes ao serem aplicadas no contexto da Agricultura Familiar promovem a gestão da cadeia de suprimentos e com os modelos de gestão eficientes tendem a aprimorar-se. Afinal, não se trata de empregar melhores profissionais ou melhores ferramentas, mas em adaptar os modelos de gestão às características intrínsecas ao histórico e

à realidade das UPAFs. Nesse sentido, torna-se essencial o conhecimento dos principais fluxos que envolvem o processo de colocação do produto no mercado.

No entanto, como esse trabalho atende a participação da mulher no setor produtivo rural, a comercialização dos produtos e os fluxos logísticos serão estudados em momento posterior.

PARTE II

METODOLOGIA

ESTUDO MULTICASO

No que se segue, apresenta-se a terceira parte da pesquisa que, consiste na aplicação explicativa da metodologia da mesma, abrangendo os detalhes desde a delimitação geográfica até a explicação matemática dos resultados gráficos resultantes das análises estatísticas. Esta parte do trabalho, exposta nos Capítulos cinco e seis, compreende a fundamentação prática da pesquisa fundida à observação dos dados obtidos e definindo um resultado introdutório seguido de argumentação discursiva e descritiva sobre os grupos formados onde distintos autores afirmam ou divergem das interpretações vivenciadas.

CAPÍTULO 5: METODOLOGIA e ESTUDO MULTICASO

A estruturação da metodologia deu-se da seguinte forma: breve síntese teórica sobre a Divisão Sexual do Trabalho, apresentação das fontes de informações utilizadas, amostragem das Unidades de Produção Agrária Familiares, metodologia das análises estatísticas simples e multivariadas, além da interpretação matemática dos dados obtidos.

5.1 Divisão Sexual do Trabalho

No âmbito desse trabalho propõe-se uma reflexão acerca da divisão sexual do trabalho e sobre alguns fatores que contribuem para a sua reprodução na sociedade, entre eles a posição da mulher frente ao meio produtivo e particularmente a invisibilidade da mulher como consequência da subordinação imposta.

A proeminência do homem e a subordinação social das mulheres; embora a opressão de classe e a divisão social do trabalho estejam enraizadas no acesso desigual aos meios de produção, caracteriza a divisão sexual do trabalho, que é determinada pelas instituições de casamento, família e herança como reguladores da reprodução social, isto é: como privilégio de classe é transmitido através do tempo (VIDAL, 1995c).

Martinez-Alier (1978) *aput* Vidal (1995 c) propõe uma definição para divisão sexual do trabalho na sociedade capitalista que é o produto do controle do homem sobre a sexualidade e a capacidade reprodutora da mulher com o fim de perpetuar o acesso desigual aos meios de produção. A formulação em termos biológicos das relações sociais é um mecanismo ideológico para converter os fatos sociais em fatos naturais e em consequências imutáveis. Assim, o controle dos homens sobre "suas" mulheres assegura que a mesma esteja à disposição dos serviços domésticos necessários a sua sobrevivência. O capital então se aproveita desse modo de vida para os seus próprios fins (MARTINEZ-ALIER, 1978).

Interpretações biológicas buscaram legitimar a divisão sexual do trabalho, argumentando que a distinção entre trabalho masculino e feminino seria consequência de fatores inerentes à "natureza" das mulheres e dos homens. O homem, idealizado como provedor da família foi designado para o trabalho da produção e a mulher, designada para o trabalho de reprodução, ocorrendo uma separação entre o público (masculino) e o privado (feminino). As delimitações de espaço laboral masculino e feminino, entretanto, não são fixas, pois sociedades e épocas diferenciadas podem ter concepções distintas daquilo que é mais "apropriado" para mulheres e homens. Essa divisão, na realidade, também não se concretiza

de forma homogênea, pois tanto mulheres quanto homens podem desempenhar tarefas ligadas à reprodução da vida ou ao setor produtivo (BRUSCHINI, 2000).

Dessa forma, muito se vincula a expressões que validam, por exemplo, a aplicação de trabalho que exija maior força física, destinado aos homens, e tarefas mais delicadas atribuídas à figura feminina. Assim o surgimento do conceito de gênero que serve para explicar as relações sociais entre mulheres e homens deixa de ser um processo natural passando a ser fruto do processo social construído e repassado ao longo das gerações.

Gênero é um elemento das relações sociais baseadas nas diferenças entre o masculino e o feminino (SCOTT, 1995) e constitui-se numa categoria analítica que amplia a visão da realidade, permitindo espaços para diferenças entre mulheres e homens, entre homens e entre as mulheres. A inserção dessa categoria na análise das relações sociais de trabalho possibilita uma melhor apreensão dessa realidade, pois o mundo do trabalho está fortemente marcado pela variável gênero.

Essas questões representam algumas das consequências da divisão sexual do trabalho para a mulher trabalhadora. Se mudanças têm ocorrido no processo produtivo, elas têm pouco contribuído de forma significativa para eliminar essa divisão entre trabalhos "masculinos" e "femininos" - separação que historicamente tem prejudicado as mulheres no mercado de trabalho (ABRAMO, 1994).

5.2 Fontes de informações utilizadas

Para realização da investigação foram coletadas informações de diferentes fontes: publicações, documentos de organizações oficiais, associações, cooperativas e pesquisas diretas relacionadas à agricultura familiar por meio de questionários específicos. Diversos aspectos de caráter socioeconômico e estrutural do setor agrário, de nível de produção, preços de produtos, mão de obra utilizada, distribuição de tarefas e gastos foram obtidos.

5.2.1 Delimitação geográfica, climatológica e contexto econômico geral do município

O município de Tauá está localizado entre os paralelos: Latitude S: 6°00' 11'' Longitude W: 40° 17' 34', distante 320 quilômetros da capital cearense e com acesso pela BR- 020. A área do município é de 4.018,19 km² e população estimada em 55.716 habitantes (IBGE, 2010), dos quais 51,44% residem na área urbana e 48,56% na área rural. Predomina o Clima Tropical Quente Semiárido, com precipitação pluviométrica anual na média de 652,1 mm e temperatura média anual: 27°C.

- ✓ O município apresenta IDH - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD, 2010) de 0,633. Tendo seu PIB alcançado R\$ 324.394,57 (IBGE, 2011), representado um PIB per capita de R\$ 5.791,00 (IBGE, 2011). A agropecuária compõe o PIB em 13,4 %; na agricultura destacam-se as culturas de milho, feijão, mandioca e hortaliças.
- ✓ Na pecuária o seguimento bovino leiteiro sempre foi o mais importante, seguido pela ovinocultura. Vale ressaltar que esses dois segmentos, em geral, estão presentes nas propriedades familiares. A pequena propriedade com até 20 ha representa 75,6% do número de estabelecimentos rurais do município. Genericamente, as atividades econômicas dessas comunidades rurais estão vinculadas à produção de carne de pequenos ruminantes, leite e queijo bovino e hortaliças.

5.2.2 Fontes estatísticas

As diversas informações foram extraídas a partir de fontes estatísticas oficiais, tais como:

- FAO 2001 – Manual de Trabalho no Campo;
- NEAD 2011 – PIB das Cadeias Produtivas da Agricultura Familiar;
- IBGE – PNAD 2011;
- IPECE – 2008;
- BRASIL – MDA 2009;
- IPEA 2010 – Chefia Feminina na Família;
- FETRAECE 2011 - Relatório do seminário regional das mulheres trabalhadoras rurais do Nordeste;
- IPEA 2012 – Mulheres Chefes de Família;
- ONU Brasil 2012 – Participação da mulher em 70% do trabalho do Brasil;

5.2.3 Informações sobre as comunidades onde se localizam as Unidades de Produção Agrária Familiares (UPAFs)

Os questionários de campo foram aplicados durante o período de Março a Outubro de 2008 pela equipe do Laboratório de Estudos em Sistemas Semiáridos (Lesisa) da Faculdade de Veterinária da Universidade Estadual do Ceará, mediante projetos de pesquisa intitulados: *Autosustentação econômico-social de comunidades rurais através de cabras leiteiras naturalizadas em região semiárida dos Inhamus- Ce*, e *Mulheres camponesas: trabalho e*

reprodução social no Sertão dos Inhamuns, Ce, financiados pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) do Ministério da Ciência e Tecnologia – Governos Lula e Dilma.

Os dados coletados até então não haviam sido trabalhados, de modo que para utilização dos mesmos como pesquisa inédita (seis anos mais tarde) e para preservar a mesma significância foram necessárias algumas atualizações que repercutiram na rentabilidade e produtividade, pois especificamente os valores do salário mínimo vigente e o valor da unidade animal foram atualizados de tal forma que os índices e variáveis deles dependentes sofreram a mudança correspondente.

5.3 Amostragem das Unidades de Produção Agrária Familiares como multicaso

Foram estudadas 96 UPAFs distribuídas entre 6 comunidades do Distrito do Baixo Trici (Município de Tauá), CE, a saber: Junco (n=22), Tapera (n=22), Lustal I (n=19), Lustal II (n=8), Tiassol (n=15) e Queimadas (n=10). O total de UPAFs existentes nessas comunidades ascende a 305, portanto, o presente estudo abrange 31,47% das UPAFs do distrito.

A coleta de informações originais foi realizada através de questionário aplicado no local. A pesquisa recolheu, em primeiro lugar, informações gerais das UPAFs relacionadas à superfície, estrutura e produção. Ademais, a coleta possibilitou estudos sobre a disponibilidade da mão de obra, média salarial, produtividade, rentabilidade e tipo de manejo. Assim mesmo, através do segundo projeto mencionado foi aplicado questionário específico à mulher rural presente na UPAF caracterizando-se a mesma como avó, mãe e esposa, filha ou tia. A condição de parentesco com o titular masculino foi relativizada, pois o que definiu a eleição da entrevistada foi sua condição de mulher responsável pelas atividades preponderantes na unidade doméstica.

A representatividade da pesquisa (Tabela 1) é significativa considerando o percentual estudado dentro do universo de UPAFs presentes nas comunidades. Estatisticamente o uso de amostras maiores, embora implique maior esforço, permite obter interpretações mais seguras e fidedignas à realidade em questão, pois a margem de erro é diminuída consideravelmente.

Tabela 1: Distribuição de Unidades de Produção Agrária Familiares UPAFs – Números Absolutos e Percentuais.

Comunidade (denominação)	Unidades Familiares Presentes n (número)	Unidades Familiares Estudadas n (número)	Amostragem %
Junco	80	22	27,5
Lustal I	60	19	31,67
Lustal II	50	8	16
Queimadas	32	10	31,25
Tapera	53	22	41,5
Tiassol	30	15	50
Total	305	96	31,47

Fonte: Elaboração Própria, 2013.

A caracterização geral da amostra compõem-se de 27,5% de representatividade da comunidade Junco; 31,67% em Lustal I; 16 % em Lustal II; 41,5% representa a comunidade Tapera e Tiassol tem o parâmetro produtivo estudado com 50 % de amostra (Tabela 1).

Em cada comunidade difere o número de UPAFs, isso foi devido ao processo de entrevista haver atendido ao critério de voluntariedade. Os questionários se referiam a um ano agrícola (agosto de 2006 a agosto 2007).

Segundo pesquisa estrutural exploratória prévia (VIDAL, 2011) nas Unidades de Produção Agrária Familiar (UPAF) as mulheres dessas comunidades participam ativamente nas atividades rurais. A presente pesquisa apontou uma representatividade de mulheres rurais atingindo a média de 92,9% das participantes do primeiro projeto acima citado (n=103) que representam 33% das mulheres rurais residentes no distrito. A Tabela 2, portanto, expõe a distribuição absoluta da amostra e sua correspondente porcentagem.

Tabela 2: Distribuição de amostragem das mulheres rurais sob estudo, de acordo com as comunidades.

CDBT	UR (n°)	UP (n°)	UD (n°)	MUE (n°)	AMP (%)	AMC (%)
Junco	80	24	20	16	91,6	27,5
Lustal I	60	22	16	16	86,3	31,6
Lustal II	50	9	6	9	88,8	16
Queimadas	32	11	9	9	90,9	31,2
Tapera	53	22	18	16	100	41,5
Tiassol	30	15	10	9	100	50
Total	305	103	79	75	92,9*	33*

CDBT: Comunidades do Distrito do Baixo Trici; **UR:** UPFs residentes;

UP: UPAFs no projeto; **UD:** UPAFs utilizadas na dissertação **MUE:** Mulheres nas UPAFs estudadas

AMP: Amostra de mulheres no projeto; **AMC:** Amostras de mulheres estudadas; *Média

Fonte: Elaboração Própria.

5.4 Metodologia das Análises Estatísticas Simples e Multivariadas

Foram elaborados diversos índices e variáveis médias para cada uma das comunidades rurais estudadas, englobando gastos, produtividade, intensificação do capital, produtividade e reemprego e autoconsumo, os quais se referiram às relativas disponibilidades dos diferentes cultivos e aproveitamentos, em relação à superfície cultivada e à superfície total. As variáveis submetidas às análises estatísticas foram majoritariamente de ordem quantitativa. No entanto, a pesquisa também contemplou o estudo suplementar de variáveis qualitativas, em prol de se observar algumas tendências, práticas e modos específicos das UPAFs envolvidas. Os índices microeconômicos de ordem agrícola e pecuária esboçaram a linha logística de produção e custo. Os dados coletados em cada unidade foram comparados entre si e geraram uma interpretação a partir dos resultados obtidos das análises estatísticas aplicadas, apresentando assim o fluxo de produtos/serviços.

O quadro de todas as variáveis foi submetido à aplicação de estatística simples como medidas de tendência central (média) e de dispersão (desvio padrão e coeficiente de variação). Os resultados então apresentados serviram de parâmetro de medição e comparação, visto que grandes conjuntos de dados possuem um sério obstáculo para qualquer tentativa de extração de informações visuais pertinentes aos mesmos. Estas medidas, por sua vez, forneceram informação de posição, isto é, representaram um valor central para o conjunto de dados, além da medida de dispersão, ou variabilidade.

Ademais a matriz de dados foi tratada mediante técnicas estatísticas descritivas multivariadas, onde se realizou em primeiro lugar uma Análise de Componentes Principais

(ACP) com distância euclidiana (parâmetros: $\alpha = 0,5$; $\beta = 0,5$ e $\gamma = 0,9$) (MARTIN-GUZMAN, 1988) cuja finalidade foi obter um reduzido número de componentes e fatores que explicasse a covariância existente entre as variáveis originais. Na análise foram utilizados os índices agrícolas citados junto às variáveis econômicas.

Posteriormente, a base de classificação dos índices aglomerou-se em componentes que explicaram um considerável percentual da variância. Em seguida foi aplicada uma análise hierárquica ascendente (Análise Cluster) para estabelecer uma tipologia das UPAFs estudadas através das médias por comunidade, lembrando que *a priori* foram realizadas análises estatísticas simples. Com o programa Excel 5.0 e a utilização do recurso computacional BioEstat 5.0 foram implementadas as multivariadas ACP e Cluster.

5.5 Análise Fatorial de Componentes Principais (ACP)

O método de Análise Fatorial de Componentes Principais tem sua origem em um artigo publicado por Pearson em 1901, embora segundo diversos autores se associem aos trabalhos realizados por Bravais e Skols na segunda metade do século XIX. O primeiro desenrolar teórico denominado de “componentes principais” apareceu em um artigo de HOTELLING em 1933. A ACP parte de um desconhecimento teórico do objeto de estudo selecionando-se uma amostra de variáveis buscando descobrir os componentes e os fatores necessários para explicar suas inter-relações (SANCHEZ-CARRION, 1984).

Análise fatorial, que inclui ACP, é uma abordagem estatística que é utilizada para analisar inter-relações entre um grande número de variáveis e explicar essas variáveis em termos de suas dimensões inerentes comuns (fatores). O objetivo é encontrar um meio de condensar a informação contida em várias variáveis originais em um conjunto menor de variáveis estatísticas de modo a se ter uma perda mínima de informação.

A ACP considera a variância total e deriva fatores que contêm pequenas proporções de variância única e, e alguns casos, variância de erro. Não obstante, os primeiros poucos fatores não contêm variância de erro ou única o suficiente para distorcer a estrutura fatorial geral. Especificamente, com análise de componentes, unidades (valores de 1,0) são inseridas na diagonal da matriz de correlação, de modo que a variância completa é traduzida à matriz fatorial.

Assim a ACP utilizada neste trabalho por apresentar como principal característica a redução de dados, focando o número mínimo de fatores necessários para explicar a porção máxima da variância total representada no conjunto original de variáveis. Na componente, o fator se expressa como uma combinação linear de um conjunto de variáveis. A análise fatorial busca fazer com que o percentual máximo da variância explicada se acumule no menor número possível de fatores.

Ademais os procedimentos da análise fatorial são baseados na computação inicial de uma tabela completa de intercorrelações entre as variáveis (matriz de correlações). Essa última foi então transformada por meio de estimação de um modelo fatorial para obtenção de uma matriz fatorial contendo cargas fatoriais para cada variável em cada fator obtido.

Três tipos de variância são considerados quando se aplica análise fatorial: variância comum, variância única e variância de erro. Quando se acrescentam os três tipos de variância, consegue-se assim a variância total. Cada um dos dois métodos de desenvolvimento de uma solução fatorial utiliza diferentes tipos de variância. No caso da ACP, utilizada neste contexto, considerou-se a variância total que deriva fatores contendo pequenas porções de variância única. Lembrando que a Análise Fatorial busca fazer com que o percentual máximo da variância explicada se acumule no menor número possível de fatores.

5.5.1 Determinação do número de fatores a serem extraídos

Entende-se como uma decisão crítica em análise fatorial, o número de fatores a serem mantidos para interpretação e uso posterior, pois ao se decidir quantos fatores devem ser extraídos, há a necessidade de se combinar uma fundamentação conceitual com alguma evidência empírica. Neste caso, critérios foram pré-determinados, como o número geral de fatores, somados a alguns valores gerais de referência com relevância prática (por exemplo, percentual mínimo exigido de variância explicada).

5.5.2 Descrição e nomeação dos fatores

Fatores representam uma composição de muitas variáveis. Assim, foram escolhidos quatro fatores como uma solução fatorial aceitável na qual todas as variáveis têm uma carga significativa sobre um fator, foi designado o significado para o padrão de cargas fatoriais. Ou seja, variáveis com cargas mais elevadas são consideradas mais importantes e têm maior influência sobre o nome ou rótulo selecionado para representar um fator. As variáveis

significativas para um fator foram particularmente examinadas, e colocadas maior ênfase sobre aquelas com maior incidência, identificando-se as que deram maior contribuição ao fator designado, e assim, o nome para representa-lo como seu *termo conceitual*.

Para a análise da matriz de dados, é prioritária a redução das informações redundantes, mantendo o que interessa para o problema plantado, e especificar as dimensões do conjunto das informações e suas transformações e outras mais manejáveis (MARTIN – GUZMAN, 1988). O objetivo da ACP é a síntese de informações contidas em uma matriz de dados substituindo as variáveis por outras, que em número menor expliquem, detalhadamente, uma proporção suficientemente grande da variância inicial. Na componente, o fator se expressa como uma combinação linear de um conjunto de variáveis.

5.5.3 Fatoração e rotação

A explicação matemática do modelo se realiza basicamente em duas fases: fatoração e rotação. A fatoração geralmente realiza o método das componentes principais que tem por conta a variância total de cada variável (a unidade) e se tenta deduzir a matriz fatorial completa.

Podem ser que uma determinada configuração fatorial obtida não seja convenientemente interpretável ou interpretativa. Isto é devido a que o espaço fatorial pode representar a infinidade de sistemas de referências. Os métodos de rotação têm por objetivo obter aquela configuração que está melhor situada, a respeito das variáveis de origem. A rotação pode ser ortogonal ou oblíqua. Neste último caso os eixos dos fatores formam ângulos distintos de 90° (os fatores não são independentes entre si). Segundo a recomendação de Ferreira (1996) a rotação ortogonal é a *varimax* com a normalização de Kaiser, pois a *quartimax* tende a concentrar grande parte da variância no primeiro fator, restringindo o conteúdo do restante. Estes métodos não modificam a variância total, pois para cada variável realiza-se a ótima redistribuição de suas semelhanças dentro de cada fator.

5.5.4 Fundamentos práticos

Dos tipos de Análises Fatoriais existentes optou-se pela de Componentes Principais por adaptar-se melhor a este estudo. Já que a hipótese de partida é genérica, pois não há na literatura estudos específicos prévios sobre a logística microeconômica feminina na cadeia de suprimentos da agricultura familiar e camponesa. Assim, um elevado número de variáveis foi considerado inicialmente. Nas seguintes especificações: a tolerância para a inversão da matriz

foi de 10^{-4} ; o teste de retenção de fatores foi o de Kaiser (os de autovalor maior que 1); o método de rotação foi de *varimax* e se realizou a normalização de Kaiser.

Uma vez introduzidos os dados e executado o programa se obteve as seguintes informações:

1. Dados para os quatro primeiros fatores ou componentes. Esta opção tem interesse quando se solicita uma transformação de dados e, se não se especifica, se assume que são cinco fatores ou componentes.
2. Número de fatores lidos. Os fatores ou componentes incluídos no computador são aqueles que contem valores acertados para todas as variáveis usadas na análise.
3. Sumário estatístico univariante. Inclusive médias, desvios padrões, coeficientes de variação, assimetria, curtoses, mínimos e máximos.
4. Matriz de correlações.
5. Coeficiente de determinação (quadrado do coeficiente de correlações) de cada variável com todas as demais.
6. Quadro de correlações múltiplas das variáveis com as componentes principais. São as semelhanças obtidas para os fatores (neste caso componentes principais) retidos depois da interação.
7. Variância explicada por cada componente principal. Para a obtenção de resultados satisfatórios na prática normal se elege aquelas componentes com raízes características maiores que 1. Este critério, denominado kaiser, que utiliza o programa, se baseia no fato de cada componente principal deve representar mais variância total que as variáveis originais. Também se recorre à variância total explicada pelas k primeiras componentes. Esta porcentagem de variabilidade a fixar depende da aplicação concreta da ACP, por normalmente se considerar suficiente entre 70 e 80%, recorrida em 4 ou 5 fatores. Na fixação do valor deve imperar o critério de equilíbrio entre uma porcentagem máxima de variabilidade total e a síntese desta variabilidade em um número reduzido de componentes (MORRISON, 1976).
8. Coeficiente de correlação de cada componente principal com as variáveis originais. São os fatores de carga na rotação.

9. Coeficientes dos componentes principais depois da rotação. Será preciso analisar em cada fator aquelas variáveis que tenham saturações (coeficientes de correlação das variáveis com os fatores) por cima de um determinado valor em função do teste de significância do coeficiente de correlação. Estas variáveis são as que se consideram na interpretação do significado do fator.
10. Representação gráfica das variáveis nos pontos formados pelas componentes principais rotacionadas.
11. Matriz de covariância das pontuações dos indivíduos no espaço das componentes principais retidas. Esta matriz é a identidade no caso das componentes principais com rotação ortogonal.
12. Tabela das distâncias de cada indivíduo de *Mahalanobis* divididas pelos graus de liberdade. Recorre-se às distâncias de cada indivíduo na média de todos os indivíduos e a distância de *Mahalanobis* para as componentes principais. A diferença entre os espaços residuais, nomeadamente, é subespaço das variáveis originais que é ortogonal às componentes principais.
13. Tabela das coordenadas dos indivíduos no plano formado pelas componentes principais, representando o peso dos fatores nos indivíduos. Estas coordenadas são obtidas multiplicando-se as observações das variáveis originais pelos coeficientes das componentes principais.
14. Representação gráfica dos indivíduos nos planos formados pelas componentes principais.

5.6 Análise de Classificação Hierárquica (Análise Cluster)

A análise de agrupamentos ou Cluster foi utilizada por classificar objetos de modo que cada objeto fosse o mais similar possível a outros no agrupamento em relação a um conjunto de características selecionadas. Nessa pesquisa, os objetos foram os valores médios das variáveis selecionados pelos componentes principais. Os agrupamentos resultantes de objetos exibiram elevada homogeneidade interna e elevada heterogeneidade externa (entre agrupamentos). Esse processo mostrou assim, que os objetos estão próximos uns dos outros quando representados geometricamente e diferentes agrupamentos estão distantes entre si.

Entende-se, portanto, que os papéis mais comuns executados pela Análise Cluster serão:

Redução de dados;

- 1) Geração de hipóteses, na qual a análise de agrupamentos é utilizada para desenvolver as hipóteses sobre a natureza dos dados ou para desenvolver hipóteses previamente estabelecidas.

O número de grupos foi obtido baseado no método *unweighted pair-group*, com distância euclidiana do tipo desvio padrão. A tipologia resultante foi utilizada para avaliar o perfil econômico das UPAFs a nível de comunidades e agrega-lo à participação efetiva da mulher como protagonista da logística microeconômica local.

5.6.1 Distinção entre as várias medidas de distância

Diversas medidas de distâncias estão disponíveis, cada uma com características específicas. Distância euclidiana é a mais comumente reconhecida, muitas vezes chamada de distância em linha reta. A distância euclidiana entre dois pontos é o comprimento da hipotenusa de um triângulo retângulo. Neste trabalho foi considerado que o agrupamento ou classificação de indivíduos consiste em formar grupos de indivíduos homogêneos enquanto as variáveis são heterogêneas a respeito dos outros grupos: “Dado um conjunto de indivíduos (M) e tendo de cada um deles uma informação (N), a análise será capaz de classificá-los em grupos de maneira que os indivíduos pertençam a um grupo (sempre com respeito à informação que se dispõe) sendo tão semelhantes quanto possível” (SANCHEZ-CARRION, 1984).

Como em outras técnicas de análises de dados, parte-se de uma matriz de variáveis/objetos através das coordenadas fatoriais das componentes principais previamente identificadas pela ACP. As variáveis não são dependentes e, portanto, se deve ter um especial cuidado na seleção das mesmas (SANCHES – CARRION, 1984). Em muitas ocasiões esta seleção se realiza através de uma análise fatorial prévia, como foi o caso deste trabalho, onde a análise cluster foi aplicada mediante as variáveis extraídas da ACP.

Depois de eliminar o conjunto de indivíduos classificados e eleger as variáveis caracterizadoras desses indivíduos, foi preciso definir a distância entre indivíduos (eleição dos critérios de classificação) e estabelecer uma distância entre os grupos de indivíduos (eleição de critério de agregação). A distância é uma mesma medida de similaridade, de tal maneira

que quanto menor é a distância entre os indivíduos, maior é a sua semelhança, e vice-versa. Entre as distâncias que se podem utilizar estão: a euclidiana, X^2 , *Mahalanobis*.

Segundo Morrison (1976), “a distância euclidiana, quando for estimada a partir das variáveis originais, apresenta a inconveniência de ser influenciada pela escala, de medida pelo número de variáveis e pela correlação existente entre as mesmas”. Para contornar as escalas, faz-se a padronização das variáveis em estudo, para que possuam a variância igual à unidade.

Conforme Ferreira (1996), “a distância de *Mahalanobis*, considera a variabilidade de cada unidade amostral, sendo recomendada para dados provenientes de delineamento experimentais, e, principalmente, quando as variáveis são correlacionadas”. Quando as correlações entre as variáveis forem nulas, verificam-se as variáveis padronizadas, e a distância de *Mahalanobis* D^2 é equivalente à distância euclidiana.

Para definir a maneira de formar os grupos existem vários métodos entre os quais se encontram os hierárquicos. Dentre estes se podem distinguir ascendentes ou aglomerativos e os descendentes ou dissociativos. Estes últimos partem do conjunto de indivíduos como um conglomerado único e eles vão dividir a muitos grupos como indivíduos (conglomerado de maior homogeneidade e mais simplicidade). Os ascendentes se caracterizam por um processo iterativo em que em cada etapa se agrupam conglomerados de unidades da etapa anterior (partindo-se de n indivíduos, depois de cada interação resulta-se $n-1$ elementos), formando uma árvore cuja representação gráfica recebe o nome de “dendograma”, até um conglomerado que engloba a totalidade. Detém-se o processo em um momento intermediário obtendo um número de agrupamentos intermediários entre o momento inicial (tantos grupos como indivíduos) e finalmente (um único grupo que inclui todos os indivíduos).

Entre os critérios de agregação possíveis para estabelecer a distância entre os grupos estão a da média das distâncias ponderadas, a distância mínima e a distância máxima do momento de ordená-los. Procede-se então à aplicação das várias distâncias, observando qual delas permite a formação de grupos com número de indivíduos mais balanceado juntamente ao menor número de indivíduos não agrupados.

5.6.2 Fundamentos práticos

Para o desenvolvimento da análise *Cluster* realizada neste trabalho foram utilizadas, as variáveis da análise fatorial. Todas as classificações dos fatores obtidos foram divididas em análises fatoriais prévias pela medida utilizada enquanto o cálculo das distâncias foi igual aos

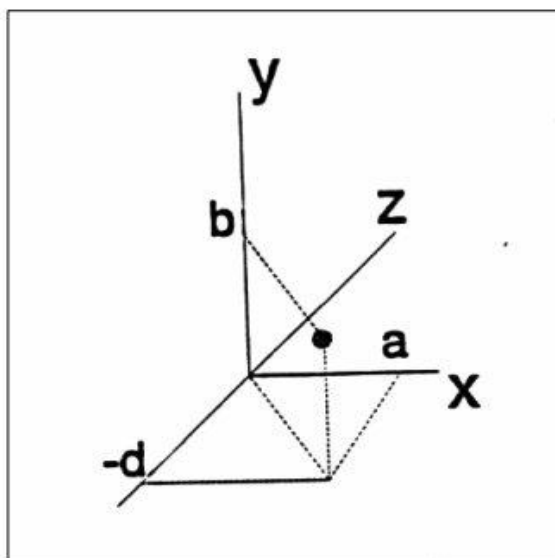
das análises fatoriais de X2. Foi realizada uma Classificação Hierárquica Ascendente de Momento de Ordem Dois, como critério de agregação.

A informação de saída para executar o programa foi a seguinte:

- Nós da árvore hierárquica e Nível de Inércia extraída por cada dicotomia da árvore. Este último permite evidenciar os pontos de ruptura mais adequados para obter os grupos.
- Representação gráfica do Dendograma ou Árvore Hierárquica.
- Contribuições das variáveis e dos Nós.
- Relação de indivíduos que pertencem a cada grupo estabelecido.
- Ajuda a interpretação da participação: variância total, variância intraclasse, coeficiente de variância intraclasse/variância total, contribuição das variáveis ou dos grupos e contribuição das variáveis.
- Ajuda a interpretação dos grupos: cálculo dos centros de gravidade.

5.7 Interpretação matemática das análises

Gráfico 1: Plano cartesiano em três dimensões.



Fonte: Iezzi, 1985 (5ª edição).

As técnicas escolhidas possuem como objetivo, reduzir o número de variáveis e agrupar por meio de particularidades. A ACP trata-se de um caso específico da Análise Fatorial com as matrizes estimadas através do método das Componentes Principais, que é utilizando autovalor e autovetor. A interpretação matemática das componentes foi feita através das cargas, dependendo delas houve a associação de uma variável ou a outra, e na escolha da quantidade de componentes, se utilizou o *lambda*, o qual representa o percentual de explicação. Na análise Cluster ou grupamento das variáveis deu-se através de distâncias calculadas, podendo ser dos mais distantes para os mais próximos e dos mais próximos para os mais distantes.

CAPÍTULO 6: RESULTADOS E DISCUSSÃO

6.1 Estrutura

Os resultados obtidos se baseiam na análise criteriosa de variáveis que caracterizam o perfil microeconômico da mulher nas UPAFs sob estudo. Isso acontece perfazendo o agrupamento de acordo com as devidas classificações e conseqüentemente interpretações peculiares a cada comunidade ou grupos formados através da Análise Cluster. Nas diversas tabelas que expõem os resultados, diferentes temas são abordados em função da temática do perfil microeconômico da mulher na produção rural, entre eles distribuição de superfície, disponibilidade de trabalho, produções, orientação produtiva, intensificação de capital, produtividade e composição de gastos.

A partir das diversas variáveis houve um processo seletivo para que por meio desse se encontrasse forte correlação positiva e significativa, uma vez submetidas às análises estatísticas descritas na metodologia. As demais, não utilizadas na ACP, são consideradas complementares quantitativas e qualitativas, das quais muitas evidências foram constatadas e serviram de base em prol da significância dos resultados atingidos.

Por meio dos resultados, a microeconomia rural apresenta-se de maneira atomizada com a qual se pode estudar o comportamento individualizado e principalmente focar na participação da mulher neste contexto microeconômico. Assim, todas as análises objetivaram evidenciar o desenvolvimento rural com a ativa e necessária participação produtiva feminina.

A inserção da mulher tem aumentado de forma expressiva ao longo dos anos, ou no mínimo têm conseguido mais espaço e reconhecimento, visto que muitos movimentos clamam por sua visibilidade em todos os aspectos, seja em setores econômicos, administrativos ou domésticos. Não só no âmbito rural, mas também no segmento industrial, que engloba múltiplas atividades produtivas garantindo renda para o provimento da família e em outras questões financeiras (SHANIN, 2008) pode-se observar a contribuição feminina.

Relevante no contexto da Agricultura Familiar é a participação da mulher como protagonista da evolução do rural, mas, todavia, culturalmente, no espaço agrário raramente ela assumirá o papel de liderança, na presença da figura masculina na estrutura familiar. No âmbito da Agricultura Familiar prevalece majoritariamente a visão do pai da família, como provedor de todo processo produtivo e gestão da unidade produtiva familiar. E na sua ausência, o filho ou outro membro masculino da família, maior de idade, assume essa responsabilidade de chefe do lar. Provavelmente, essa herança patriarcal na organização de poder da agricultura é devido a que o trabalho feminino tem sido comumente subestimado no setor agrário devido a não ser considerado como primário e não ser comumente pago para produzir alimentos de consumo e de comércio da Unidade Familiar (FAO, 1996-2001). No entanto, em países da periferia capitalista, a posição econômica da mulher rural vincula-se há décadas e diretamente, a seu papel na produção e preparação de alimentos, entrelaçando-se, portanto, à nutrição e segurança alimentar de populações pobres (PINSTRUP-ANDERSON e MARITO, 1984).

Assim, as mulheres muitas vezes enfrentam desafios específicos de gênero para sua plena participação na força de trabalho, o que pode exigir das políticas públicas, intervenções além das destinadas a promoção do crescimento econômico e da eficiência dos mercados de trabalho rurais (FAO, 2011).

Logo, os resultados são apresentados obedecendo à seguinte estrutura interpretativa:

- Características gerais das UPAFs, dos titulares, da terra e idade das mulheres estudadas.
- Resultados da ACP por intermédio de Tabelas, Dendograma e Gráfico Interpretativo.
- Caracterização dos grupos obtidos pela Análise Cluster, variáveis complementares quantitativas e qualitativas.

6.2 Características Gerais

O Sertão na Região Nordeste do Brasil é caracterizado por ecossistemas marginais e ameaçados se destaca pela grande diversidade de paisagens semiáridas e costumes tradicionais. Sua história, marcada pelo latifúndio e uma intensa desigualdade não somente econômica, evidencia o preconceito existente em relação às atividades realizadas por mulheres. No Sertão, a seca aliada ao latifúndio e a discriminação de gênero provocam graves efeitos que atingem principalmente a população rural pobre e nessa, mais diretamente as mulheres (VIDAL, 2011b). No Estado nordestino do Ceará, especialmente, essa questão assume caráter estratégico, já que foi constatado que houve diminuição da porcentagem de mulheres vivendo em áreas rurais do interior, incluindo as amplas áreas sertanejas (IPECE, 2008).

Genericamente, as atividades econômicas dessas comunidades rurais estão vinculadas à produção de carne de pequenos ruminantes, leite e queijo bovino, hortaliças e evidenciam a predominância do Sistema de Exploração de tipo Semiestabulado.

Tabela 3: Porcentagem por faixa etária dos titulares de famílias nas UPAFs.

Comunidade	Grupos de Idade (anos)				
	21 a 30 (%)	31 a 40 (%)	41 a 50 (%)	51 a 60 (%)	> 60 (%)
Junco	9,09	9,09	31,82	27,27	22,73
Lustal I	36,84	26,32	21,05	5,26	10,53
Lustal II	25	–	37,5	25	12,5
Queimadas	10	20	40	20	10
Tapera	19,05	14,29	33,33	23,81	9,52
Tiassol	14,29	7,14	14,29	14,29	50

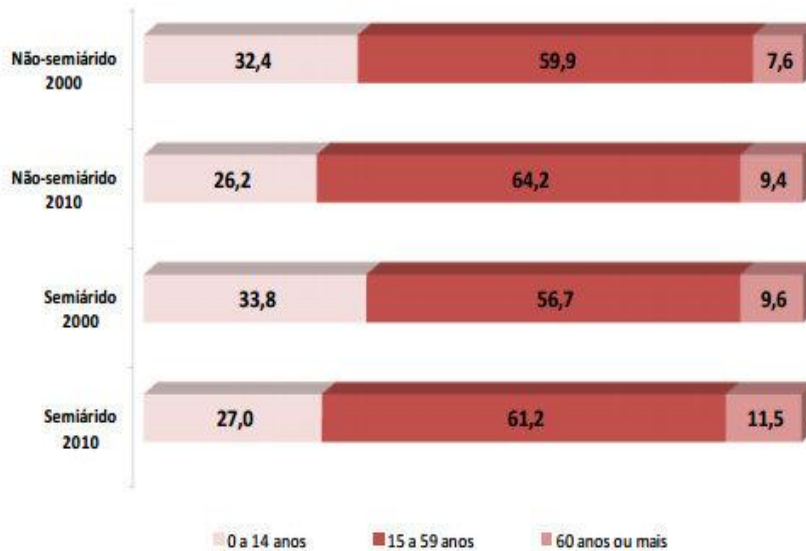
Fonte: Elaboração Própria, 2013.

Quanto à faixa de idade dos titulares da família, segundo a Tabela 3, em todas as comunidades, mais de 60% das idades compreende o intervalo menor que 60 anos. Na distribuição verifica-se, em Junco, o maior percentual concentrado na faixa etária acima de 60 anos, em Lustal I o destaque é no intervalo de 21 a 30 anos com 36,84%, Lustal II, Queimadas e Tapera destacam-se nas idades entre 41 a 50 anos, assim como Tiassol que

apresenta percentual relevante para essa faixa e mesmo valor (14,29%) para o intervalo de 51 a 60 anos.

No entanto, segundo dados do Censo sobre o Novo Perfil Demográfico do Nordeste Brasileiro, de 2000 para 2010, a população com mais de 60 anos tem aumentado no semiárido nordestino, conforme mostra o Gráfico 2.

Gráfico 2: Distribuição Proporcional da População segundo a Faixa de Idade no Nordeste Brasileiro – Censo 2000 -

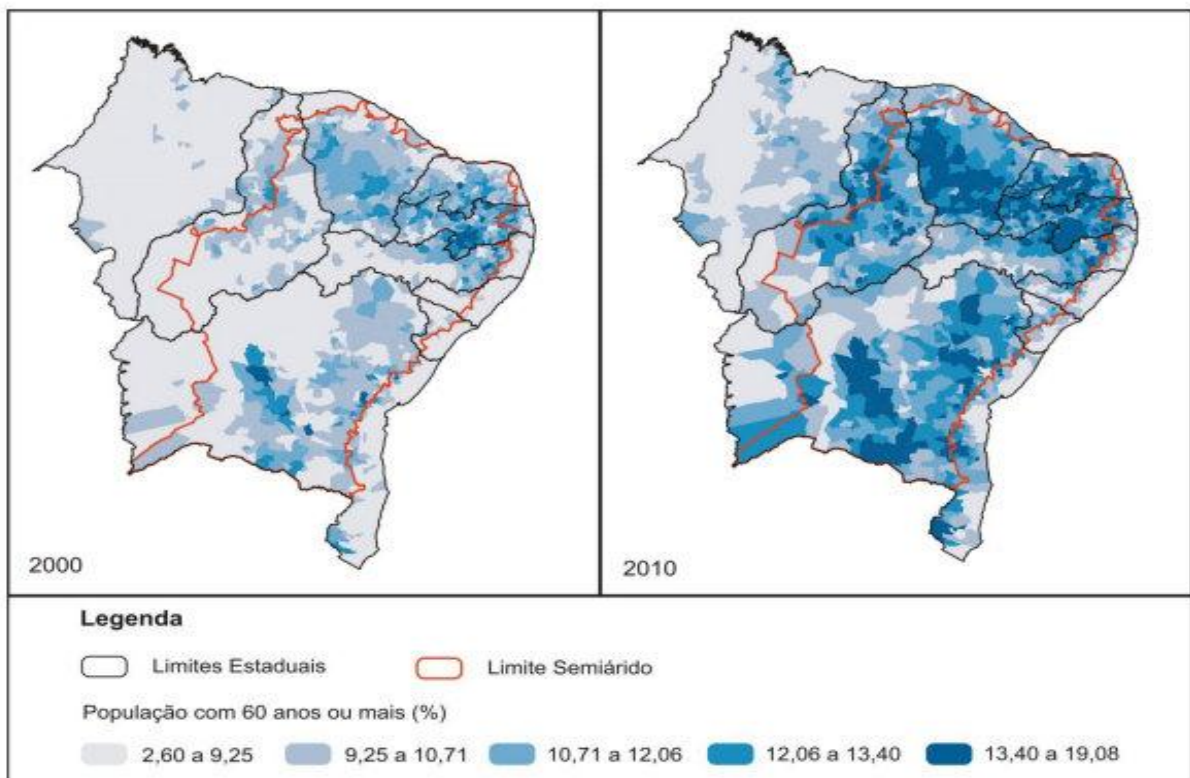


2010.

Fonte: IBGE, 2000 – 2010.

Ainda segundo o mesmo censo, a concentração de pessoas com mais de 60 anos é evidenciada no semiárido conforme Mapa 1 e ao ser comparado ao Mapa 2, verifica-se o mesmo intervalo com uma representatividade acentuada na região do Baixo Trici, Ceará.

Mapa 1: Proporção de Pessoas com 60 anos ou Mais de Idade, por Município – Nordeste Brasileiro, (Censo 2000- 2010).



Fonte: IBGE, 2010.

Mapa 2: Localização do Baixo Trici – Município de Tauá, Ceará.



Fonte: IPECE, 2012.

Vale salientar que, apesar da aposentadoria para trabalhadores rurais ser um direito a partir dos 60 anos para homens e 55 para mulheres, ainda é muito frequente o trabalhador e trabalhadora rural continuarem trabalhando após as referidas idades. Muitas vezes pelos processos burocráticos para aposentadoria, ficando sujeitos a intervenções de sindicatos e também porque mesmo após o benefício, muitos precisam complementar a renda com a lida diária do trabalho rural.

Ademais, os trabalhadores do campo dedicam grande parte de seu tempo em atividades relacionadas à terra, família e entorno. A exemplo, a Associação das Mulheres Rendeiras mobiliza as senhoras no interior de Pernambuco, aproveitando os seus talentos para a melhoria de renda familiar em atividades que ultrapassam os afazeres de casa, trabalhando a autoestima dessas mulheres que vivem em situação de vulnerabilidade social e reavivando a cultura pernambucana de artesanato (SANTIAGO, SOUZA e SANTOS, 2009).

Dantas (2002) apresenta outro exemplo da atividade da mulher nos arredores da casa, agora com o trato dos animais em atividades específicas e particulares ao gênero. Na região do Seridó, no Rio Grande do Norte, tradicionalmente as mulheres são responsáveis pelo engorda dos porcos e em dia de festejos preparam a carne e servem com rigor todos os convidados. Assim, além das inúmeras atribuições, a disposição da mulher nordestina é característica marcante até em dia de festa.

O trabalho no âmbito rural, seja nos arredores da casa ou não, estão diretamente relacionados à terra. Além disso, o trabalho pressupõe a terra para a sua realização e é condição para que ela seja adquirida, já que é por meio desse trabalho que ela é comprada. A Tabela 4 apresenta os percentuais de posse, considerando terra própria e os valores para as terras arrendadas das comunidades em estudo. Verifica-se, portanto, que Tapera detém de maior território próprio das famílias, com 97,81% da totalidade utilizada e Lustal I apresenta o menor percentual, apenas 67,88%, tendo que recorrer a 32,12% de terra arrendada para então efetivar seus modos produtivos.

Tabela 4: Medidas de dimensionamento nas UPAFs em média.

Comunidade	Terra Própria(%)	Terra Arrendada (%)
Junco	68,08	31,92
Lustal I	67,88	32,12
Lustal II	90,99	9,01
Queimadas	85,2	14,8
Tapera	97,81	2,19
Tiassol	76,54	23,35

Fonte: Elaboração Própria.

O trabalho está vinculado a terra e um terceiro elemento vincula-se aos dois já citados, a renda. Esse terceiro elemento pode ser oriundo diretamente da efetivação do trabalho sobre a terra, mas também de outras fontes, a exemplo a aposentadoria. Segundo Veras *et al.*, (1987), na maioria dos países os sistemas de aposentadoria foram fundados há pouco mais de meio século. No início foram instituídos como uma forma de assistência e, cada vez mais, se desenvolvem como um direito do trabalhador. Durante o período ativo é obrigatória à contribuição do indivíduo, assim, após o período funcional, a aposentadoria garante renda vitalícia a fim de manter sua subsistência.

Bruns e Abreu (1997) afirmam que a própria sociedade define um “tempo útil”, “um limite” na vida das pessoas, estabelecido pela aposentadoria, que se apresenta com um dispositivo legal criado pelo sistema a fim de impor o “limite da mais valia do corpo”. Portanto, torna-se comum a desorientação da pessoa quando para de trabalhar, sentindo-se inútil e desestruturada emocionalmente.

Sinésio (1999) diverge dos autores anteriores e afirma que a conquista dos trabalhadores pelo direito à aposentadoria contribuiu para amenizar as condições a que os trabalhadores foram submetidos após a revolução industrial.

No caso do Brasil, que é marcado por profundas desigualdades sociais, a fase da aposentadoria é enfrentada com bastante dificuldade em virtude, também, das péssimas condições de trabalho oferecidas. Os humilhantes salários obrigam os trabalhadores a trabalharem mais tempo, ocasionando esgotamento físico e mental que favorecem às doenças e acidentes de trabalho, que ocorrem frequentemente no Brasil.

Tabela 5: Idade média das mulheres rurais por comunidades.

Comunidade	Mulheres (número)	Idade Média (anos)
Junco	16	51,25
Lustal I	16	43,56
Lustal II	9	40,11
Queimadas	9	43,11
Tapera	16	43,63
Tiassol	9	51,44

Fonte: Elaboração Própria.

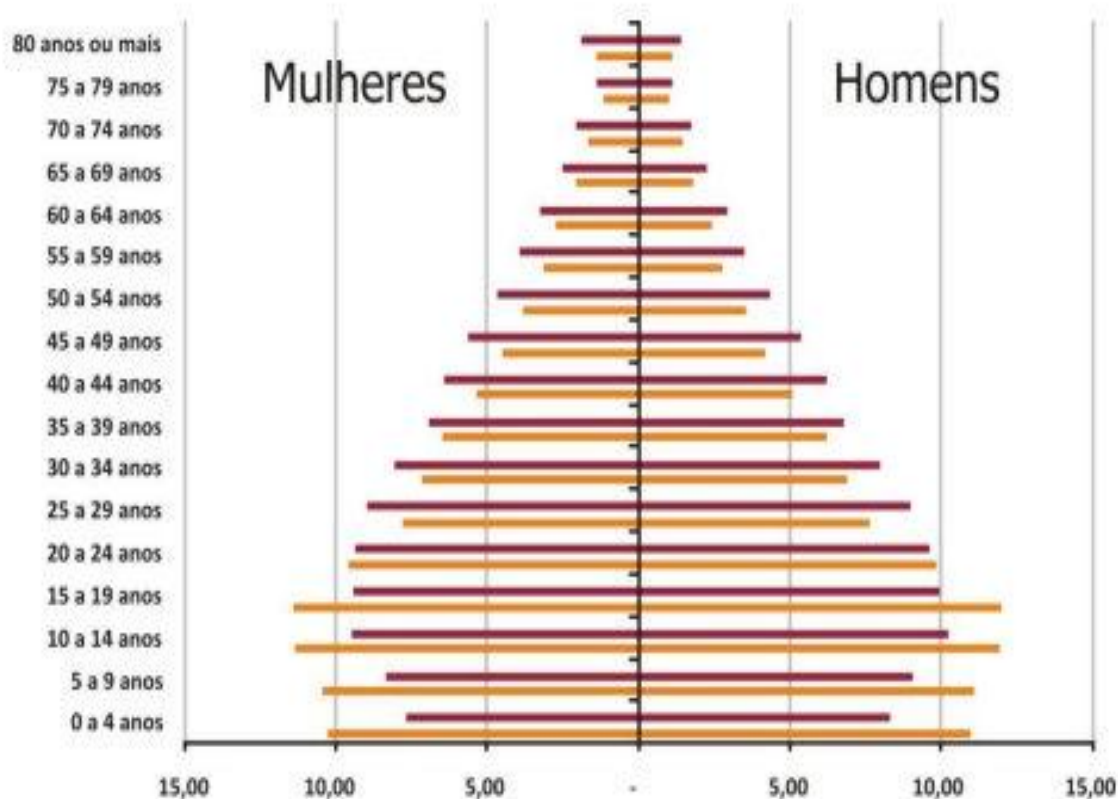
Já em relação especificamente à mulher rural, a média de idade nas comunidades estudadas é compreendida no intervalo de 40 a 51 anos, apesar das menores idades concentrarem-se nas comunidades Lustal I, Lustal II e Queimadas, a diferença das idades em relação às demais comunidades não é acentuada (Tabela 5).

A mulher rural nordestina funciona como um elemento-chave não apenas para a sobrevivência dos indivíduos, mas também para a transmissão da cultura, do capital econômico, para a proteção e socialização de seus componentes e de solidariedade entre gerações (SANTOS, 1981).

Não só por sua múltipla importância, mas também por sua fibra a mulher rural nordestina tem demonstrado sua resistência em inúmeros fatores, dentre eles a faixa etária. O Censo 2010 apresenta um comparativo entre as idades dos homens e mulheres do Nordeste Brasileiro, enfatizando o meio rural e urbano.

Convergindo com os dados desta pesquisa a mulher tem se mantido, em termos de faixa etária, equiparada ao homem, e de maneira geral há um envelhecimento da população nordestina, um reflexo observado em todo país (Gráfico 3).

Gráfico 3: Pirâmide Etária do Nordeste. Composição da População Urbana e Rural segundo o Sexo por Faixa de Idade.



Fonte: IBGE, 2010

De acordo com IBGE (2010) o processo de redução da proporção de pessoas de 0 a 14 anos na população do Nordeste ocorre de modo distinto nas áreas urbana e rural. Comparando a pirâmide etária para a população urbana e rural, verifica-se que a população de jovens vem sendo reduzida e afinando a base da pirâmide a partir dos 25 anos na área urbana e dos 10 anos na área rural, indicando um processo mais recente no campo, que não podia ser observado no censo anterior.

Isso pode ser tratado como um processo amplo e uma tendência regional, a despeito dos movimentos populacionais e diminuição de população em alguns municípios. Em todos os municípios da Região ocorreram diminuição do número proporcional de pessoas com menos de 15 anos. Já o aumento do número de idosos (60 anos ou mais) ocorreu em 1769, ou 99% dos municípios.

6.3 Interpretação da Análise Fatorial através da Análise de Componentes Principais

Na sequência foram descritos e analisados os resultados detalhados sobre o perfil econômico para cada grupo de mulheres rurais distribuídas nas UPAFs das comunidades citadas. Apresentou-se sua diversidade microeconômica com destaque para a contribuição produtiva da mulher no âmbito dessas comunidades. Os resultados apontam, assim, às especificidades produtivas da mão de obra feminina bem como às possíveis intervenções necessárias e promotoras de desenvolvimento para o setor, por meio da micrologística e suas derivações como planejamento logístico e aprimoramento da cadeia produtiva rural da agricultura familiar.

A matriz de dados foi tratada mediante análise estatística multivariada, realizando-se inicialmente cinco Análises de Componentes Principais (ACP) a partir de 63 variáveis relativas à microeconomia dessas UPAFs, incluindo a participação produtiva da mulher nessas comunidades, tal como foi explicado previamente na metodologia. Os eixos fatoriais que emergiram do espaço tridimensional através da quarta ACP evidenciam a maior variância explicada relativa as 21 variáveis econômicas selecionadas das mulheres rurais nas UPAFs descritas na Tabela 6, atingindo-se assim o objetivo de sumarizar ao máximo os dados a partir do conjunto de variáveis originais.

Tabela 6: Variáveis escolhidas para serem utilizadas na Matriz de Correlações da ACP.

	Descrição das Variáveis	Siglas	Unidade
1	Reemprego e autoconsumo	Rem. Aut.	R\$
2	Valor Bruto Anual (sem trabalho Familiar)	VAB	R\$
3	Valor Líquido Anual (VAB - gastos fixos)	VAL	R\$
4	Unidade de Trabalho Total em relação ao Valor Bruto Anual	VAB/UTA	R\$/UTA
5	Superfície Agrária Útil em relação à Rentabilidade	VAL/SAU	R\$/ha
6	Superfície Total em relação à Rentabilidade	VAL/ST	R\$/ha
7	Superfície Agrária Útil em relação à Mão de Obra Feminina	UTA fem/SAU	UTA/ha
8	Superfície Total em função da Mão de Obra Feminina	UTA fem/ST	UTA/ha
9	Mão de Obra Familiar em função da Prod. de Ruminantes	Prod. rumin./UTA fam	\$/UTA
10	Mão de Obra Assalariada em função da Prod. de Ruminantes	Prod. rumin./UTA ass	\$/UTA
11	Mão de Obra Familiar em função da Produção Vegetal	Prod veg/UTA fam	\$/UTA
12	Mão de Obra Assalariada em função da Produção Vegetal	Prod. Veg/UTAass	\$/UTA
13	Mão de Obra Total em função da Produção de mel, compotas e doces	Outras prod./UTA	\$/UTA
14	Mão de Obra Feminina em função da Prod. de mel, compotas e doces	Outras prod./UTA fem	\$/UTA
15	Produtividade de Aves em função da Mão de Obra Feminina	UTA fem/UA aves	UTA/UA
16	Produtividade de Suínos em função da Mão de Obra Feminina	UTA fem/UA suínos	UTA/UA
17	Produtividade de hortas e pomares em função da Mão de Obra Feminina	UTA fem / Produções	UTA/R\$
18	Mão de obra Feminina em função da Produção de Aves	Produção aves/UTA fem	\$/UTA
19	Mão de Obra Feminina em função da Produção de Suínos	Prod. suínos/UTA fem	\$/UTA
20	Mão de Obra Feminina em função da Produção de Hortas e Pomares	Produções/UTA fem	\$/UTA
21	Mão de Obra Feminina em função de Atividades Administrativas	Ativ. Administrativas/UTA fem	\$/UTA

Fonte: Elaboração Própria, 2013.

Na Análise Fatorial utilizaram-se as matrizes estimadas através do método das Componentes Principais, ressaltando autovalor e autovetor. A interpretação das componentes foi por meio das cargas, associando uma variável a outra, o que permitiu a escolha do número representativo das componentes com respectivo percentual explicativo.

Como padrão da ACP, neste trabalho o primeiro fator determinado, corresponde à maior porcentagem da variabilidade total presente e assim sucessivamente nos demais autovalores. Ademais, os três primeiros fatores encontrados explicam a maior parte da variabilidade presente.

O cálculo dos autovalores na ACP escolhida corresponde a 63,56%, percentual que segundo a literatura é considerado satisfatório e muito explicativo, totalizado na emergência de quatro componentes ou fatores (LOPES, 2001). A seguir, correspondentes autovetores extraídos da matriz de correlações expressam valores positivos e negativos, resultantes do carregamento das variáveis originais em cada um deles.

Tais carregamentos são considerados como uma medida da relativa importância de cada variável em relação às componentes principais e seus respectivos sinais, positivos ou negativos, indicam relações diretamente e inversamente proporcionais (FERREIRA, 1996).

Segundo Artes (2001), os fatores explicam grande parte da variabilidade total dos dados, expressa através da soma das variâncias das variáveis originais. As variáveis com

maior variabilidade (variância) são predominantes na construção dos fatores. A Tabela 7 apresenta as variáveis e dentre elas, as que figuram a participação predominante produtiva da mulher, demonstrando sua representatividade no contexto microeconômico das UPAFs.

Tabela 7: Contribuição das diferentes variáveis econômicas aos quatro primeiros fatores.

Fatores	Variância explicada (%)	Autovetor	Autovetor	Valor da Carga Fatorial (p < 0,01)	Significado do Fator
Fator 1	24,82	VAB	Valor Agregado Bruto	0,3927	VAB e VAL positivos com orientação produtiva vegetal (Horta e Pomar) cultivada por mulheres.
		VAL	Valor Agregado Líquido	0,3816	
		Prod. Veg./UTAfam	Produção Vegetal em relação à Unidade de Trabalho Anual Familiar	0,3766	
		VAB/UTA total	Valor Agregado Bruto em relação à Unidade de Trabalho Anual Total	0,3544	
Fator 2	17,94	VAL/ST	Valor Agregado Líquido em relação à Superfície Total	0,4808	Trabalho feminino inversamente proporcional a SAU e ST.
		VAL/SAU	Valor Agregado Líquido em relação à Superfície Agrária Útil	0,452	
		UTA fem/SAU	Unidade de Trabalho Anual Feminino em relação à Superfície Agrária Útil	-0,4822	
		UTA fem/ST	Unidade de Trabalho Anual Feminino em relação à Superfície Total	-0,4853	
Fator 3	11,12	Prod. Aves/UTA fem	Produção de Aves em relação à Unidade de Trabalho Anual Feminino	0,3025	Capital intensificado através da produção de aves pela mulher.
		UTAfem/UA Suínos	Unidade de Trabalho Anual Feminino em relação à Unidade Animal - Suínos	-0,2967	
		Outras Prod./UTA total	Outras Produções (doces, compotas e mel) em relação à Unidade de Trabalho Total	-0,4522	
		Outras Prod./UTA fem	Outras Produções (doces, compotas e mel) em relação à Unidade de Trabalho Feminino	-0,4543	
		Outras Prod./UTA assal	Outras Produções (doces, compotas e mel) em relação à Unidade de Trabalho Assalariado	0,2976	
Prod. Rum/UTA fam	Produção de Ruminantes em relação à Unidade de Trabalho Anual Familiar	0,2843			
Fator 4	9,68	Outras Prod./UTA total	Outras Produções (doces, compotas e mel) em relação à Unidade de Trabalho Total	0,4266	Intensificação do capital através da participação feminina no trabalho com produções de mel, doces e compotas.
		Outras Prod./UTA fem	Outras Produções (doces, compotas e mel) em relação à Unidade de Trabalho Feminino	0,4242	
		Prod. de Aves/ UTA fem	Produção de Aves em relação à Unidade de Trabalho Anual Feminino	0,4218	
		Prod.Rum/UTA Assal	Produção de Ruminantes em relação à Unidade de Trabalho Anual Assalariado	0,2915	
Total	63,56%				

Fonte: Elaboração Própria.

Na Tabela 7 pode ser observado a respeito do **Fator 1** que o trabalho familiar é intensificado, identificando-se à Produtividade do Trabalho Total por seus valores positivamente similares, o que resulta em totalidade satisfatória expressada por intermédio do Valor Agregado Bruto e Líquido. Em outras palavras, esse fator explica quanto o trabalho familiar capta de capital por intermédio da Produção Vegetal. Esse Fator explica 24,82% da variância total e caracteriza, portanto as UPAFs com a avaliação microeconômica geral do sistema de produção anual positiva - expressada pelo Valor Agregado Bruto e Líquido. Assim são famílias que alcançam bons resultados econômicos estando esses baseados na intensificação do capital na Agricultura Familiar, considerando a Unidade de Trabalho Total e Familiar (UTA) em relação à Produtividade Vegetal.

Com 17,94% da variância individual explicada, o **Fator 2** mostra que as rentabilidades da Superfície Total (ST) e da Superfície Agrária Útil (SAU) são inversamente proporcionais à produtividade da mão de obra feminina. Com valores totais positivos, nesse Fator a distribuição daqueles pelo quantitativo territorial gera uma Rentabilidade de Superfície satisfatória tanto para ST quanto para SAU. No entanto, a Produtividade do trabalho feminino apresenta-se inversamente à dimensão da superfície, o que significa que a mulher rural produz em atividades que não dependem de disponibilidade de terra. O trabalho feminino nessas comunidades é clássico, pois é essencialmente "camponês".

Ainda segundo a Tabela 7, o **Fator 3** apresenta que o montante captado pelo trabalho da mulher promove elevada Intensificação do Capital por intermédio da Produção de Aves, cujo reflexo positivo concretiza-se no trabalho familiar. Em contrapartida, verifica-se uma Extensificação do Capital por intermédio da variável que sintetiza Outras Produções, pois a mesma apresenta valores negativos em relação à mão de obra feminina bem como em relação ao trabalho total. Vale ressaltar que o mesmo modo produtivo refletiria atenuante satisfatório em relação à mão de obra assalariada, caso a mesma fosse dedicada a Outras Produções. O Fator 3, portanto, com 11,12% da variância explicada, expressa a atuação positiva do trabalho da mulher especificamente com a produção de aves nas UPAFs que se associa a outro potencial de retorno econômico: a produção de ruminantes realizada por intermédio de trabalhadores assalariados e familiares. Evidencia-se assim a complementaridade dos diversos tipos de mão de obra no âmbito da agricultura familiar.

Já o **Fator 4**, com 9,68% da variância explicada, caracteriza a UPAF onde a positividade da intensificação do capital vincula-se à participação do trabalho da mulher na

Produção de Aves novamente e no mesmo grau de relevância à produção de ruminantes por trabalhadores assalariados. Evidenciam-se assim, que nessas UPAFs, a mulher é a única responsável pela produção desse tipo de animais monogástricos. É possível observar ainda que há Intensificação do Capital tanto em relação ao trabalho total por intermédio de Outras Produções e como reflexo do trabalho feminino intrínseco no familiar, como em relação à Produção de Ruminantes por trabalho assalariado. Assim, o destaque positivo do trabalho feminino nesse fator se relaciona à Produção de Aves e Outras Produções como mel, doces e compotas, promovendo assim satisfatória Rentabilidade das Produções manejadas pela mulher.

Em cada um dos fatores estudados evidencia-se a participação ativa do trabalho feminino resultando positivamente no modo produtivo. No F1 o trabalho familiar é intensificado e as famílias alcançam bons resultados econômicos, sendo que a UTA fem. encontra-se associada à UTA fam. No F2 a mulher rural produz em atividades que não dependem de disponibilidade de terra ao produzir no entorno da casa. A elevada intensificação do Capital por intermédio da produção de aves é evidenciada no F3, cujo reflexo positivo concretiza-se no trabalho familiar e por fim, no F4 a positividade da intensificação do capital vincula-se à participação do trabalho feminino na produção de aves novamente e no mesmo grau de relevância à produção de ruminantes por trabalho assalariado. No entanto, diante destes resultados hipotetizam-se alguns questionamentos em função desse destaque feminino frente a resultados produtivos satisfatórios: i) a rentabilidade oriunda de uma elevada produtividade beneficia a mulher especificamente ao passo que propicia retorno à família? ii) a intensificação do trabalho feminino não a sobrecarrega em termos físicos, psíquicos e emocionais? iii) quais os reais benefícios atribuídos à mulher adquiridos a partir de sua inserção no setor produtivo e de fato tem lhe promovido bem-estar e realização pessoal?

Segundo Guiraldelli (2007) a feminização, que vem ocorrendo nas últimas décadas no universo das relações de produção, apresenta um caráter paradoxal, pois tem-se a inserção da mulher na cadeia produtiva ao mesmo tempo em que o mundo do trabalho vem atravessando um estágio de precarização nas formas de produzir. Cabe lembrar que a mulher não participa apenas do mercado de trabalho, ou seja, assumindo funções produtivas, mas também as funções reprodutivas, além do trabalho doméstico onde se prevalece a responsabilidade feminina, permitindo com isso transmitir à mulher uma carga tripla de jornada de trabalho, ou seja, o trabalho extra domicílio, o cuidado com os filhos e as tarefas do lar.

Diante dessa tendência de inserção da mulher no mundo do trabalho, principalmente do emprego em tempo parcial, merece ser destacado que é o elevado crescimento de formas de trabalho que envolve baixos salários, marcados pela precariedade diante de subcontratações, terceirização e subempregos. Acarreta-se, portanto, sobrecarga emocional e desgaste físico à mulher contraponto a má remuneração do serviço prestado (NOGUEIRA, 2004, p.49).

A participação das mulheres e o tratamento diferenciado de homens e mulheres no mercado de trabalho têm implicações tanto sobre a distribuição de bem-estar como sobre a distribuição da capacidade de geração de renda da força de trabalho. Embora estejam relacionados, os impactos da inserção feminina no mercado de trabalho sobre a distribuição de bem-estar e sobre a distribuição da capacidade de geração de renda podem ser bastante distintos. Na medida em que os membros de uma família repartam seus recursos de forma equitativa, o bem estar de um membro qualquer da família depende apenas da renda per capita familiar. Assim, a importância de sua própria renda sobre o bem estar limita-se à influência desta renda sobre a renda total da família (GUIRALDELLI, 2007).

6.4 Implicação interpretativa por meio da Análise Cluster

De acordo com Ferreira (1996), a Análise Cluster tem por objetivo agrupar elementos da amostra em grupos, e segundo Reis (1997), situar as observações homogêneas em grupos, sendo os mesmos heterogêneos entre si. Assim, neste trabalho o agrupamento resultou em quatro grupos nomeados e descritos de acordo com suas potencialidades econômicas gerais, bem como no tocante à participação microeconômica específica da mulher na produção rural.

No agrupamento verifica-se uma maior representatividade encontrada nas comunidades Junco e Tapera, visto que são essas as comunidades que agregam o maior número de UPAFs da região estudada. A Figura 3 apresenta a composição dos grupos após Análise Cluster e a variação das comunidades compondo cada grupo e suas especificações.

Figura 3: Esquema de Formação de Grupos segundo Análise Cluster.

Comunidade		Nº da UPAF	
Grupo 1:	Tapera	82	
	Tapera	83	

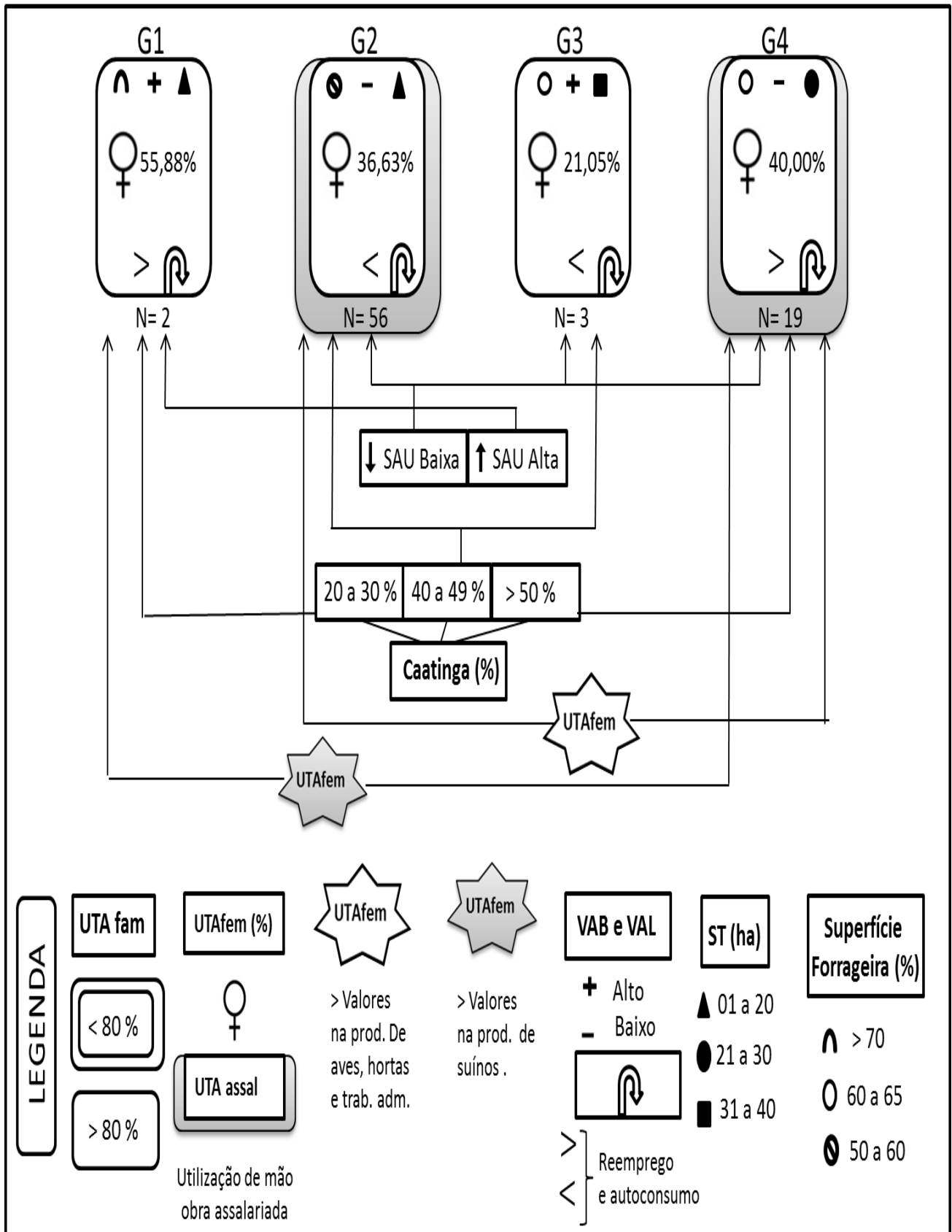
Comunidade		Nº da UPAF	
Grupo 2:	Junco	1	Lustal 1 41
	Junco	2	Lustal 2 44
	Junco	4	Lustal 2 45
	Junco	5	Lustal 2 49
	Junco	6	Queimadas 51
	Junco	7	Queimadas 52
	Junco	8	Queimadas 54
	Junco	10	Queimadas 55
	Junco	12	Queimadas 56
	Junco	13	Queimadas 57
	Junco	16	Queimadas 58
	Junco	18	Queimadas 59
	Junco	19	Tapera 62
	Junco	20	Tapera 63
	Lustal 1	23	Tapera 64
	Lustal 1	24	Tapera 66
	Lustal 1	25	Tapera 67
	Lustal 1	26	Tapera 69
	Lustal 1	27	Tapera 70
	Lustal 1	28	Tapera 73
Lustal 1	29	Tapera 74	
Lustal 1	30	Tapera 75	
Lustal 1	31	Tapera 79	
Lustal 1	32	Tapera 80	
Lustal 1	34	Tiassol 86	
Lustal 1	36	Tiassol 95	
Lustal 1	37	Tiassol 97	
Lustal 1	40	Tiassol 98	

Comunidade		Nº da UPAF	
Grupo 3:	Junco	22	
	Tapera	72	
	Tiassol	93	

Comunidade		Nº da UPAF	
Grupo 4:	Junco	3	
	Junco	9	
	Junco	11	
	Junco	15	
	Junco	21	
	Lustal 1	33	
	Lustal 2	43	
	Lustal 2	46	
	Lustal 2	48	
	Queimadas	53	
	Tapera	68	
	Tapera	77	
	Tapera	81	
	Tiassol	87	
	Tiassol	94	

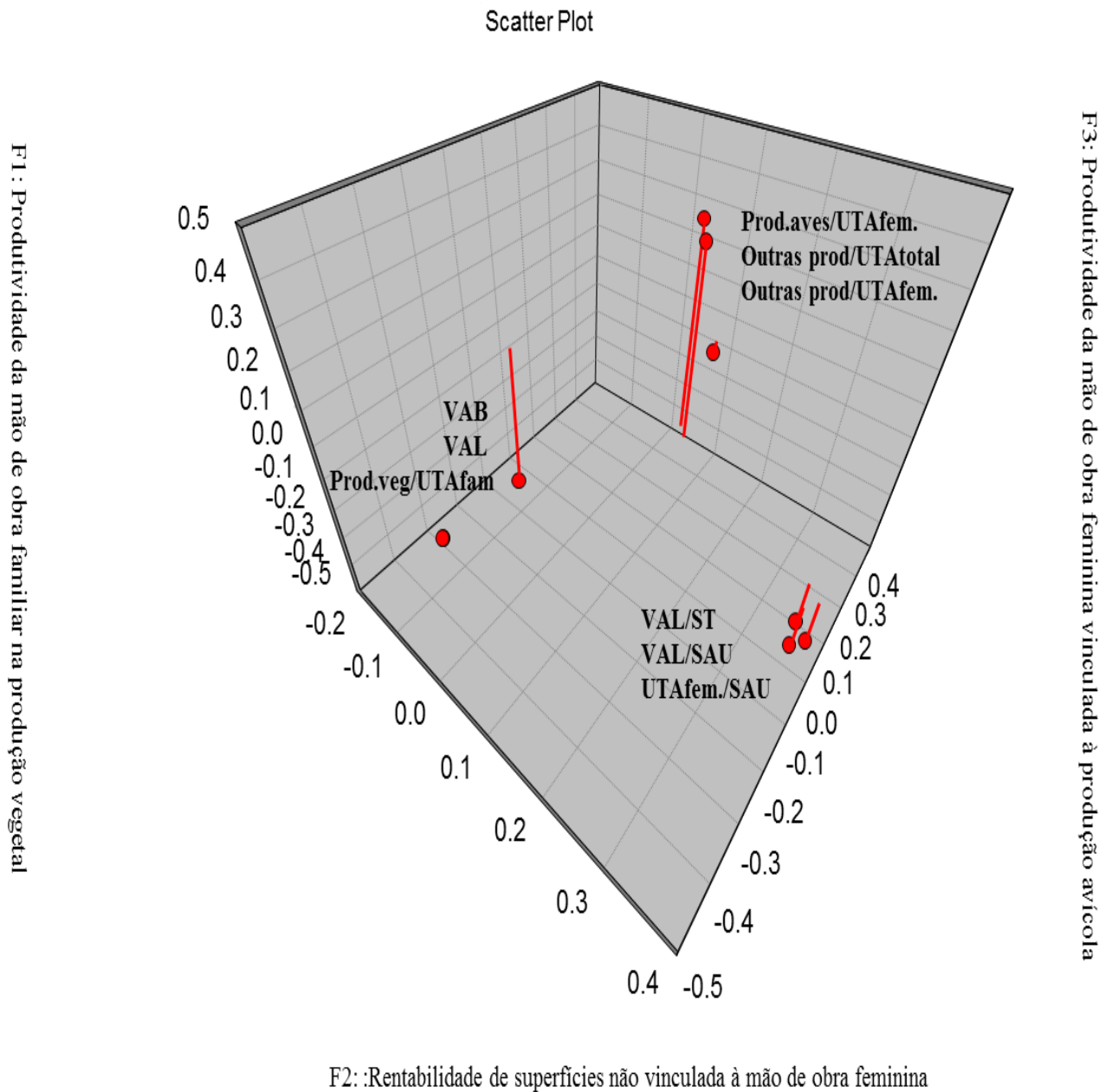
Fonte: Elaboração Própria.

Figura 4: Dendograma de interpolação entre os grupos



Fonte: Elaboração Própria.

Gráfico 4: Projeção tridimensional dos três primeiros Fatores.



Fonte: Elaboração Própria.

O Dendrograma de interpolação entre os grupos (Figura 4) reflete as características acentuadas de cada grupo após a Análise Cluster além das relações existentes entre os mesmos e apresentando uma conexão de similaridades com exaltação das particularidades. Já o Gráfico 4 apresenta de forma ilustrativa a projeção tridimensional dos três primeiros fatores destacando as variáveis evidentes e suas respectivas projeções espaciais nos eixos cartesianos.

De acordo com o Gráfico 4 é possível verificar a participação intensa da mulher em relação à Produção de Aves e de Outras Produções como doces, compotas e mel. Ao passo que a UTA Familiar apresenta-se com expressividade em relação à Produção Vegetal, indiretamente evidencia-se a inclusão da mão de obra feminina visto que sua participação na Unidade de Trabalho Familiar já foi discutida e autenticada neste trabalho (Tabela 8) e por outros autores. Constata-se no mesmo gráfico a notoriedade da distribuição territorial da Superfície Agrária Útil em relação a UTA feminina, variável detalhada e com maior destaque no Grupo 2 segundo dados da Tabela 8, que explica as variáveis quantitativas básicas e complementares relativas à Disponibilidade de Trabalho.

6.5 Caracterização dos grupos

Ao confrontar diferentes dados, naturalmente obtêm-se resultados autoexplicativos, bem como distintos argumentos para discussão movida pelos objetivos traçados nesta pesquisa. Logo, a caracterização dos grupos dar-se-á por intermédio da exposição dos dados obtidos que se encontram organizados em tabelas as quais serão descritas e analisadas inicialmente através dos quantitativos básicos e complementares (Tabelas 8 a 16, com exceção da 9), na sequência através dos qualitativos (Tabelas 17 e 18) e finalmente por intermédio do espectro dominante de alimentos que retornam à família como autoconsumo e reemprego (Tabela 23), totalizando 63 variáveis quantitativas estudadas em valores médios anuais.

As classificações nessas tabelas dizem respeito à Distribuição de Superfícies, Disponibilidade de Trabalho, Produção em Valores Absolutos, Orientação Produtiva, Valores Econômicos Globais e Rentabilidade da Terra e do Trabalho, Composição dos Gastos, Intensificação do Capital e Produtividade e Rentabilidade do Trabalho Feminino. As variáveis qualitativas dizem respeito à Fase Familiar e Contribuição Masculina às tarefas domésticas e Espectro Dominante do Fator Trabalho quanto à atividade produtiva realizada.

A partir dos valores calculados referentes à estatística descritiva, em termos de medida central (média) e medidas de dispersão (desvio padrão e coeficiente de variação), cada grupo passa a ser avaliado pelas suas peculiaridades.

Grupo 1: *Unidades de Produção Agrária Familiares (UPAFs) com maior índice de Unidade de Trabalho Agrário Familiar e Feminino com destaque da mão de obra da mulher na Produção de Pequenos Ruminantes e comercialização de seus derivados.*

Duas UPAFs formam este grupo (Tapera 82 e Tapera 83), cuja distribuição de superfície agrária útil (SAU) agrega 70,06% de superfície forrageira (SF) e 29,94% de superfície em cultivo (SC), com média de 14,61 hectares por UPAF. Ademais, a distribuição de superfície deste grupo abrange 4,60 hectares de caatinga representando um percentual de 25,44% da superfície total.

Observa-se, como notável característica a forte participação da mulher nas atividades realizadas na superfície agrária útil em atividades distintas, totalizando uma porcentagem considerável de 55,56% da mão de obra feminina em relação à mão de obra total (Tabelas 8 e 10).

Neste grupo a orientação produtiva concentra-se na produção vegetal, equivalente a 82,22% da produção final. Agregando à produção vegetal todos os demais modos produtivos, este grupo acumula o maior valor no montante de produções (R\$52.708,55). De forma análoga ao Grupo 3, este é constituído por poucas unidades produtivas, mas que detém uma extensa superfície agrária útil (Tabela 11).

Em relação aos resultados econômicos globais, este grupo apresenta o maior VAB de todos, o que reflete na produtividade da mão de obra total (VAB/UTA total) que é a segunda mais alta (R\$ 12.123,64) e apenas superada pelo Grupo 3 em virtude de possuir um menor número de unidades de trabalho (Tabela 13).

Outras potencialidades produtivas deste grupo são o manuseio com suínos, destacando-se também o manejo com pequenos ruminantes, além de Atividades Administrativas, cujas ações em sua maioria são realizadas por mulheres ou filhas (Tabela 18). Constata-se que a unidade de trabalho feminina em relação à Produção de suínos representa R\$9.384,38 e quanto à produtividade feminina por meio de atividades administrativas apresenta valor de R\$164,87 para as quais se estabeleceu como parâmetro de valor o salário mínimo vigente em 2008, equivalente a R\$ 381,00 (Tabela 15).

Ressalta-se que essas últimas atividades caracterizam a organização financeira e comercial das UPAFs como administração (cartas, formulários, pagamentos e telefone), realização de cursos na área rural, venda direta aos consumidores tarefas domésticas relacionadas ao controle e manutenção dos empregados do sítio.

Como o trabalho com ruminantes é uma forte característica deste grupo, os caprinos viabilizam principalmente a comercialização de pele, leite, queijo e/ou esterco, refletindo na

produção total um valor correspondente a R\$ 4.662,16. Por se tratar de tarefas que são realizadas no entorno da casa, as mulheres são muito atuantes nesse segmento, correspondendo a uma média de R\$ 2.227,15 por unidade de trabalho feminino em relação à produção dos derivados desses ruminantes (inclusive com valor majoritário em relação aos demais grupos) (Tabelas 11 e 15).

De modo análogo, foi observado em Lafía, na Nigéria que as mulheres rurais têm preferência por espécies menores como aves, caprinos, ovinos, em vez de gado, camelo, ou búfalo. Isto porque apesar do valor agregado ser baixo, o custo inicial é menor, e os homens são menos propensos a interferir (KEORGAT, 2003).

***Grupo 2:** Maior grupo em número de unidades de produção agrária familiares com proporção inversa à produtividade total e multifuncionalidade da mulher em aspectos produtivos.*

Este grupo, composto por 56 UPAFs que se localizam nas comunidades rurais de Junco (n=14), comunidade de Lustal I (n=15), em Lustal II (n=3), em Queimadas (n=8) e Tiassol (n=4) é o mais representativo, pois reúne 58,33% das UPAFs.

Caracteriza-se principalmente pelo segundo menor Valor Agregado Bruto (VAB) e apesar do grande contingente de famílias, o grupo possui rendimento médio anual de apenas R\$ 6.355,28, sendo superado, em termos negativos, apenas pelo Grupo 4. Observa-se essa frágil situação econômica que se reflete imediatamente no baixo valor da produtividade da mão de obra total (VAB/UTA total) que rende em média R\$1.126,31 (Tabela 13).

Apesar de ser o maior grupo em número de UPAFs, destaca-se por ser o de menor área de Superfície Agrária Útil (SAU), com apenas 5,80 ha. Dessa área apresenta 51,85% de aproveitamento em Superfície Forrageira (%SF/SAU), valor menor dos quatro grupos, entretanto apresenta o melhor aproveitamento da Superfície em Cultivo (%SC/SAU), com um percentual de 48,15 (Tabela 10).

Quanto à disponibilidade de trabalho é caracterizado por mão de obra familiar e trabalho assalariado. O total de unidades de trabalho (UTA total) apresenta disponibilidade intermediária média de 3,79 por unidade familiar, das quais 1,39 UTA representam a mão de obra feminina, ressaltando-se assim sua importante contribuição (Tabela 8).

Percentualmente o trabalho distribui-se com 88,79% das atividades realizadas por unidades familiares e desse montante 38,66% são de cunho feminino. Consta também a participação do trabalho assalariado, resultando 11,21% do trabalho total. Todas as atividades dessa mão de obra são realizadas em área média de 20,18 hectares, ou seja, cada UPAF possui pouca disponibilidade de terra, em comparação, por exemplo, ao Grupo 1 (Tabelas 8 e 10).

Com uma produção anual de R\$8.366,18 é um grupo com produtividade intermediária baixa. Sua orientação produtiva é predominantemente vegetal por concentrar 83,72% de suas atividades em produção vegetal (R\$ 7.724,44), incluindo o cultivo em hortas e pomares. Quanto ao cultivo desses últimos, observa-se a relevante atuação da mulher, pois a unidade de trabalho feminino rende uma média anual de R\$846,73 com esta atividade (Tabelas 11 e 12).

Vidal (2011a) em pesquisa na mesma região semiárida do Baixo Trici apresenta que os vegetais mais cultivados são a salsinha, cebolinha e alface, e as principais frutas extraídas: melão, manga e goiaba. Esses vegetais produzidos e/ou coletados eram periodicamente encaminhados para venda direta nas feiras semanais municipais. Nelas, as próprias mulheres apoiadas por membros da família, comercializavam diretamente o fruto de seu trabalho.

Esses resultados são consistentes com os encontrados por autores que trabalharam em outras regiões semiáridas. Frankenberger *et al.*, (1989), por exemplo, analisaram hortas familiares na Maurítânia, onde essa atividade era desenvolvida exclusivamente por mulheres cooperativadas, ou seja, seus cultivos hortícolas, compostos principalmente por melões, ervilhas selvagens, quiabo e hibisco eram comercializados pelas próprias camponesas produtoras.

Dos quatro grupos, este se destaca ademais na produção de mel, compotas e doces com contribuição feminina. Mesmo apresentando uma rentabilidade relativa baixa (R\$ 132,86), a atividade mostra-se como uma nova alternativa de trabalho, a qual, com o incentivo correto pode tornar-se uma atividade geradora de mais emprego e melhor renda, principalmente para as mulheres familiares agrárias com pouca dimensão territorial disponível. Esta atividade corresponde a 0,37% da produção total, gerando R\$75,92 através da unidade feminina, evidenciando-se como o maior valor desse segmento nos quatro grupos (Tabelas 11 e 15).

Grupo 3: *Maior área em distribuição de superfície útil e conseqüentemente maior produção vegetal e trabalho feminino pouco evidenciado em grandes dimensões territoriais.*

Um total de 3 UPAFs forma esse grupo (Junco 22, Tapera 72 e Tiassol 93). Entre as suas características encontra-se o elevado valor alcançado no total de produções (R\$37.388,69), mesmo sendo formado por uma pequena quantidade de unidades agrárias. Retém a maior superfície total média (25 ha), distribuída em 51,85% de superfície forrageira e 48,15% de superfície de cultivo. Ademais este grupo utiliza da maior área de terra considerada útil no âmbito da caatinga, correspondendo a 25 hectares (Tabelas 10 e 11).

Sua base de disponibilidade de trabalho é familiar, pois não possui trabalho assalariado, verificando-se poucas unidades de trabalho por UPAF: em média 1,58 UTA. Esse quantificador indica que várias atividades de produção são realizadas pelo mesmo membro da família, e desse total 16,67% são realizadas pelo trabalho feminino (Tabela 8).

A orientação produtiva desse grupo destaca-se também na produção vegetal, como os dois anteriores sendo classificado como especializado em Produção Vegetal, por concentrar 99,36% da produção nesta atividade. O restante (0,64%) destina-se à produção de pequenos ruminantes. Com essas duas atividades, as UPAFs desse grupo possuem uma rentabilidade anual de R\$35.592,09, correspondente ao Valor Agregado Líquido (VAL) (Tabelas 11, 12 e 13).

O grupo também apresenta o menor valor destinado a UTA feminino que realiza trabalho de cunho administrativo e contábil, cuja média representativa caracteriza a UPAFs nas quais a mulher desenvolve essas atividades, com um valor correspondente de R\$127,27. Apesar de a participação feminina ser evidenciada para esse tipo de trabalho, não é destaque como espectro dominante, fato apresentado apenas nesse grupo (Tabela 15 e 18).

Grupo 4: Maior variedade produtiva e participação acentuada da mulher representando múltiplas funções em parceria com a UTA assalariada e destaque feminino nas atividades administrativas.

Este grupo está integrado por 19 UPAFs (Junco 3, Junco 9, Junco 11, Junco 15, Junco 21; Lustal I - 32; Lustal II - 43, Lustal II - 46, Lustal II - 48; Queimadas 53, Tapera 68, Tapera 77, Tapera 81, Tapera 83; Tiassol 87, Tiassol 88, Tiassol 90, Tiassol 94 e Tiassol 96). Estas unidades agrárias possuem em média 28,20 hectares, com a maior utilização da caatinga como espaço útil (57,20%) da superfície total (Tabela 10).

Com 40,96% de participação na disponibilidade de trabalho, as mulheres compartilham com as tarefas dos demais membros familiares e com os 17,18% referentes ao trabalho assalariado, pois esse é o grupo com maior número de mão de obra assalariada (Tabela 8).

O Grupo 4 totaliza R\$ 9.325,44 em produções nas quais a atividade feminina apresenta-se distribuída em praticamente todos os modos produtivos, a saber: trabalho no roçado, manejo com animais, trabalho com hortas e pomares, atividades administrativas além da fabricação de doces, compotas e mel (Tabelas 8, 11 e 15). Assim, ressalta-se a mulher em seu labor principalmente por sua multifuncionalidade.

Além disso, neste grupo observa-se o menor valor destinado à unidade de trabalho anual em relação ao valor agregado bruto (R\$ 179,44). Um dos fatores explicativos para tal comportamento pode ser o baixo valor retido do total de produções e o fato de haver maior disponibilidade de profissionais assalariados (Tabela 13).

A orientação produtiva neste grupo é classificada como mista em relação à produção vegetal e ruminante, pois, apesar de múltiplos modos de produção presentes, destacam-se a produção vegetal (67%), produção de pequenos ruminantes (18,61%) e produção de grandes ruminantes (11,95%). Esta última apresenta-se muito relevante nesse grupo, por alcançar o maior valor (R\$517,16) (Tabelas 11 e 12).

Considerando que a responsabilidade das tarefas administrativas das unidades é assumida pelas mulheres, se observa que se alcança o maior valor remunerativo de todos os grupos, totalizando em média R\$271,63 por unidade de trabalho e tendo como base comparativa o valor do salário mínimo em 2008 (Tabela 15).

Dentro da unidade de produção, as tarefas consideradas como voltadas para a comercialização, mercado, banco (depósitos e financiamentos), contatar técnicos e participação de reuniões de sindicatos e de cooperativas são, geralmente, de responsabilidade de representatividade masculina. Embora seja uma atividade considerada masculina, a mulher

tem ampla participação na execução, porém é excluída das tomadas de decisões além de não ser considerada apta a realizar tal tarefa, portanto, não é reconhecida no trabalho prestado.

Ao mesmo tempo, as atividades dentro da casa são quase sempre praticadas pelas mulheres, tanto pelas mães como pelas filhas, sendo geralmente consideradas como de sua total responsabilidade (SCHEFLER, 2007).

6.6 A Resistência Produtiva da Mulher no Período da Seca

Além da caracterização básica de cada grupo, na qual foram expostos os pontos mais relevantes, faz-se necessário interpretar categoricamente também cada grupo mediante outro conjunto de variáveis quantitativas, as quais apontam para a completude do entendimento frente aos resultados já obtidos pelas análises estatísticas ACP e Cluster.

Tabela 8: Variáveis quantitativas básicas e complementares relativas à Disponibilidade de Trabalho absoluta e relativa de acordo com os grupos tipificados.

GRUPOS		UTA familiar	UTA feminina	UTA assalariado	UTA total	%UTA fam/ UTA total	%UTA assal/ UTA total	%UTA fem/ UTA total	UTA fem/ SAU	UTA fem/ ST
Grupo 1 n=2	X	4,25	2,38	0,00	4,25	100,00	0,00	55,56	0,16	0,12
	DP	0,35	0,53	0,00	0,35	0,00	0,00	7,86	0,07	0,06
	CV	0,08	0,22	0,00	0,08	0,00	0,00	0,14	0,43	0,51
Grupo 2 n=56	X	3,24	1,39	0,55	3,79	88,79	11,21	38,66	0,24	0,07
	DP	1,38	0,74	0,85	1,88	15,17	15,17	18,93	0,12	0,03
	CV	0,43	0,54	1,54	0,50	0,17	1,35	0,49	0,50	0,37
Grupo 3 n=3	X	1,58	0,33	0,00	1,58	100,00	0,00	16,67	0,03	0,01
	DP	0,52	0,58	0,00	0,52	0,00	0,00	28,87	0,07	0,01
	CV	0,33	1,73	0,00	0,33	0,00	0,00	1,73	2,14	1,32
Grupo 4 n=19	X	3,82	1,84	0,79	4,61	82,82	17,18	40,96	0,23	0,07
	DP	1,44	0,90	1,03	1,26	20,50	20,50	17,21	0,07	0,02
	CV	0,38	0,49	1,31	0,27	0,25	1,19	0,42	0,31	0,35

Fonte: Elaboração Própria.

Quanto à disponibilidade de trabalho, os grupos possuem potencialidades e especificidades em cada tipo de mão de obra, a diversidade nos modos produtivos é característica da Agricultura Familiar que no Nordeste é responsável por 82,9 % da ocupação de mão-de-obra no campo.

Esse percentual, segundo Buainain (1997) aponta que a Agricultura Familiar no Nordeste apresenta uma diversidade de condições agroecológicas e de relações sociais de produção, que determinaram a formação de uma multiplicidade de sistemas agrários e de produção, muitos dos quais em acelerado processo de transformação.

A região caracteriza-se pela marcada concentração de estabelecimentos familiares em algumas áreas geográficas, pelo baixo nível de renda gerado pelas unidades produtivas, pela exígua base de recursos naturais, até mesmo hídrico e fundiário, pela pressão demográfica e deterioração ambiental.

De acordo com a Tabela 8 o G1 possui totalidade familiar e nesta disponibilidade de trabalho dispõe do maior percentual de mão de obra feminina, o que por sua vez configura maior distribuição de Unidade de Trabalho Feminina por Superfície Total, fato que se assemelha a outra pesquisa realizada também em território cearense.

Para as mulheres sertanejas que residem na comunidade Palmeirinha no Crato/Ceará a realidade não é diferente, muitas delas se dividem entre as atividades no campo, os afazeres domésticos e às vezes desenvolvem atividades pluriativas para complementar a renda familiar (FLORO, 2012).

A mesma tabela aponta uma informação importante acerca da participação feminina nas comunidades sob estudo. Verifica-se que no Grupo 2, composto por 56 UPAFs sendo, portanto, o mais representativo. A média de Superfície Agrária Útil (SAU = 5,8 ha) é a menor de todas. Em espaço territorial reduzido a Unidade de Trabalho Feminina (UTA fem) é a mais atuante (0,24) em função da superfície, o que evidencia que a mulher não apresenta seu potencial produtivo vinculado a grandes dimensões, subentendendo que neste grupo tem-se a maior produtividade do trabalho feminino em relação à SAU. Ademais, neste grupo a UTA feminina corresponde 38,66% da UTA total, comparando-se percentualmente os valores da Tabela 8.

Ainda, os dados dessa tabela respaldam a compreensão genérica da multifuncionalidade produtiva da mulher, pois no manejo com aves e trabalhos

organizacionais e contábeis, a UTA feminina apresenta os maiores valores relacionados, apesar de estar em uma posição não majoritária, porém significativa no manejo com suínos e produção de hortas e pomares.

Segundo Anker (1997) além das diferenças esperadas entre regiões mais e menos desenvolvidas quanto à importância da agricultura (onde muitas mulheres realizam trabalho não remunerado), existem diferenças interessantes entre homens e mulheres segundo a região. Nas regiões menos desenvolvidas, a força de trabalho feminina está mais concentrada do que a masculina na agricultura. Este padrão aplica-se à Ásia e à África, enquanto na região da América Latina e o Caribe a agricultura é uma fonte de emprego muito menos importante para as mulheres do que os homens.

Tabela 9: Distribuição setorial da força de trabalho por sexo e região no mundo em 1950 e 1990 em taxas percentuais.

	AGRICULTURA (%)			
	1950		1990	
	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens
Mundo	73,27	63,7	52,28	46,68
Países mais desenvolvidos	40,64	31,83	8,04	10,05
Países menos desenvolvidos	87,38	77,78	66,7	56,55
Ásia	88,1	77,76	68,12	57,74
África	89,1	78,51	73,08	56,05
América Latina e Caribe	34,08	59,05	13,17	31,31
América do Norte	3,76	16,37	1,47	4,02
Europa	45,66	35,96	10,81	13,27
Oceania	33,94	31,64	19,45	20,32

Fonte: OIT, 1997 (Obs.: Grifo Próprio).

Ainda segundo o autor, a distribuição setorial do emprego por sexo na América Latina e o Caribe é mais similar à das regiões desenvolvidas que a das menos desenvolvidas, conforme Tabela 9. Vale salientar que o percentual de complementação do trabalho feminino e masculino está vinculado à indústria e serviço. Estes dados convergem com a realidade dos grupos G2, G3 e G4, porém divergem dos resultados de disponibilidade de trabalho do Grupo 1, visto que a UTA fem em relação à UTA total corresponde a um percentual de 55,56 (Tabela 8).

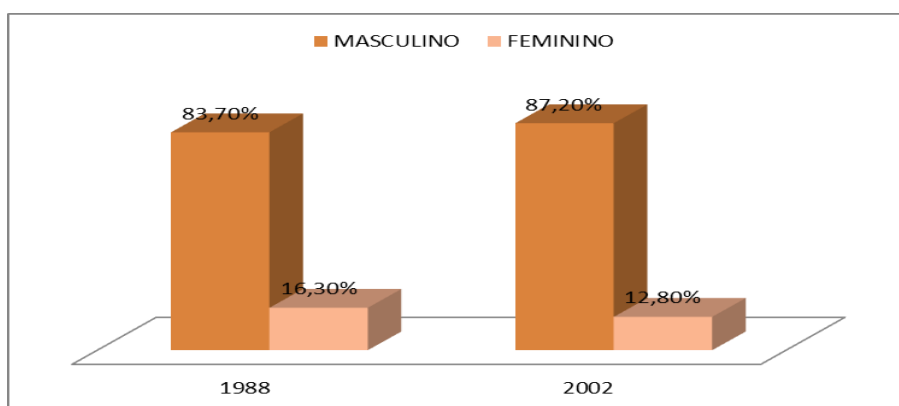
Considerando ainda os dados da América Latina e o período da pesquisa, ainda se vincula comparado aos dados deste trabalho, que essa não importância está diretamente ligada à invisibilidade do trabalho feminino e a não remuneração pelas múltiplas atividades realizadas pela mulher, ponto debatido na revisão de literatura.

Segundo conclusão a partir do estudo da Organização Internacional do Trabalho (OIT, 1997) a variação entre a distribuição do trabalho feminino é um reflexo das diversas culturas e regiões e expectativas baseadas no gênero, que condicionam o tipo de oportunidades no mercado de trabalho disponíveis e aceitáveis para as mulheres. Essa conclusão apresenta considerável relevância na explicação das diferenças relativas ao emprego agrícola para as mulheres, já que muitas trabalhadoras rurais ocupam-se dos cultivos familiares sem receber remuneração, sendo este trabalho é mais aceitável para as mulheres em algumas regiões e menos aceitável em outras.

A referência à condição de “provisão” familiar é feita pelos órgãos oficiais de pesquisa ou outras agências em termos de alguns conceitos como “chefe de família”, “pessoa de referência na família” e “pessoa responsável pelo domicílio” (D’ÁVILA, 2011).

Em nível de Brasil observa-se uma maior desigualdade de gênero, fato que apesar das intensas lutas e movimentos em prol da mulher, a realidade aponta desleais incentivos ao trabalho da mulher em relação ao trabalho masculino. No Gráfico 5 os percentuais do trabalho classificado por gênero decrescem entre o intervalo de 1988 a 2002. Fato que levanta a hipótese da mulher rural encontrar-se cada vez mais envolvida com atividades que não lhe trazem retorno financeiro.

Gráfico 5: Empregos segundo sexo na agricultura: Brasil - 1988 a 2002.



Fonte: Fundação Carlos Chagas, 2007.

Bruschini (1994) observa que, embora as mulheres predominem, tal como os homens, entre os empregados/assalariados, entre os trabalhadores por conta própria são as mulheres que ocupam as posições mais precárias no mercado de trabalho, seja como trabalhadoras domésticas - emprego doméstico remunerado - seja como não remuneradas e como trabalhadoras para o autoconsumo. Ainda, segundo a mesma autora, a atividade onde mais predomina o serviço não remunerado é o setor agrícola, sendo que a produção para o autoconsumo na agricultura é realizada majoritariamente pelas mulheres, o que caracteriza *a priori* a invisibilidade do trabalho feminino (BRUSCHINI, 1994).

De acordo com Novaes (2007), a problemática da invisibilidade do trabalho feminino na agricultura familiar decorre da divisão sexual do trabalho e está diretamente relacionada à formação da identidade das mulheres. Ou seja, as mulheres tendem a identificar-se, centralmente, com os trabalhos domésticos, destinados a reprodução social da família, o que inclui geralmente os trabalhos com os quintais, as hortas, os cuidados com os pequenos animais, beneficiamento de alimentos e artesanatos.

A disponibilidade de trabalho feminino no Grupo 3 é a menor média registrada segundo a Tabela 8, conseqüentemente a menor UTA familiar, mesmo o grupo possuindo sua totalidade de mão de obra concentrada na família. Enquanto que o Grupo 4 destaca-se pela maior representatividade do trabalho assalariado, o que por sinal corrobora para que se concentre neste grupo o maior percentual de UTA total.

Para Schneider (1999) a presença ou não de trabalho assalariado (que depende do ciclo demográfico em que se encontra a família e das necessidades produtivas) não é o aspecto mais importante, mas sim a existência de relações familiares na propriedade. No entanto, como nessa pesquisa as relações de propriedade na família não estão sendo abordadas, será tema de aprofundamento para posteriores hipóteses de estudo.

No Estado nordestino do Ceará, especialmente, essa questão assume caráter estratégico, já que foi constatado que houve diminuição da porcentagem de mulheres vivendo em áreas rurais do interior, incluindo as amplas áreas sertanejas (IPEA, 2009). A falta de credibilidade e apoio ao trabalho desenvolvido pela mulher pode refletir diretamente nesse êxodo rural feminino, visto que quando a produção da horta passa a ser renda importante para a família, a partir do crescimento de comercialização em feiras locais, a mulher perde para o marido a autoridade e controle sobre a produção daquele setor (KRONE e MENASCHE, 2012). Esse fenômeno, por sua vez, caracteriza a falta de oportunidade e autonomia sofrida

pela mulher, naturalizando uma situação de dependência e de subordinação delas em relação ao universo masculino.

No enfoque econômico quanto ao rendimento médio por gênero constatou-se que a distância da remuneração média entre homens e mulheres vem sendo reduzida nos últimos anos no Ceará. Apesar disso, a desigualdade dos rendimentos entre ambos os sexos ainda persiste e é relativamente grande, o que poderia ser entendido como uma discriminação às mulheres no mercado de trabalho. Pois, segundo dados do IPECE (2012) dos 25,8%, os quais representam o setor agrícola, no Ceará, em 2009, o rendimento médio de um homem era de R\$647,66, o que corresponde a 27,8% a mais que o rendimento de uma mulher (R\$497,48). As mulheres assim acabam sendo duplamente discriminadas tornando-se vítimas dessa desigualdade em um setor que já sofre discriminação em relação ao contexto do país.

Ainda segundo o mesmo estudo pode-se observar que a remuneração mensal do (a) trabalhador (a) da agricultura é significativamente menor que os da indústria e de serviço. No setor Agrícola, em 2009, o rendimento médio cearense foi de R\$ 124,45, inferior ao do Nordeste, R\$178,15 e ao do Brasil R\$359,39 (IPECE, 2012).

Apesar dos rendimentos baixos no rural e mais baixos ainda no rural feminino, a taxa de participação da mulher no mercado de trabalho urbano e rural a nível nacional cresceu 10,3% entre 1996 e 2006, caracterizando-se com uma das principais transformações estruturais que esse mercado de trabalho apresentou nas últimas décadas (IPECE, 2008).

Esse comportamento é um reflexo do quadro mundial apresentado pelo posicionamento da ONU-BRASIL (2012), em que as mulheres atualmente constituem cerca de 43% da mão de obra agrícola nos países em desenvolvimento e mais de 70% da força de trabalho em algumas economias baseadas fundamentalmente na agricultura.

Além de trabalhar como agricultoras familiares e trabalhadoras assalariadas, as mulheres rurais também assumem, de maneira desproporcional, a responsabilidade do cuidado das crianças e dos idosos. Pode-se inferir *a priori*, pelas múltiplas funções que realizam o desempenhar de um papel fundamental em prol do desenvolvimento rural.

Ademais, o comportamento da renda familiar para famílias chefiadas por homens ou mulheres no Ceará no período de 1996 a 2006 segundo o IPECE (2008) evidencia que nas chefiadas por homens, a renda total apresentou sucessivas quedas até o ano de 2003 (de R\$ 668,1 a R\$ 824,5), voltando a crescer a partir de 2009. Assim mesmo, no período de 2001 a

2009, os dados da PNAD evidenciam a continuidade do aumento da proporção de famílias chefiadas por mulheres no Brasil convergindo com as tendências já apontadas anteriormente pela ONU-BRASIL (2012). O percentual nesse intervalo de tempo subiu de aproximadamente 27% para 35%, o que, em termos absolutos representa 21.933.180 famílias que identificaram como principal responsável uma mulher no ano de 2009 (IPEA, 2010). Ademais grande parte dessas famílias é composta por mulheres sem cônjuge, o que representa 17,3 % das famílias brasileiras. Nesse universo amostral, a Região Nordeste foi a que apresentou a maior proporção desse tipo de família: 19,5%.

Esse mesmo estudo mostra que um fenômeno comumente associado ao crescimento do número de famílias chefiadas por mulheres é o da feminização da pobreza, isto é, costuma-se relacionar as famílias com chefia feminina ao fato de que as mulheres possuem renda inferior à dos homens e, no caso da chefe mulher, é mais comum a ausência de um cônjuge – o que limita ainda mais as fontes de renda familiar. Finalmente, a maior parte das famílias chefiadas por mulheres é de mães com seus filhos; o que representa mais uma sobrecarga – no sentido de necessidade de recursos e de tempo – num cenário de, supostamente, maior escassez.

Tabela 10: Distribuição de Superfícies de acordo com os grupos tipificados.

GRUPOS		SC (ha)	SAU (ha)	Caatinga (ha)	ST (ha)	%Caatinga /ST	%SF/SAU	%SC/SAU	%SC/SAU + %SF/SAU
Grupo 1 n=2	X	4,11	14,61	4,60	19,21	25,44	70,06	29,94	100,00
	DP	1,26	7,62	0,85	8,47	6,79	6,99	6,99	0,00
	CV	0,31	0,52	0,18	0,44	0,27	0,10	0,23	0,00
Grupo 2 n=56	X	2,85	5,80	14,38	20,18	46,90	51,85	48,15	100,00
	DP	4,45	6,18	26,35	28,93	32,71	16,57	16,57	0,00
	CV	1,56	1,07	1,83	1,43	0,70	0,32	0,34	0,00
Grupo 3 n=3	X	3,33	10,83	25,00	35,83	48,15	65,00	35,00	100,00
	DP	2,08	8,78	39,05	46,93	42,07	8,66	8,66	0,00
	CV	0,62	0,81	1,56	1,31	0,87	0,13	0,25	0,00
Grupo 4 n=19	X	3,68	8,18	20,02	28,20	57,20	61,71	38,29	100,00
	DP	7,05	12,87	30,81	39,16	29,01	20,36	20,36	0,00
	CV	1,91	1,57	1,54	1,39	0,51	0,33	0,53	0,00

Fonte: Elaboração Própria.

A Tabela 10 retrata a realidade territorial dos grupos e a sua utilização. O Grupo 3 dispõe de maior disponibilidade de terra em hectare, nesta totalidade apresenta o maior valor representativo quanto à caatinga. No entanto, o Grupo 4 apesar de ter uma Superfície Total intermediária em relação aos demais, possui maior percentual de caatinga em sua totalidade territorial, assim entende-se este grupo como mais adaptado ao semiárido, haja vista que o mesmo é composto de 19 UPAFs enquanto que o G3 dispõe de apenas 3 UPAFs.

Segundo Sousa *et al.*, (2010) o semiárido nordestino apresenta grande parte do meio ambiente degradado. A fragilidade de seu ecossistema não se deve apenas à escassez de chuvas e à insuficiência de recursos hídricos, mas também à ação predatória dos seres humanos. Diante desse problema, os autores colocam que a produção das mulheres da caatinga também passou a ser regida pela consciência da sustentabilidade ambiental, de forma que o manejo dos recursos naturais possa garantir emprego e renda para gerações futuras sem depreciar o meio ambiente.

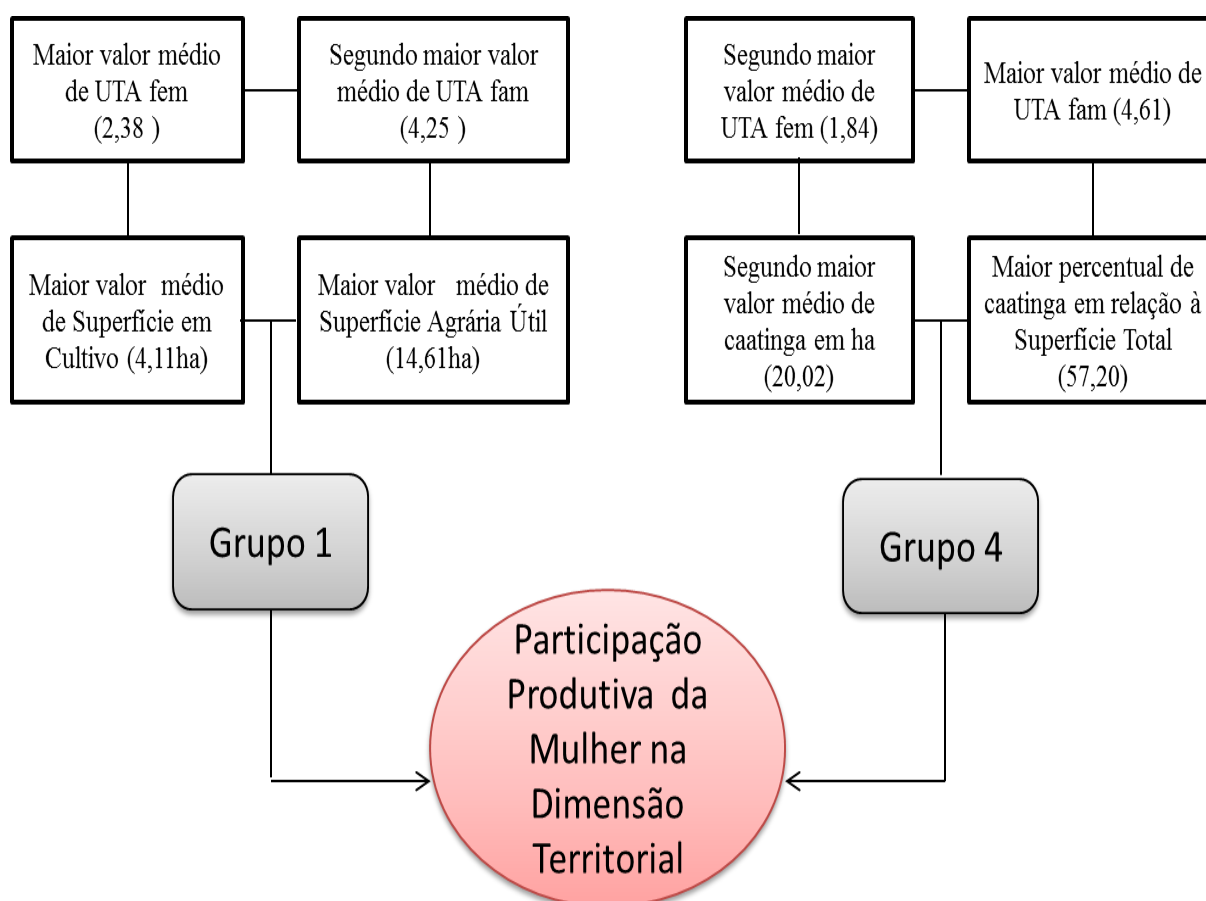
Inúmeras iniciativas mostram a caatinga sendo utilizada por ser um bioma com diversidade quanto à flora e fauna. Documentário filmado em dezembro de 2006, “As Fulô do Sertão: As Mulheres da Caatinga Fazendo Eco negócios” foi um dos resultados do Projeto Conservação e Uso Sustentável da Caatinga (GEF Caatinga) do Ministério do Meio Ambiente com apoio do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). O vídeo de 36 minutos mostra a experiência em quatro comunidades do semiárido nordestino, com base em iniciativas femininas e coletivizadas.

O documentário enfoca a capacidade das mulheres sertanejas em manejar o uso sustentável dos recursos naturais na produção e na comercialização de diferentes produtos desenvolvidos com apoio do associativismo em três estados da região Nordeste – Ceará, Pernambuco e Bahia (GOMES *et al.*, 2009). No presente estudo aspectos de manejo ecológico por parte das mulheres não foram observados. Assim sendo, aprofundamentos posteriores serão necessários.

Como já foi colocado anteriormente a Superfície Agrária Útil no Grupo 1 tem maior representatividade atingindo o maior percentual em relação à Superfície Total. Considera-se, sobretudo que neste espaço de ampla produção, há uma considerável atuação da mulher, pois este grupo possui o maior valor de UTA feminina, segundo dados da Tabela 8.

Sousa *et al.*, (2010) reforçam afirmando que o aumento da renda familiar, provocado pela venda direta de produtos ecologicamente corretos a clientes nacionais e internacionais, bem como à liderança feminina nestas atividades vêm aumentando a identificação da comunidade com o território, o que, por sua vez, pode contribuir para diminuição do êxodo rural, conforme relato das mulheres das comunidades de Sítio de Macaúba e Conceição das Creoulas: “se não existisse o coco do babaçu, essas famílias com certeza estariam existindo no êxodo rural, porque estariam indo para outras localidades buscar melhoria de vida” (GOMES *et al.*, 2009).

Figura 5: Representação esquemática da participação da mulher frente às maiores expressividades territoriais.



Fonte: Elaboração Própria.

O esquema acima (Figura 5) apresenta uma notória participação feminina nos dois grupos que apresentam expressivos valores nas distintas classificações territoriais. De modo que, verifica-se a facilidade feminina de produção nos diversos ambientes, incluindo sua adaptação em biomas como a caatinga.

Ao cotejar dados das Tabelas 8 e 11, verifica-se que os grupos com maior significância de participação familiar nos modos produtivos das UPAFs, apresentam a efetiva atuação feminina em maiores valores, ou seja, quanto maior a presença da família na produção mais se observa a ativa e valorosa produção feminina.

Tabela 11: Produções em valores absolutos de acordo com os grupos tipificados.

GRUPOS		Prod. peq. ruminantes (R\$)	Produção grand. ruminantes (R\$)	Produção não ruminantes (R\$)	Produção ** ruminantes (R\$)	Produção vegetal (R\$)	Prod. Horta e Pomar (R\$)	Produção de aves (R\$)	Outras *** prod. (R\$)	Reemprego e autoconsumo (R\$)	Produção Final (PF) (R\$)
Grupo 1 n=2	X	4.662,16	0,00	430,00	4.662,16	47.616,39	0,00	0,00	0,00	4.286,25	52.708,55
	DP	4.437,58	0,00	28,28	4.437,58	59.862,55	0,00	0,00	0,00	3.653,13	64.271,84
	CV	0,95	0,00	0,07	0,95	1,26	0,00	0,00	0,00	0,85	1,22
Grupo 2 n=56	X	347,47	59,64	72,93	417,03	7.110,15	614,29	18,93	132,86	1.504,96	8.366,18
	DP	538,13	164,37	209,87	597,90	10.113,79	3.301,32	81,32	994,21	1.174,74	12.146,16
	CV	1,55	2,76	2,88	1,43	1,42	5,37	4,30	7,48	0,78	1,45
Grupo 3 n=3	X	280,00	0,00	0,00	280,00	37.108,69	0,00	0,00	0,00	2.461,04	37.388,69
	DP	301,99	0,00	0,00	301,99	11.265,16	0,00	0,00	0,00	1.026,89	11.506,65
	CV	1,08	0,00	0,00	1,08	0,30	0,00	0,00	0,00	0,42	0,31
Grupo 4 n=19	X	1.244,09	517,76	74,32	1.809,78	4.759,94	2.670,03	0,00	11,37	4.358,07	9.325,44
	DP	1.819,34	906,92	118,01	2.049,81	5.287,90	8.612,54	0,00	49,55	4.935,09	14.522,64
	CV	1,46	1,75	1,59	1,13	1,11	3,23	0,00	4,36	1,13	1,56

Fonte: Elaboração Própria. (** aqui estão inclusas peles, queijo e esterco *** mel, mamão, doces e compotas).

Tabela 12: Orientação Produtiva e Reemprego e Autoconsumo de acordo com os grupos tipificados.

GRUPOS		Prod. Peq. Rumin% PF	Prod. Grandes Rumin% PF	Prod. Não Ruminantes% PF	Produção Veg% PF	Outras produções% PF	Reemprego e Autoconsumo% PF
Grupo 1 n=2	X	14,47	0,00	3,31	82,22	0,00	8,13
	DP	9,22	0,00	4,09	13,31	0,00	5,68
	CV	0,64	0,00	1,24	0,16	0,00	69,90
Grupo 2 n=56	X	10,58	0,81	4,52	83,72	0,37	17,99
	DP	18,76	2,57	17,44	24,44	2,78	9,67
	CV	1,77	3,17	3,86	0,29	7,48	53,77
Grupo 3 n=3	X	0,64	0,00	0,00	99,36	0,00	6,58
	DP	0,69	0,00	0,00	0,69	0,00	8,92
	CV	1,08	0,00	0,00	0,01	0,00	135,58
Grupo 4 n=19	X	18,61	11,95	1,88	67,14	0,43	46,73
	DP	18,57	23,66	2,98	28,13	1,86	33,98
	CV	1,00	1,98	1,58	0,42	4,36	72,72

Fonte: Elaboração Própria.

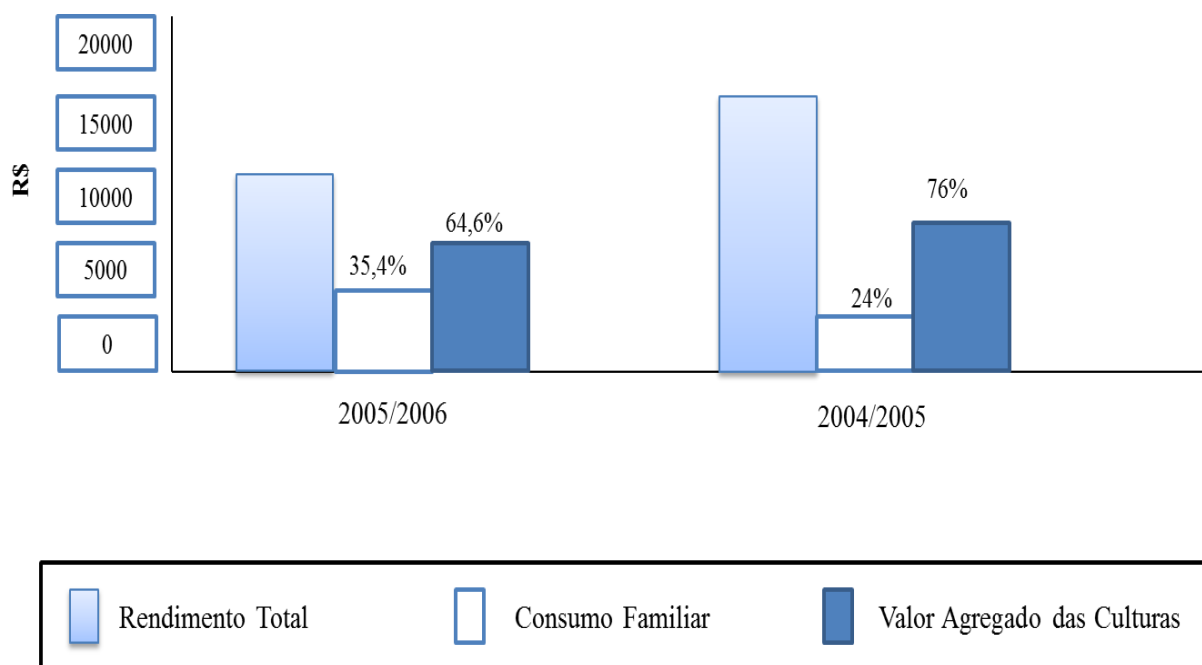
Já nas Tabelas 11 e 12, as variáveis expressam informações acerca dos valores absolutos das produções e respectivos percentuais em função da Produção Final. Os destaques econômicos em produção são evidenciados nos Grupos 1 e 3, cujo modo produtivo mais rentável é Produção Vegetal, sendo praticamente exclusividade produtiva do Grupo 3 por corresponder 99,36% da Produção Final. Porém no Grupo 1, mesmo com valores intermediários, a Produção de Ruminantes, incluindo a comercialização de peles, queijo e esterco, colabora para a potencialidade produtiva do mesmo.

Outro ponto a ser tratado com relevância é o reemprego e autoconsumo, cujo maior valor aplicado é evidenciado no Grupo 4 (Tabela 12). De acordo com o Deser (2003/2004), um dos elementos estratégicos do desenvolvimento sustentável da agricultura está na produção para o consumo interno. Assim, a renda total de uma propriedade não advém, apenas, da renda monetária, mas também da renda não monetária, oriunda da contabilização da produção destinada para o consumo interno. Desta forma, a produção destinada para o autoconsumo torna-se uma renda, principalmente porque diminui as despesas com a manutenção alimentar e de saúde, garantindo qualidade de vida e a própria segurança alimentar. No estudo realizado com Propriedades Familiares do Centro-Sul do Paraná, composto por vinte e quatro agricultores familiares situados nos municípios de Porto Vitória, União da Vitória em São Mateus do Sul e Rio Azul, foram expostas como resultados as condições de sustentabilidade dentro da Agricultura Familiar vinculadas à produção destinada para o autoconsumo. Essa forma de produção permite a reprodução da família dentro do espaço agrícola, garantindo, assim, a sua segurança alimentar (AHRENS *et al.*, 2007).

No mesmo estudo ao analisar os rendimentos dos produtores da Rede observou-se (Figura 5) que o rendimento total médio das propriedades diminuiu, passando de R\$17.883,00 na safra 2004/2005 para R\$ 12.711,00 na safra de 2005/2006. Nota-se que na safra 2004/2005 a renda monetária representava 76% do rendimento total das propriedades. Já, na safra seguinte esse percentual caiu para 64,6%, resultado visível dos problemas climáticos que a agricultura sofreu nesta última safra.

Quanto à renda não monetária, os autores observaram que ela praticamente permaneceu com o mesmo montante, passando de R\$ 4.291,00 para R\$ 4.498,00. Essa estabilidade quanto ao consumo sinaliza a garantia da reprodução familiar no curto prazo, mesmo quando a agricultura atravessa crises diversas (AHRENS *et al.*, 2007).

Gráfico 6: Composição do Rendimento Total dos agricultores da Rede – Safras (2004/05 e 2005/06).



Fonte: IAPAR, 2007.

No estudo com as famílias do Baixo Trici – Ceará, seus resultados de autoprodução ao serem confrontados com a referida pesquisa do Sul do Paraná, verificou-se certa divergência, visto que três grupos (G1, G2 e G3) reempregam menos que 20% da Produção Final, valor abaixo das famílias paraenses. No entanto, o G4 utiliza quase 50% de sua Produção final, valor bem acima dos apontados no Gráfico 6 e coerente com o valor médio mais modesto alcançado no Agregado Bruto e Líquido. Isso evidencia a extrema importância do autoconsumo para as famílias com vulnerabilidade econômica maior.

Heredia (1979), ao estudar pequenos produtores da Zona da Mata do Estado de Pernambuco, em 1972, chama esta produção de consumo direto de “economia de subsistência”, mostrando que tanto o produto para venda como para consumo direto possuem um “caráter de alternância”, porque o mesmo produto pode ser consumido ou vendido, sendo que esta venda pode se modificar conforme o preço de cada produto, ou seja, se o preço de um produto baixou em um determinado ano, opta-se por vender outro produto, deixando aquele de baixo preço para o consumo de família. Apesar de que no presente estudo a especificidade da alternância não foi abordada, assume-se que a mesma está presente

principalmente no G4 devido ao alto valor de Produção Final direcionado para autoconsumo e reemprego.

Woortmann (1978) já evidenciou a mais de 30 anos que a produção diversificada é uma estratégia que dá segurança às famílias rurais, uma vez que assim o (a) agricultor (a) não produz o que o mercado quer, mas sim o que ele (ela) necessita para suprir primeiramente a necessidade alimentar da família, para depois atender ao mercado.

Tabela 13: Valores econômicos globais e rentabilidades da terra e do fator trabalho de acordo com os grupos tipificados.

GRUPOS		VAB(1) anual (R\$)	VAL (2) anual (R\$)	VAL/SAU (R\$)/ha	VAL/ST (R\$)/ha	VAB (1)/UTA Total anual (R\$)/UTA
Grupo 1 n=2	X	50.821,85	47.943,48	20.186,73	11.280,82	12.123,64
	DP	64.559,35	64.342,40	121.325,20	181.987,80	16.241,42
	CV	1,27	1,34	6,01	16,13	1,34
Grupo 2 n=56	X	6.355,28	4.740,85	3.414,63	1.250,83	1.126,31
	DP	10.111,00	10.183,46	13.705,36	5.422,59	2.521,49
	CV	1,59	2,15	4,01	4,34	2,24
Grupo 3 n=3	X	36.858,93	35.592,09	106.776,26	22.479,21	22.953,75
	DP	11.144,94	10.749,61	18.618,87	20.655,78	1.717,23
	CV	0,30	0,30	0,17	0,92	0,07
Grupo 4 n=19	X	4.080,61	1.611,25	874,68	349,87	179,44
	DP	7.987,24	8.151,72	9.074,19	6.445,68	1.876,43
	CV	1,96	5,06	10,37	18,42	10,46

Fonte: Elaboração Própria.

Tabela 14: Composição de Gastos de acordo com os grupos tipificados.

GRUPOS		Gastos totais (Variá. + Fixos) sem mão de obra familiar (R\$)	% Subtotal 1 Gastos Variáveis (%)	% Subtotal 2 Gastos Fixos (%)
Grupo 1 n=2	X	4.765,07	39,55	60,45
	DP	70,56	5,45	5,45
	CV	0,01	0,14	0,09
Grupo 2 n=56	X	2.982,93	40,96	59,04
	DP	3.858,87	24,53	24,53
	CV	1,29	0,60	0,42
Grupo 3 n=3	X	1.796,61	25,77	74,23
	DP	764,77	14,86	14,86
	CV	0,43	0,58	0,20
Grupo 4 n=19	X	5.001,18	40,86	59,14
	DP	5.421,43	24,91	24,91
	CV	1,08	0,61	0,42

1 - (sem trabalho familiar) 2 - (VAB - gastos fixos)

Fonte: Elaboração Própria.

Ao associar as informações econômicas das Tabelas 13 e 14, os valores calculados do VAB e VAL com maior representatividade concentram-se no Grupo 1, no entanto, mesmo conseguindo um maior retorno financeiro, os gastos desse grupo, fixos e totais, são consideravelmente altos. Em contrapartida, o Grupo 4, com os menores valores em VAB e VAL, não equilibram seus gastos atingindo o maior valor em custos variáveis e fixos.

Tabela 15: Intensificação do Capital de acordo com os grupos tipificados.

GRUPOS		Prod. Peq. Rumin./	Prod. Peq. Rumin./	Prod. Grande Rumin./	Prod. Grande Rumin./	Produção Rumin.*/	Produção de Rumin./	Produção Rumin./	Produção Aves/	Outras Produções **/
		UTA Total (R\$/UTA)	UTA fem (R\$/UTA)	UTA Total (\$/UTA)	UTA fem (R\$/UTA)	UTA TOTAL(R\$/UTA)	UTA assal (R\$/UTA)	UTA fem (R\$/UTA)	UTA fem (R\$/UTA)	UTA fem (R\$/UTA)
Grupo 1 n=2	X	1.144,37	2.227,15	0,00	0,00	1.144,37	0,00	2.227,15	0,00	0,00
	DP	1.139,33	2.365,77	0,00	0,00	1.139,33	0,00	2.365,77	0,00	0,00
	CV	1,00	1,06	0,00	0,00	1,00	0,00	1,06	0,00	0,00
Grupo 2 n=56	X	95,18	305,47	14,97	53,01	112,96	753,34	366,37	22,43	75,92
	DP	139,37	574,66	44,32	158,29	149,26	702,51	621,60	98,73	568,12
	CV	1,46	1,88	2,96	2,99	1,32	0,93	1,70	4,40	7,48
Grupo 3 n=3	X	145,71	200,00	0,00	0,00	145,71	0,00	200,00	0,00	0,00
	DP	150,18	346,41	0,00	0,00	150,18	0,00	346,41	0,00	0,00
	CV	1,03	1,73	0,00	0,00	1,03	0,00	1,73	0,00	0,00
Grupo 4 n=19	X	255,23	1.129,85	112,21	463,01	378,61	2.292,39	1.635,99	0,00	11,37
	DP	345,57	2.175,85	173,93	867,26	381,67	1.986,90	2.408,82	0,00	49,55
	CV	1,35	1,93	1,55	1,87	1,01	0,87	1,47	0,00	4,36

GRUPOS		Produção Não Rumin./	Produção Não Rumin./	Prod. Veg/UTA ass.	Prod Veg/UTA fam.	Produção Vegetal/	Prod. Horta e Pomar/	Produção de Suínos/	Produção de Ativ. Administrativas***/
		UTA total (R\$/UTA)	UTA fem. (R\$/UTA)	(R\$/UTA)	(R\$/UTA)	UTA total (R\$/UTA)	UTA fem. (R\$/UTA)	UTA fem (R\$/UTA)	UTA fem. (R\$/UTA)
Grupo 1 n=2	X	101,25	184,32	0,00	11.203,86	11.830,66	0,00	9.384,38	164,87
	DP	1,77	29,25	0,00	169.316,86	15.069,49	0,00	6.951,74	36,81
	CV	0,02	0,16	0,00	15,11	1,27	0,00	0,74	0,22
Grupo 2 n=56	X	23,64	60,22	12.844,14	2.196,79	1.827,52	846,73	612,21	266,50
	DP	74,57	185,82	11.883,37	7.309,30	2.421,27	4398,55	1.055,45	152,21
	CV	3,15	3,09	0,93	3,33	1,32	5,19	1,72	0,57
Grupo 3 n=3	X	0,00	0,00	0,00	23.437,07	23.613,36	0,00	0,00	127,27
	DP	0,00	0,00	0,00	21.646,43	1.693,08	0,00	0,00	220,43
	CV	0,00	0,00	0,00	0,92	0,07	0,00	0,00	1,73
Grupo 4 n=19	X	17,72	46,78	6.029,26	1.247,43	914,96	2877,86	1.552,94	271,63
	DP	28,47	73,19	5.125,61	3.683,00	883,05	8898,36	3.381,37	133,99
	CV	1,61	1,56	0,85	2,95	0,97	3,09	2,18	0,49

Fonte:Elaboração Própria.

(* leite, queijo e esterco ** mamão,compotas, doces e mel *** salário mínimo vigente em 2008 – R\$381,00 por UTA)

Tabela 16: Produtividade e Rentabilidade do Trabalho Feminino de acordo com os grupos tipificados.

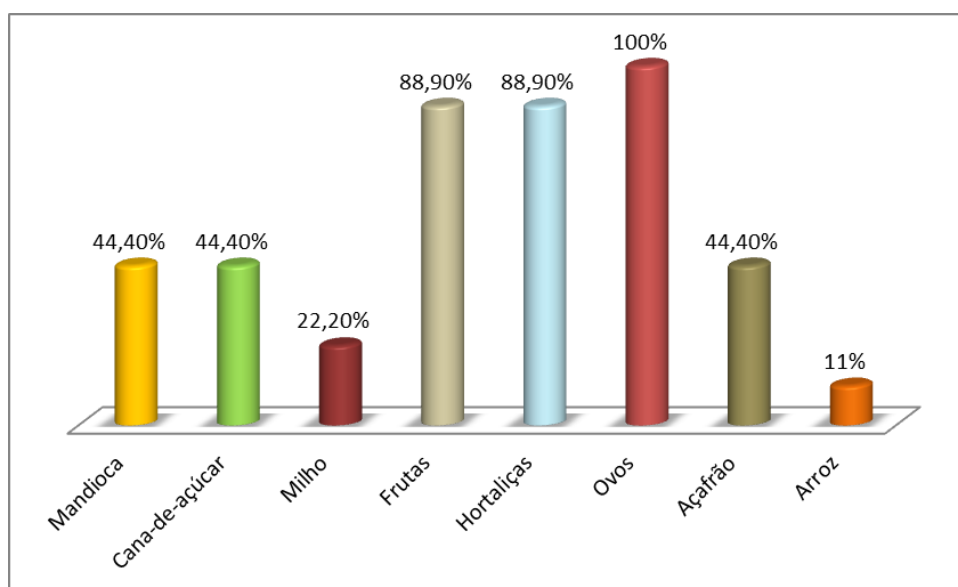
GRUPOS		UTA fem/UA aves (UTA/UA)	UTA fem/UA suínos (UTA/UA)	UTA fem/ UA rumin.(UTA/UA)	UTA fem/ Prod. Hort. Pom.(UTA/R\$)	UTA fem/ Outras Produções (UTA/R\$)
Grupo 1 n=2	X	0,89	0,41	0,31	0,00	0,00
	DP	1,26	0,46	0,29	0,00	0,00
	CV	1,41	1,11	0,92	0,00	0,00
Grupo 2 n=56	X	0,95	0,63	1,31	0,00000164	0,01
	DP	1,66	1,03	1,96	0,00	0,00
	CV	1,75	1,64	1,49	5,37	0,07
Grupo 3 n=3	X	1,32	0,00	0,02	0,0	0,00
	DP	2,29	0,00	0,04	0,00	0,00
	CV	1,73	0,00	1,73	0,00	0,00
Grupo 4 n=19	X	4,18	2,41	0,63	0,00182	0,16
	DP	4,75	2,50	1,10	0,01	0,02
	CV	1,14	1,04	1,75	4,29	0,11

Fonte: Elaboração Própria.

A Disponibilidade do Trabalho Feminino é bastante evidenciada em diversas atividades e manejos produtivos. No entanto, algumas das produções proporcionam maior visibilidade ao trabalho da mulher por serem atividades específicas daquela em todo o seu processo. A exemplo tem-se a Produção de Aves, atividade produzida no entorno da casa com maior destaque no Grupo 4, como se evidencia na Tabela 16.

Do mesmo modo, o trabalho realizado em Rancharia, Campo Alegre de Goiás (GO), com o propósito de analisar o papel das mulheres agricultoras dessa comunidade, verificou que a participação familiar é intensamente apoiada pela contribuição da mulher. Nessa comunidade, a produção voltada para o autoconsumo é, geralmente, de responsabilidade feminina, outro fato que demonstra a importância do trabalho das mesmas. Além da ajuda nas mais diversas atividades, a mulher tem participação exclusiva no cultivo das galinhas e produção de ovos (MESQUITA e MENDES, 2012).

Gráfico 7: Produtos cultivados pelas famílias entrevistadas. Comunidade Rancharia, Campo Alegre de Goiás (GO) – 2011.



Fonte: Mesquita, 2011.

Assim como nas comunidades cearenses estudadas, em Goiás, a Comunidade Rancharia também demonstra a importância da Agricultura Familiar, por meio de sua diversidade produtiva e a garantia do sustento da família, ao destinar uma considerável parte de sua produção para o autoconsumo (Gráfico 7).

Na Tabela 15 verifica-se esta diversidade e os destaques produtivos em cada grupo por Unidade de Trabalho Anual. No G1, os maiores valores apontam para a Produção de Ruminantes e Não-ruminantes, o G2 desponta com a Produção de Aves, e Outras Produções, a Produção Vegetal principalmente com a mão de obra familiar contempla em destaque o Grupo 3 e por fim o G4 superando os demais com a Produção de Horta e Pomar em relação à UTA feminina.

Os quatro grupos estudados se diferenciam principalmente pela distribuição territorial na Superfície Total (ST). É certo que possuem similaridades, como por exemplo, o quantitativo em hectares da ST, cuja média dos grupos corresponde a 25,83 ha, uma área considerada intermediária, visto que segundo Ferreira (2007) estabelecimentos rurais familiares situados na Zona da Mata de Minas Gerais possuem em média apenas 15 ha. No Ceará a média em hectares da Agricultura Familiar é levemente inferior: 10,2 ha (IBGE, 2009). Assim cada grupo apresenta um potencial produtivo vinculado, seja à Superfície de Cultivo (SC), Superfície Agrária Útil (SAU) e à Caatinga.

Observa-se pelos dados que uma das fortes características da Agricultura Familiar é o aproveitamento do espaço por meio de sua diversidade produtiva. Essa questão também é abordada por Maluf (2004), pois a diversificação que é proporcionada pela agricultura familiar vai se apresentar como um importante amortecedor das tensões exógenas às propriedades, o que refletirá na redução dos efeitos perversos provocados pelos insucessos de safra, oscilações de mercados e às rupturas dos compromissos de aquisição dos produtos por complexos agroindustriais.

O mesmo autor afirma que nas regiões onde as formas de ocupação do território se dão a partir da predominância da agricultura especializada de grande escala, a conformação dos circuitos regionais de produção, distribuição e consumo ficam geralmente atrofiados, dependendo fundamentalmente de bens externos ao território. Isso só muda nos espaços onde a maior parte das unidades de produção é formada por famílias agricultoras que produzem de forma diversificada, fomentando assim as relações de produção e comércio dentro dos mercados locais (MALUF, 2004).

Portanto, a atividade de beneficiamento da produção com fins de comercialização traz uma maior autonomia às famílias agricultoras, o que “lhes possibilita criar espaços de manobra para se contrapor ao regime sociotécnico prevalecente na agricultura modernizada e à gramática da globalização, criando formas de inserção diferenciadas aos circuitos mercantis,

que não colocam em risco a reprodução do grupo familiar” (WESZ JUNIOR *et al.*, 2008, p.12)

Logo, apesar da pouca literatura a respeito da participação da mulher rural no contexto produtivo econômico, esta pesquisa evidencia no Ceará, a relevância desta mão de obra, a qual não proporciona êxito apenas economicamente, mas tem como principal objetivo a manutenção da melhor e mais digna forma de convívio social, a família.

De acordo com a Figura 2 pode-se verificar as interpolações entre os grupos e confrontá-las com o posicionamento de outros autores em diferentes regiões do país e do mundo. O G1 e G3 possuem maior área de SAU e respectivamente maior produção anual, sendo suas rentabilidades oriundas da produção vegetal. Os dois grupos assemelham-se quanto à mão-de-obra utilizada, pois não possuem UTA assalariada, porém divergem quanto à distribuição e participação da mulher como atuante na produção. Enquanto que o G1 apresenta maior diversidade produtiva e maior participação feminina, até por concentrar maior UTA feminina dos quatro, o G3 possui menor quantitativo referente a UTA feminina e as atividades concentram-se na figura do trabalhador familiar masculino.

Nas palavras de Balsadi (2002), os empregos rurais não-agrícolas se mostram uma forma de inserção de milhares de mulheres sem remuneração residente no campo. Em sua pesquisa feita nos bairros Rurais do Município de Presidente Prudente - SP, essas atividades desempenhadas pelas mulheres agregam em média 52% das atividades totais realizadas.

Corroborando com esta visão da mulher como provedora de muitas atividades produtivas, Mior (2005) adverte que “não é somente na comercialização que a importância da mulher agricultora ganha relevo, pois a esfera da produção da Agricultura Familiar também reserva um lugar extremamente importante para sua ação”. Isso porque, a tradição artesanal na confecção de produtos por parte da mulher marca em muitos casos o ponto de partida para a ampliação da atividade em termos de escala e rearranjo do trabalho na propriedade (NASCIMENTO NETO, 2005).

Os Grupos 2 e 4 possuem área territorial intermediária referente a ST assim como valores intermediários em relação à mão de obra feminina. Respectivamente, os dois apresentam valores relevantes quanto à produção de aves, hortas e trabalhos administrativos. Esse fato mostra que a importância do trabalho da mulher nessas UPAFs não está relacionada à disponibilidade de grandes dimensões territoriais, tal como já foi previamente apresentado.

Essa característica é reforçada, por Silva (2009), quando enfatiza que no campo, a divisão sexual do trabalho também se estrutura entre o que é realizado no âmbito da casa e no roçado. Dessa forma historicamente muitas das atividades produtivas realizadas pelas mulheres são consideradas extensão do trabalho doméstico e permite inferir que as produtividades das superfícies laboradas por mulheres são em áreas de pequenas dimensões, portanto, esse trabalho corrobora Silva (2009).

O trabalho feminino nestes grupos também se destaca na produção de doces, compotas e produção de mel, atividades laboradas no interior ou entorno da casa. A atividade chega a render uma média por UPAF de R\$132,66 no G2, valor significativo considerado o ganho total de uma família nas múltiplas atividades produtivas realizadas.

Um estudo realizado em Minas Gerais converge com o presente, pois apresenta que a mão de obra feminina assume papel importante em propriedades de economia familiar, sendo utilizada em aproximadamente um terço dos estabelecimentos. As esposas executam trabalhos relacionados à ordenha dos animais, fabricação de derivados, como queijo e doces de leite, no trato dos animais, lida com bezerros e limpeza dos utensílios (SEBRAE, 1996).

O G2 e G4 possuem outra similaridade que é a utilização da mão de obra assalariada, onde a mesma corresponde 14,5% da UTA total no grupo 2 e 17% no grupo 4. Assim, no total de UPAFs estudadas a mão de obra assalariada é empregada em 87% dos estabelecimentos, percentual também apresentado de forma proporcional por Ferreira (2007), pois em pesquisa feita com 50 Unidades de Produção Agrária Familiares situadas em Minas Gerais, a mão de obra assalariada é empregada em 72% dos estabelecimentos, principalmente para a limpeza dos pastos, plantio ou colheita de culturas, produção de silagem e construções de cercas. Coincidentemente, neste trabalho a mão de obra assalariada nestes grupos, com maior destaque no G2, está dedicada principalmente à Produção Vegetal, reforçando as atividades de plantio e colheita como afirmaram os autores.

No Oeste Catarinense 130 UPAFs estudadas geravam 1.040 postos de trabalho diretos (sendo que 650 eram ocupados pelos próprios agricultores), obtendo uma remuneração média de mais de R\$ 300,00 por mês em 2001. Nesse contexto, a média de mão de obra detida diretamente superou as 8 pessoas por unidade. No Rio Grande do Sul, a média de postos de trabalho por agricultura chegou a 4,72 UTAs, sendo que 3,51 pertenciam ao próprio núcleo familiar e 1,21 eram trabalhadores contratados (OLIVEIRA *et al.*, 2002). Outro estudo que congregou os estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, mostrou que de 76

UPAFs analisadas, 52% utilizavam somente mão de obra familiar, enquanto as demais conciliavam trabalhadores do grupo doméstico e contratados de fora da propriedade (RAUPP, 2005). Portanto, corporativamente a esse trabalho, há certa convergência com o majoritário trabalho familiar na produção total, visto que nos Grupos 1 e 3 há totalidade da família em todas as atividades e nos demais grupos a participação da família supera os 80% em disponibilidade de trabalho.

A mão de obra feminina em função da produção de suínos é destaque nos grupos G1 e G4, apontando os maiores valores nos quatro grupos, respectivamente (R\$ 9.384,38 e R\$1.552,94), o que mostra a possibilidade da mulher rural obter um retorno financeiro por meio de uma prática produtiva bem desenvolvida e bem aceita no mercado. Esta evidência reforça a viabilização do trabalho da mulher como setor reconhecido e remunerado, um processo que vem se estendendo por várias realidades do país, apontado pelo recente relatório da ONU Mulheres.

O mesmo vislumbra um avanço positivo, mesmo que caracterizado ainda como baixo, pois expressa uma diminuição de 10 pontos percentuais em relação às mulheres rurais sem rendimentos, no período de 2003 a 2009, cuja diferença se expressa de 52% para 42%. O mesmo estudo, ao analisar dados do IBGE, ainda aponta uma tendência de melhoria na renda das mulheres visto que se reflete um aumento daquelas com rendimento até dois salários mínimos, cujo acréscimo entre os índices é de aproximadamente 3% (OCDE, 2005).

A interpretação que associa os grupos G2 e G3 vincula-se à produção de pequenos ruminantes, pois dos quatro grupos, os dois citados apresentam os menores valores segundo dados da Tabela 11 (R\$347,47 e R\$280,00 respectivamente). Como de acordo com a Tabela 18 as atividades com ovinos e caprinos é realizada em sua maioria pelo marido, infere-se que a participação feminina nessa última atividade não aparece como espectro dominante nos G2 e G3. Logo, entende-se que esse tipo de manejo vinculado à mão de obra feminina tem maior rentabilidade, ideia respaldada pelos valores correspondentes ao mesmo manejo nos Grupos 1 e 4 e que possuem maior UTA fem. e conseqüentemente maiores valores em relação à Produção de Pequenos Ruminantes.

Verifica-se, portanto, que o manejo com suínos tem maior retorno quando é executado pela mulher e como já foi citada, esta é uma das atividades na qual a mulher também articula os filhos e filhas para realizar este trabalho de forma coletiva ou cooperativa. A exemplo e de acordo com Oliveira (2000), no município de Frederico Westphalen – RS, houve a união de

duas agricultoras familiares para trabalhar em sistema integrado na criação de suínos, onde, cada trabalhadora era responsável pela alimentação dos mesmos, limpeza do chiqueiro, registro de informações, tais como quantidade de ração usada em cada horário durante uma semana.

Segundo o relatório do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento sobre Cooperativismo de Gênero (2009), hoje, por influência de estudos sabe-se que as mulheres brasileiras são muito mais que coadjuvantes: elas não apenas ajudam, mas são responsáveis por parte considerável da produção, sobretudo na agricultura familiar. Ademais, muitas mulheres têm despontado como líderes importantes no modo agropecuário brasileiro e os empreendimentos conduzidos por mulheres são aqueles que têm maior sobrevivência e menor taxa de desaparecimento ao longo dos anos.

No Ceará, o “rosto da mulher rural” adquire grande expressividade como imagem da sertaneja cearense, ilustrando dados do IBGE do Censo Agropecuário de 2006, e que conforme tabela do Banco de Dados Agregados (SIDRA), respondem por 32% da força de trabalho ocupada na agricultura familiar (IBGE, 2006).

Para as mulheres sertanejas que residem na comunidade Palmeirinha no Crato a realidade não é diferente da estudada no restante do Ceará. Muitas delas se dividem entre as atividades no campo, os afazeres domésticos e às vezes desenvolvem outras atividades pluriativas para complementar a renda familiar. Apesar de serem força de trabalho ativa, elas compartilham condições similares às vividas pelas agricultoras familiares de outras regiões do país, ocupando “uma posição subalterna e seu trabalho geralmente aparece como ajuda”, mesmo quando elas trabalham tanto quanto os homens, ou exercem as mesmas atividades que eles” (BRUMER, 2004).

Na Comunidade Palmeirinha, o trabalho feminino está ocupado na maior parte do tempo chuvoso com a agricultura de subsistência (arroz, milho, feijão, amendoim e fava), com a pecuária (circunscrita à criação de animais de pequeno e médio porte) e com a pluriatividade (prestação de trabalho como diaristas), ou seja, a agricultura familiar praticada na localidade é majoritariamente periférica, como ocorre em vários pontos do semiárido nordestino (FLORO, 2012). Assim, esse trabalho converge quanto ao entendimento de que o trabalho feminino agrega a agricultura de subsistência, bem como a diversidade produtiva no entorno da casa além das atividades domésticas.

No contexto rural a produção é composta por várias etapas e processos até chegar ao destino final. Em determinados segmentos, a produção é específica à figura do trabalhador rural, dividindo-se apenas em unidade de trabalho masculina familiar ou assalariada. No entanto, em outras atividades, o domínio da produção é exclusividade da mulher, bem como se observa também a complementariedade feminina em muitas outras atividades consideradas de cunho masculino. Assim, faz-se necessária a observação em cada grupo, nos mais distintos modos produtivos, da associação de cada atividade à sua respectiva mão de obra. Esta análise, tal como foi colocado na metodologia, utiliza o recurso da identificação do espectro dominante, ou seja, observa-se a incidência predominante existente entre as variáveis qualitativas referentes ao modo estrutural, familiar e de produção associadas ao tipo de mão de obra aplicada.

Gressler (2004) aponta a importância e a validade da pesquisa qualitativa, demonstrando que sua aplicação valida e intensifica o estudo. A autora incentiva a complementariedade dos métodos qualitativos e quantitativos, ressaltando que os estudos, ao utilizarem concomitantemente os dois métodos, promovem maiores esclarecimentos ao todo da análise.

A Tabela 17 apresenta aspectos qualitativos importantes no contexto familiar das UPAFs, demonstrando, segundo o espectro dominante, que a maioria das famílias possui filhos (as) em idade escolar, ressaltando assim uma característica da família rural: um número maior de filhos (as) com idades próximas. Outro ponto importante é o contingente relativo ao Grupo 2 (56 UPAFs) no qual a fase familiar é composta por filhos (as) maiores de 16 anos. Esta característica, apesar de não analisada nesse trabalho, converge para a temática do êxodo rural, fato comum nas famílias rurais, onde a maioria dos jovens, filhos (as) de agricultores, não mais se encontra no seio familiar, pois até antes de atingirem a maioridade procuram os grandes centros em busca de emprego.

Segundo Carvalho e Evangelista (2001), dentre as características que estimulam o êxodo, cabe destacar a juventude, a pobreza e o fato de não possuírem terra. Menciona-se também que aqueles indivíduos jovens com escolaridade mais elevada, no meio rural, são mais propensos à migração, por terem mais chance de conseguir um emprego urbano.

Tabela 17: Fase Familiar e Contribuição Masculina nas atividades domésticas das UPAFs de acordo com os grupos tipificados.

		GRUPO 1	GRUPO 2	GRUPO 3	GRUPO 4
		Exp. Dom.	Exp. Dom.	Exp. Dom.	Exp. Dom.
Formação familiar das UPAFs		2	3	2	3
a) casal jovem sem filhos(as)	0				
b) família com filhos pequenos (idade pré-escolar ou o mais jovem com menos de 6 anos)	1				
c) família com filhos em idade escolar (o mais jovem com menos de 16 anos)	2				
d) família com filhos maiores de 16 anos	3				
Participação do marido nas atividades domésticas		3	3	2	2
a) não	1				
b) raramente	2				
c) sim sempre	3				

Fonte: Elaboração Própria.

De acordo com outra abordagem, o êxodo resulta da conjugação de fatores não econômicos e econômicos (modelo da “renda esperada” ou Modelo de Todaro), tais como: o desejo de libertar-se das restrições tradicionais impostas pelas organizações sociais; o clima, os desastres meteorológicos, inundações e secas; o crescimento da população rural; a existência de familiares que já migraram e atração exercida pelas cidades; o impacto modernizador do rádio e da televisão, etc. Todo esse conjunto integra os fatores não econômicos (RAVENSTEIN, 1985).

Tabela 18: Espectro dominante do fator trabalho quanto à atividade produtiva realizada de acordo com os grupos tipificados.

	Grupo 1	Grupo 2	Grupo 3	Grupo 4
TRABALHO COM ROÇADO	6	6	2	6
Trabalho com Animais				
	Grupo 1	Grupo 2	Grupo 3	Grupo 4
CAPRINOS	3	2	2	6
OVINOS	3	7	2	7
BOVINOS	7	7	2	2
AVES DOMÉSTICAS	4	1	2	1
SUÍNOS	1	1	6	1
HORTA	5	7	2	1
ATIV. ADMINISTRATIVAS	5	5	2	4

1- Mulher/ 2- Marido/ 3- Filho e filha/ 4- Mulher e Filha/ 5- Mulher e Marido/ 6- Marido e Mulher/ 7- Ativ. Inexistente

Fonte: Elaboração Própria.

Nos quatro grupos verifica-se a intensa participação feminina nas diversas atividades da produção rural, através do espectro dominante que evidencia a participação dos diferentes membros familiares na maioria das UPAFs, conforme a Tabela 18. O Grupo 1 possui maior participação da estrutura familiar envolvendo os filhos e filhas em várias atividades como manejo com caprinos, ovinos e aves domésticas. Comparando esses dados com a tabela

anterior, neste mesmo grupo, os filhos e filhas ainda estão fazendo parte do âmbito rural por estarem em idade escolar.

Ademais, este mesmo grupo apresenta integração nas atividades desenvolvidas, ou seja, a participação da mulher em atividades tradicionalmente masculinas e a ajuda do marido reciprocamente em atividades domésticas, característica também encontrada no Grupo 2. Em contrapartida, o Grupo 3 pouco apresenta a mulher como atuante nas atividades e o mesmo traz a maior extensão de terra, o que caracteriza menor variedade produtiva e, como apontado anteriormente, a rentabilidade deste grupo é oriunda da produção vegetal.

No entanto, ainda no referido grupo, a produção no entorno da casa restringe-se em sua maioria ao consumo da família, de modo que passa a não ser contabilizada como atividade produtiva e tão pouco reconhecida como fruto da mão de obra feminina, apesar de contribuir para a autoprodução e reemprego.

O Grupo 4 apresenta intensa participação feminina nas diversas atividades, a mulher é responsável por atividades realizadas no entorno da casa como horta, trabalho com aves domésticas e o manejo com suínos. Nesse grupo também se observa uma peculiaridade, visto que o espectro dominante para realização das atividades administrativas corresponde à mulher e a filha.

Vidal (2011a) ao estudar a estrutura do trabalho feminino nas mesmas comunidades rurais, identificou a diversidade do trabalho agropecuário feminino, particularmente na alocação predominante dessa força de trabalho para produção de carne e ovos de aves e carne de suínos, hortícolas e frutas e em trabalhos administrativos da unidade familiar de produção rural, conforme Tabela 19.

A pesquisa de Vidal (2011a) é corroborada por com esse trabalho quando apresenta a figura da mulher como de intensa participação econômica. Ou seja, as características estruturais do trabalho da mulher possuem impacto econômico na dinâmica rural dessa parte do semiárido brasileiro. Na Tabela 19, o trabalho da filha também é evidenciado ao lado da mãe, mostrando que desde muito cedo a mulher já colabora com o sustento da família, além das atividades domésticas as quais não são contabilizadas e tão pouco remuneradas.

Segundo a Tabela 18 a presença da filha auxiliando a mãe é denotada na Produção de Aves, até pelo fato de se compreender esse fenômeno como uma extensão das atividades domésticas no âmbito rural. Já na pesquisa de Vidal (2011a), (Tabela 19) esta parceria

também é identificada na Produção de Horta e Pomar, cuja atividade é explicada pelo fato de que no período de colheita toda a família é mobilizada em prol da produção, incluindo a(s) filha(s).

Ainda a respeito da formação familiar para execução das tarefas e apresentando uma relação complementar a este trabalho, em 25 propriedades localizadas no Oeste catarinense, entre pequenas (n=03), médias (n=11) e grandes (n=11), 84% são mulheres envolvidas no processo de ordenha dos animais, além de todos os afazeres domésticos. Em 40% das propriedades a ordenha é realizada exclusivamente pelas mulheres. Já, em 32% dessas propriedades as mulheres recebem ajuda dos filhos e filhas, e em 12% recebem ajuda dos maridos. Os homens são responsáveis pela ordenha em 16% das propriedades (SILVESTRO, 1995). Portanto, assim como no nordeste, no sul do país a mulher está diretamente relacionada com múltiplas atividades agregadas à rotina diária dos afazeres domésticos.

Tabela 19: Participação feminina com responsabilidades de manejo com aves, suínos e horta-pomar de acordo com os grupos tipificados.

	Grupos						
	G1	G7	G3	G4	G5	G6	G7
Mulheres (%)	2,67	4	5,33	8	4	56	20
Atividade*							
Aves							
Mulher	100	33	100	100	0	74	47
Mulher + parentes	0	67	0	0	33	26	53
Família	0	0	0	0	67	0	0
Total (%)	100	100	100	100	100	100	100
Suínos							
Mulher	0	0	50	50	0	29	33
Mulher + marido	0	0	0	0	33	29	33
Marido	0	67	25	0	0	10	7
Família	100	33	25	17	67	12	13
Ausente	0	0	0	33	0	21	13
Total (%)	100	100	100	100	100	100	100
Horta e Pomar							
Mulher	0	0	75	17	67	12	20
Mulher + filhas	0	0	0	17	0	0	0
Mulher + marido	0	0	0	33	0	5	20
Família	0	67	25	33	33	5	47
Ausente	100	33	0	0	0	79	13
Total (%)	100	100	100	100	100	100	100

*p<0,0001.

Fonte: Vidal, 2011 a.

A divisão das tarefas pode ser explicada pelo tipo de atividade, porém já foi apresentado pelos dados desta pesquisa que a mulher não deixa de trabalhar menos, pelo fato de ser mulher, de forma contrária, os dados apontam a que ela acumula múltiplas funções e manejos agregados ao trabalho do lar, tarefa em sua maioria, exclusividade feminina.

Silva (2009) aborda de maneira conservadora divisão do trabalho por membro da família voltada para atividades rurais através de estudos realizados em estabelecimentos de São João – PR, que tal divisão está relacionada à força física (Tabela 20). Dessa maneira os homens são responsáveis pelos trabalhos mais pesados; em contrapartida as mulheres realizam dupla jornada de trabalho (SILVA, 2009).

Tabela 20: Divisão do trabalho por membro da família voltada para atividades rurais em São João, PR.

Atividades	Lavoura	Pecuária	Serviços domésticos
HOMEM	plantar, esparramar adubo, passar veneno	tirar leite, fazer silagem, ordenhar as vacas	—
MULHER	quebrar milho carpir, cuidar do pomar, quebrar milho	tirar leite, limpar os equipamentos, ordenhar as vacas,	cuidar da casa, da roupa, da comida, dos filhos
CRIANÇAS (F)	—	—	cuidar da casa, dos irmãos
CRIANÇAS (M)	colher vassoura (1 único caso)	manter limpa a sala de ordenha, ajudar a cortar a pastagem	—
IDOSOS (F)	—	—	cozinhar, ficar com os netos
IDOSOS (M)	cuidar do quintal		

Fonte: Silva, 2009.

O mesmo autor afirma que a mão de obra feminina assume papel importante em propriedades de economia familiar (Tabela 21). A jornada de trabalho é comparada e da mesma forma como apontam os estudos realizados com as comunidades no Baixo Trici no Ceará, em São João – PR, as mulheres dedicam-se a uma jornada tão intensa quanto a do homem.

Tabela 21: Jornada de trabalho na atividade leiteira – São João, PR.

Jornada de trabalho (horas/dia)			
Homem	Mulher	Crianças	Jovens
3h	2,30 h	2h	3h

Fonte: Silva, 2008.

Assim como já foi evidenciado nas Tabelas 19 e 20, em território brasileiro, na África, especificamente em Moçambique, o gênero feminino desempenha um papel fundamental no trabalho familiar e da agricultura. A divisão de trabalho entre gênero masculino e gênero

feminino encontrada nas comunidades mostra uma maior carga do trabalho para a mulher moçambicana (Tabela 22).

Para reforçar as capacidades de produção nas famílias, muitos homens recorrem à poligamia. Neste esquema as esposas se convertem em empregadas de uma “empresa” agrícola familiar chefiada pelo marido. A tradição fomenta esta situação do gênero feminino como “empregada” na família do marido e serve como justificativa pelos homens que o gênero feminino deveria trabalhar mais (TESTA, 1996).

Assim, este trabalho diverge desta compreensão histórica e culturalmente preconceituosa sobre a forma de se apreender o gênero feminino em condições de desigualdade política, econômica e social, pois apresenta fortes evidências sobre a intensa e efetiva participação econômica produtiva daquela e sua importância para o desenvolvimento das comunidades sob estudo.

No entanto, de forma geral, com a demanda de jornada do trabalho intensificada as mulheres encontram mais dificuldade para reservar um tempo para si, pois consideram o tempo apertado para a realização de todas as atividades diárias. Sales *et al.*, (2009) em estudos sobre Felicidade Interna Bruta (FIB) em cidades brasileiras de porte médio apontam que com a inserção da mulher no mercado de trabalho, seu tempo tornou-se mais escasso e, conseqüentemente, estaria com dificuldades para se dedicar a atividades profissionais e pessoais de forma equilibrada. Os homens, por sua vez, por se dedicarem, em sua maioria, apenas às atividades laborais (não tendo a necessidade de cuidar de afazeres domésticos, por exemplo), conseguem estabelecer uma distribuição mais equitativa do seu tempo.

Tabela 22: Atividades diárias de mulher e homem em comunidades rurais em Moçambique.

Hora	Tarefas	
	Mulheres	Homens
4 - 5 horas	Acordar e levantar	Somente em manica os homens também levantam nesta hora. Nas outras regiões dormem.
5 - 6 horas	Limpeza da casa e quintal,	Em Mancia vão imediatamente com os bois à machamba.
6 - 7 horas	Busca de água, preparar mata-bicho, acordar crianças e marido	Em Manica vão imediatamente com os bois à machamba. Nas outras regiões dormem até a hora de mata-bicho.
7 - 8 horas	Preparar crianças para escola, ir a machamba (junto com marido), no caso de Manica a mulher leva o mata-bicho para o marido na machamba. Muitas vezes a mulher carrega as ferramentas.	Ir a machamba (junto com a esposa)
8 - 9 horas	Trabalhar na machamba *	Trabalhar na machamba
9 - 10 horas		
10 - 11 horas		
11 - 12 horas	Voltar a casa para preparar almoço, buscar lenha, etc	Voltar a casa e repousa esperando ao almoço Em alguns casos o homem fica mais tempo na machamba
12 - 13 horas	Almoço	Almoço
13 - 14 horas	Depois depende: volta na machamba ou horta (perto da casa) ou faz trabalhos de processamento (farinha etc) de cultivos e outros trabalhos da casa (i.e lavar roupa). Dependendo do trabalho fica até 17 horas ou volta mais cedo para fazer outros trabalhos buscar lenha, etc	Depois repousa
14 - 15 horas		Volta na machamba.
15 - 16 horas		Dependente do trabalho fica até 17 horas ou volta mais cedo para fazer outros trabalhos ou repousar ou fazer visitas aos amigos, ir a assembleias etc.
16 - 17 horas		
17 - 18 horas	Buscar água, preparar banho para o marido, as crianças e ela. Preparar comida	Repousa ou outros trabalhos
18 - 19 horas	Jantar Limpeza e lavar pratos	Jantar Repousar
19 - 20 horas	Planejar junto com o marido os trabalhos do próximo dia	Planejar junto com o esposa os trabalhos do próximo dia
20 - 4 horas	Dormir	Dormir

* *Machamba* = terreno agrícola para produção familiar; terreno de cultivo;

Fonte: Stahl, 2009.

Considerando que no semiárido nordestino, especificamente no Baixo Trici, o período de seca é longo e castigante e por mais que se caracterizem duas estações no ano, o *inverno* que acontece entre os meses de janeiro a junho, como estação chuvosa, é o período do cultivo agrícola. Por sua vez, o *verão* que é a estação seca, estende-se de julho a dezembro. Assim, as duas estações existem numa relação interdependente e, deste modo, a capacidade da Agricultura Familiar "de lidar" com a baixa umidade relativa do ar e baixa precipitação pluviométrica dos meses de verão depende muito da qualidade da estação chuvosa. Porém, o clima semiárido do Nordeste é cronicamente irregular, principalmente em relação à distribuição volumétrica, temporal e espacial da precipitação pluviométrica durante o popularmente denominado *inverno* (IPECE, 2006).

Para famílias que sobrevivem da agricultura de subsistência, a colheita reduzida resulta na redução substancial das provisões alimentares disponíveis durante o ano vindouro. Do mesmo modo, a perda de safra não somente gera dívidas (como aquelas dos gastos pela safra perdida), mas também significa que as famílias agricultoras não conseguem pagar qualquer crédito já pendente (SILVA, 2006).

Nesse período de extrema pobreza, a mulher rural entendida como gênero feminino apresenta-se como uma das maiores provedoras do lar, pois de acordo com esse trabalho os alimentos que garantem em maior proporção o sustento da família (Tabela 23), retornando como autoconsumo, são justamente os produtos cuja responsabilidade produtiva em maior escala é feminina (Tabela 15 e 16). Ainda na Tabela 23 se observa a correspondência dos alimentos que caracterizam o espectro dominante em relação ao que majoritariamente retorna da produção em prol da alimentação familiar.

De acordo com Fischer (1996), no período de escassez de chuvas, as necessidades aumentam e comprometem a própria sobrevivência da família sertaneja nordestina, especialmente no que se refere ao suprimento alimentar. Ao atingir tal estágio, a necessidade adquire a conotação de fome, que, amenizada pela rede de solidariedade entre os iguais, é novamente considerada pela família rural do Sertão nordestino como necessidade básica.

Nessa luta pela sobrevivência, a figura da mulher rural entendida como gênero feminino cresce como principal referência na luta pela subsistência da família. De acordo com a Tabela 23, a maioria dos alimentos que retornam à mesa da família é oriunda dos modos produtivos realizados pelo gênero feminino, muitos deles produzidos no entorno da casa, como já foi mencionado previamente. Na Tabela 11 verifica-se que o grupo que garante maior

valor em autoconsumo e reemprego é o G4, correspondendo 0,43% da Produção final (Tabela 12) grupo este detentor de maior evidência do trabalho feminino como espectro dominante em suas atividades produtivas (Tabela 18).

Tabela 23: Espectro dominante dos alimentos que retornam à família como autoconsumo e reemprego de acordo com os grupos tipificados.

Grupo 1	legumes,verduras, galinha e ovos
Grupo 2	legumes,verduras, galinha e ovos
Grupo 3	legumes, frutas, ovos, leite de vaca e conservas
Grupo 4	legumes, frutas, galinha, ovelha, ovos e leite de vaca

Fonte: Elaboração Própria.

Uma peculiaridade que une os Grupos 1 e 4 é presença de reemprego e autoconsumo, no entanto, essa característica impacta em diferentes proporções. A discrepância nas proporções apresentadas na Tabela 12 aponta o fato de que apesar dos dois grupos apresentarem os valores absolutos mais altos de reemprego (Tabela 11), no G1 essa variável corresponde apenas a 8,13% da produção final, enquanto que o G4 reemprega e dedica ao autoconsumo da família 46,72% da produção final, garantindo a segurança alimentar e a sustentabilidade da mesma. Mano (2003) reforça essa questão do reemprego quando enfatiza que no sul do Brasil, famílias produtoras desenvolvem além da pecuária do leite, a criação de suínos, de frango, produção de ovos e outras almejando retorno financeiro. No entanto, outras atividades como o cultivo de hortas, pomares, criação de galinhas, suínos e peixes não têm fins lucrativos e sim o intuito de melhorar a dieta da família e garantir o autoconsumo da mesma.

Já ao nível de Nordeste, a alimentação balanceada com proteínas e vitaminas que, segundo Castro (1980), constituía o principal do consumo da família sertaneja, como queijo, manteiga, carne de boi, carneiro, cabrito, que fazia do sertanejo “um forte”, na expressão de Euclides da Cunha, já não exista visto que muitos produtos industrializados substituíram a transformação caseira como, por exemplo, a banha natural trocada pelo óleo de soja industrializado.

A produção para autoconsumo compreende todo o tipo de produção, bens, ferramentas de trabalho ou outros produtos que são gerados no interior da unidade familiar e utilizados pelos seus membros para suprir as suas necessidades (GAZOLLA, 2004; SCHNEIDER *et al.*, 2005). Acredita-se que o autoconsumo é a esfera da unidade doméstica que vai dar a base e o lastro para que haja a diversificação das estratégias de vivência na agricultura familiar.

É com uma produção para autoconsumo fortalecida internamente na unidade de produção que, a UPAF poderá lançar-se a outras atividades e à obtenção de outras fontes de renda. Sem a produção para autoconsumo fortalecida, não se geram as condições objetivas e materiais para se fazer frente a um processo de diversificação das fontes de renda e das atividades produtivas. Dessa forma, o que aconteceria poderia ser uma desagregação da unidade doméstica frente a uma crise ou choque, como por exemplo, o grupo doméstico incidir em situações de insegurança alimentar devido a não produzir os seus próprios alimentos (GAZOLLA, 2004).

Leite (2004) denomina “salário indireto”, o processo que consiste em adicionar à renda não monetária das famílias, receitas advindas de tíquetes refeição, passes de ônibus e outros benefícios. Neste sentido, o autoconsumo alimentar pode ser definido como aquela parcela da produção animal, vegetal ou transformação caseira, que foi produzida pelos membros de uma família e que é utilizada na alimentação do grupo doméstico correspondente às suas necessidades.

Essa discussão considerando a região Nordeste e especificamente o contexto do sertão cearense aponta o autoconsumo na forma alimentar muito intensamente, principalmente como modo de precaução e sobrevivência em períodos escassos, consequentes das recorrentes secas. Segundo Fischer (1996) durante o período da seca, na administração cotidiana do alimento principalmente, a mulher rural, entendida como gênero feminino além de calcular a quantidade de gêneros alimentícios que deve ser consumida diariamente na unidade familiar, muitas vezes, delimita também o alimento de cada membro durante a refeição. Geralmente, cabe a ela distribuir “pratos feitos” entre os familiares, para que todos sejam contemplados equitativamente. Nessa distribuição, os indivíduos, principalmente a dona de casa, não ingerem a quantidade que seu apetite intenciona, mas, diante da limitação do alimento, o que for possível. Vale, ainda, salientar que no processo de distribuição da refeição, são estabelecidas prioridades que contemplam as crianças e o marido. Caso os pequenos não

fiquem relativamente satisfeitos, alguém, que geralmente é a mulher, entendida como gênero feminino, doa a refeição que lhe cabe.

Dados revelam que nas atividades de autoconsumo as mulheres continuam sendo maioria: sua participação passou de 41% em 1993, para 46,6% em 2006 (PNAD IBGE, 2006). Daí a importância do gênero feminino para a subsistência da família frente às dificuldades. Trabalhos como os de Menasche (2007), Ramos (2007), Leite (2004) e Gazolla (2004) são alguns exemplos de que a contribuição da produção para autoconsumo na segurança alimentar, minimização da pobreza rural possuem interfaces com a capacidade de distribuição e sociabilidade intrínsecas ao gênero feminino e a identidade social da Agricultura Familiar.

No entanto, essas atitudes por passarem então a ser caracterizadas como próprias da mulher segundo Machado e Shefler (2007) demonstram-se em várias pesquisas com uma conotação valorativa negativa quando referidas como “trabalho de mulher”. Isso se dá pelo fato das tarefas por elas desenvolvidas não se expressarem em relações monetárias, assim são facilmente desqualificadas e esquecidas, tornando-se invisíveis. Grande parte do trabalho desenvolvido pelas mulheres está excluída da esfera da troca e não é remunerado, sobretudo porque seu trabalho é visto como uma dimensão da “maternagem”, como doação, dádiva ou dom.

A expressão dádiva compreende segundo Menasche (2007) a doação em si e os significados em que está envolta. E quando se fala de alimentos e agricultura, é especialmente dádiva o trabalho, o esforço e o saber-fazer, de quem plantou, colheu e/ou preparou a comida. São faces do sistema contratual da dádiva, das prestações e contraprestações que são associadas também à honra e ao prestígio. Pois a obrigação de dar é que garante a honra e o prestígio; a obrigação de receber mantém e reproduz a hierarquia, já que a aceitação de uma dádiva cria comprometimento; a obrigação de retribuir garante a permanência do vínculo, o pertencimento: aí se reiteram os laços, constituem-se as alianças (MENASCHE, 2007).

Entende-se também que dom ou dádiva trata-se de algo inerente à pessoa, algo que na maioria das vezes não é repassado ou ensinado e sim manifestado. O dom, portanto pode ser compreendido como da própria natureza da pessoa e falando-se da mulher torna-se naturalmente intuitivo. Um forte argumento para essa peculiaridade sendo atribuída à mulher

é a forma “natural” da mãe com os cuidados com a criança e, por isso, a mais adequada; uma vez que só a mulher é capaz de gestar.

Fisher e Melo (1996) confirmam essa ideia quando expressam que a mulher rural no período de estiagem dificilmente sabe distinguir tecnicamente proteínas de vitaminas e tampouco entende o significado dos sais minerais, porém, sabe dosar, no preparo do alimento, quantidade e qualidade na junção dos nutrientes, de forma que se existir produção de feijão, milho, arroz, ovos, leite, carne (mesmo que eventualmente) e algumas verduras, a família terá a alimentação relativamente equilibrada devido à vivência da mulher rural, tanto com a combinação de alimentos quanto com a escassez e limitação na diversificação de produtos alimentares.

Romanelli (2006) chama atenção para uma característica que é observada na maioria das sociedades em relação à alimentação, a posição fundamental ocupada pelas mulheres por uma série de motivos: elas controlam se não o orçamento doméstico, pelo menos as compras de alimentos, seu processamento, socializam os filhos para aceitá-los e distribuem a comida entre os componentes da família. As mulheres são mediadoras entre universos nos quais predominam regras alimentares diversificadas e podem ser agentes transformadores de hábitos alimentares (ROMANELLI 2006).

Estudos deixam evidente que um dos elementos com os quais as mulheres contribuem para a UPAF é repassado de geração em geração. Isso demonstra que as mulheres mesmo possuindo menos recursos próprios, demonstram um esforço de organização coletiva e de capacidade de articulação para estabelecer relações de parceria com as organizações que realizam essas doações, sejam no âmbito familiar ou a vizinhança e parentes (BUTTO e DANTAS, 2011).

Gazolla (2004) também afirma que o autoconsumo gera sociabilidade e caracteriza-se como trocas de produtos ou animais entre vizinhas, parentes e “comadres”, como no caso da troca de ovos de galinhas caipiras entre as mulheres, existindo razões “práticas” e simbólicas no processo de troca. No plano prático e produtivo a troca é para “misturar as raças” das galinhas que já estão muito “afinadas de sangue”. No plano simbólico constitui a forma de se fazer uma “visita”, de saber dos últimos acontecimentos, ou mesmo, para se conversar sobre a vida. Se é o pai quem ensina aos filhos homens a socialização no processo produtivo, é a mulher e esposa quem socializa as filhas na esfera da casa e do consumo doméstico.

A produção para o autoconsumo é de fato um importante instrumento para a promoção da sociabilidade. Como observado por alguns autores Menasche (2007), Ramos (2007), Cândido (2001) e Brandão (1981), igualmente nos universos sociais de muitas pesquisas, os alimentos estão presentes em muitos momentos da vida social, como em encontros, festas e ainda parte desta produção é destinada a trocas e/ou doações para vizinhos, parentes e amigos.

Os produtos que apareceram com maior frequência entre os habitualmente trocados pelas famílias são carne de porco e derivados, como torresmo, morcela e salame; ovos de galinha; derivados de leite, como queijo, nata e manteiga (TONEZER *et al.*, 2008). Segundo Palmeira (1991), em seu estudo sobre camponeses, estas “formas de reciprocidade” alimentam a sociabilidade na comunidade. “Parentes ou não, as pessoas relacionam-se, no dia a dia, através de múltiplos fluxos de trocas...” Ou seja, esta ajuda, ou favores recíprocos garantem um compromisso de ambas às partes.

Por fim, a produção para autoconsumo na agricultura familiar torna-se essencial visto estar intimamente ligada à continuidade da reprodução social e alimentar dos membros da família rural. A produção para autoconsumo é importante para as unidades familiares à medida que propicia as principais dimensões da segurança alimentar. Nesse caso, a sua relevância reside justamente no fato de ser uma produção obtida pelo próprio trabalho da família e parte integrante da dinâmica maior de reprodução social e alimentar da mesma (GAZOLLA e SCHNEIDER, 2007).

PARTE III

Nesta última parte são feitas reflexões acerca das conclusões e dos objetivos atingidos, como também são apresentadas as considerações e sugestões de aperfeiçoamento do trabalho da mulher na microeconomia rural através da logística. Considerando novos aspectos operacionais, ao abordar toda sistemática da cadeia produtiva pode-se ter melhor aproveitamento produtivo, aperfeiçoamento das práticas comerciais e conseqüentemente maior visibilidade do trabalho feminino em prol da Agricultura Familiar.

CAPÍTULO 7: CONSIDERAÇÕES FINAIS

7.1 Principais conclusões e aspectos relevantes

Esta pesquisa teve como objetivo caracterizar o trabalho da mulher rural no perfil microeconômico da Unidade de Produção Agrária Familiar como atuante para o desenvolvimento econômico do estado do Ceará, em particular o município de Tauá.

Por meio da revisão de literatura, das análises estatísticas aplicadas aos dados originais de campo e do detalhado estudo discursivo e descritivo do conjunto de variáveis quantitativas, qualitativas e complementares:

- Observou-se nos grupos tipificados em geral que o G1 (n=2) foi considerado o grupo com maior índice de Unidade de Trabalho Familiar e Feminino com destaque da mão de obra da mulher na Produção de Pequenos Ruminantes e comercialização de seus derivados; o G2 (n=56) caracterizou-se como o de maior número de UPAFs com produção inversa à produtividade total além da multifuncionalidade da mulher em aspectos produtivos; a maior área em distribuição de superfície útil foi a forte característica apontada ao G3 (n=3) e conseqüentemente maior produção vegetal e trabalho feminino pouco evidenciado em grandes dimensões territoriais, por fim o G4 (n=19) com maior variedade produtiva e participação acentuada da mulher representando múltiplas funções em parceria com a Unidade de Trabalho assalariada e destaque feminino nas atividades administrativas.
- Observou-se que a participação feminina evidencia-se em diversos modos produtivos, sendo majoritária em alguns específicos e auxiliar em outros de domínio tradicionalmente masculino.
- Observou-se de maneira notória que o trabalho feminino necessita de reconhecimento e visibilidade, inclusive por se tratar de uma jornada de trabalho que acopla o interior da casa (como os afazeres domésticos e criação dos(as)filhos(as)) à área externa onde é responsável por manejo de determinados animais e cultivos em geral.
- Verificou-se também, como conclusão dessa pesquisa, a participação feminina nas ações organizacionais das práticas produtivas da família, visto que em

diferentes grupos a mulher responsabiliza-se por atividades administrativas seja com o auxílio do marido ou da filha. No entanto, ficou evidente que a mulher não é remunerada por inúmeras atividades realizadas, fator histórico e cultural e que não se restringe às mulheres estudadas e sim corresponde a uma realidade ao nível de Ceará, Brasil e Mundo.

Conclui-se, portanto, a necessidade de pesquisas e programas voltados ao trabalho da mulher, apesar de já se constatar movimentos importantes que têm contribuído para que se respeite, assuma e respalde a mulher enquanto agente ativo economicamente no contexto rural. Após o Governo Lula, algumas intervenções como a efetivação do PRONAF já acentuam algumas mudanças, porém, o campo de desigualdade de gênero é muito vasto, e categoricamente mais alarmante no âmbito rural.

Outro ponto importante observado por intermédio de pesquisa bibliográfica foi o desequilíbrio existente entre os investimentos feitos no agronegócio e na Agricultura Familiar.

Também se constatou a dificuldade prática de se conseguir material para comparação ou validação dos dados estudados, pois a maioria dos artigos expressa diretamente números relativos à agricultura em larga escala e de cunho industrial.

Conclui-se também que a pesquisa de técnicas específicas de apoio à Agricultura Familiar precisa ser desenvolvida com maior empenho, e que apesar de avanços nos últimos anos, uma dívida histórica se acumula e prejudica a mulher e o homem do campo. Assim mesmo os centros acadêmicos precisam incentivar com maior ênfase a pesquisa voltada ao desenvolvimento sustentável no qual a Agricultura Familiar está inserida com suas práticas, princípios e valores.

Ademais, a logística, através de planejamento logístico, estudo da cadeia de suprimento e operacionalizações que beneficiem o meio ambiente, pode ser utilizada como ferramenta que promova desenvolvimento, reduza a desigualdade de gênero e oportunize as inúmeras práticas produtivas que englobam os agentes da Agricultura Familiar, ou seja, os membros da família. Assim obter-se-ia melhor retorno financeiro, distribuição de renda e conseqüentemente, qualidade de vida.

7.2 Sugestões ao modo produtivo da mulher rural

Vários são os componentes logísticos que aperfeiçoariam as práticas produtivas da mulher rural, bem como da Agricultura Familiar uma vez aplicadas. De modo geral atendem ao Planejamento Logístico e parâmetros da logística clássica. Eles potencializariam a mão de obra feminina tanto na produção quanto na distribuição. No que se segue apresentam-se sugestões para estes dois pontos.

- Adaptação e melhoramento da estrutura de instalações – galpões para escoamento e seleção da produção, ambientes de operacionalização de embalagens e manuseio dos produtos, entre outros;
- Procedimentos para processamento da demanda com previsão no potencial produtivo;
- Desenvolvimento gradativo de recursos que agreguem valor ao produto, como por exemplo, embalagem reciclável e certificação de origem;
- Transporte (organização do serviço, nível do serviço, custo do serviço, modais de transporte, integração no transporte);
- Manutenção de estoques;
- Armazenamento e manuseio de materiais/produtos;
- Cursos e aprimoramentos por meio de técnicas específicas ao modo produtivo local.

O que se sugere, portanto, é um aperfeiçoamento de gestão interna, visto que em geral organizações de pequeno porte, inclusive de Agricultura Familiar, têm dificuldades na tomada de decisões, nos critérios de alocação de investimentos, além das restrições para a obtenção de financiamentos.

Assim, sugere-se para um estudo posterior a implantação de um modelo de planejamento e de gestão eficiente, auxiliar na produção específica da mulher rural, adaptando-o às características intrínsecas ao histórico e à realidade das UPAFs como ferramenta de promoção ao desenvolvimento sustentável aplicado aos moldes da Agricultura Familiar.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMO, L. *“Inovação Tecnológica e Segmentação por Gênero no Mercado de Trabalho”*. In GITAHY, LEDA (org.) Reestruturação productiva, trabajo y educación en América Latina. Campinas, SP-IG/UNICAMP, Buenos Aires: RED CIID-CENEP, 1994. p. 229 a 246.

ABRAMOVAY, R. *Paradigmas do capitalismo agrário em questão*. São Paulo / Rio de Janeiro / Campinas: Hucitec / Anpocs / Unicamp, 1992.

AHRENS, D. C. *et al. Auto consumo: sua relevância na sustentabilidade da agricultura familiar agroecológica*. In: Congresso Brasileiro de Agroecologia, Florianópolis, 2007.

ALMEIDA, C. C. *Caracterização técnica do sistema de produção pecuário da Micro Região do Cariri da Paraíba*. Areia, Paraíba 2004. Dissertação de Mestrado. Centro de Ciências Rurais. Universidade Federal da Paraíba, 2004.

ALVES, E.F.; SILVA, O. M.; CRUZ JUNIOR. *Impactos Econômicos do Pronaf em Territórios Rurais: Um Estudo para o Médio Jequitinhonha*. Documentos técnico-científicos, v. 40, nº3, 2009.

ANKER, R. *Gênero, mercados de trabalho o trabalho das mulheres*. Organização Internacional do Trabalho. 1983.

BALLOU, R. H. *Logística empresarial: transportes, administração de materiais e distribuição física*. São Paulo, Atlas, 1993.

BALLOU, R. H. *Gerenciamento da cadeia de suprimentos: planejamento, organização e logística empresarial*. 4. ed. Porto Alegre, 2001.

BALSADI, O. V. *Mudanças rurais e emprego no Estado de São Paulo nos anos 90*. São Paulo: Annablume, 2002.

BASTOS, M. M. de M. e ARAÚJO, P. S. (a). *Logística e desenvolvimento: complementariedade ou exclusão?* In. RIRL. Fortaleza, 2004.

BASTOS, M. M. de M. *Notas de aula da disciplina Planejamento Logístico*. Curso de Mestrado em Logística e Pesquisa Operacional. (UFC), 2009.

BASTOS, M. M. de M. *Notas de aula da disciplina Desenvolvimento Estratégico*. Curso de Mestrado em Logística e Pesquisa Operacional. (UFC), 2012.

BATALHA, M. O. *Gestão agroindustrial*. São Paulo: Atlas, 2007.

BENEVIDES, N. O perfil da mulher cacaeira: relatório referente à pesquisa realizada na região Sul da Bahia. *Caderno do CEAS*, p. 211:1-12, 2004.

BITTENCOURT, G. *Agricultura familiar e agronegócio: questões para pesquisa*. In: LIMA, D. M. de A.; WILKINSON, J. (Orgs.). *Inovações das tradições da agricultura familiar*. Brasília: CNPq, 2002.

BOWERSOX, D. J. e CLOSS, D. J. *Logistical management: the integrated supply chain process*. Singapore. McGraw-Hill, 1996.

BOWERSOX, D. J.; CLOSS, D. J. e COOPER, M. B. *Gestão da cadeia de suprimentos e logística*. 2 ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2007.

BOWERSOX, D. J.; COOPER, M. B. e CLOSS, D. J.; *Gestão Logística de Cadeias de Suprimento*. 1ª ed. Porto Alegre: Bookman, 2006.

BRANCO, A. de M. *Mulheres da Seca: luta e visibilidade numa situação de desastre*. João Pessoa/ Pb, 2000.

BRANDÃO, C. R. *Plantar, colher, comer: um estudo sobre o campesinato goiano*. Rio de Janeiro: Graal, p.181, 1981.

BRASIL. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. *Pesquisa Nacional de Amostra domiciliar*, Rio de Janeiro, v. 27, p.1-125, 2006.

BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. *Cooperativismo de gênero / Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento*. Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo – Brasília: Mapa/ACS, p. 162, 2009.

BRASIL-MDA, Ministério do Desenvolvimento Agrário. *Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural*. Brasília, 2009.

<<http://www.mda.gov.br/saf/arquivos/0878513433.pdf>> Acesso em: 10 de set. 2012.

BRITTO, E. A. e SANTOS, N. M. da S. “O semiárido baiano sob o olhar do desenvolvimento sustentável”. *Conjuntura e Planejamento*, n. 150, p. 23-29, 2006.

BRUMER, A. Gênero e agricultura: a situação da mulher na agricultura do Rio Grande do Sul. *Revista Estudos Feministas* - v.7, n.1-2. Florianópolis: UFSC, p. 205-228, 1999.

BRUNS, M. A. de T.; ABREU, A. S. O envelhecimento: encantos e desencantos da aposentadoria. *Revista ABOP*, v.1, n.1, 1997.

BRUSCHINI, C. O. Trabalho da Mulher Brasileira nas décadas recentes. *Revista Estudos Feministas*, v. 2, n. 3, out/1994.

BRUSCHINI, C. O “Gênero e trabalho no Brasil: novas conquistas ou persistência da discriminação?” (Brasil, 1985/95). In: ROCHA, Maria Isabel Baltar da (org.). Trabalho e Gênero: mudanças, permanências e desafios. Campinas: ABEP, NEPO/ UNICAMP e CEDEPLAR/UFMG/ São Paulo: Editora 34, 2000. p.13- 58.

BUAINAIN, A. M. *Recomendações para a formulação de uma política de fortalecimento da agricultura familiar no Brasil*. Campinas: Convênio FAO/INCRA, 1997.

BUAINAIN, A. M. *et al.* *Inovação tecnológica na agricultura e na agricultura familiar*. In: LIMA, D. M. de A; WILKINSON, J. (Orgs.). *Inovações das tradições da agricultura familiar*. Brasília: CNPq, 2002.

BUARQUE, C.; DORDELLY, L. E. G. e GARCIA, V. *Comportamento de Gênero nos Assentamentos da reforma Agrária – os casos de Guarani – Bom Lugar/CE e Campo*

Bonito/PR. Projeto Gênero e Reforma Agrária. Integração da Perspectiva de Gênero no Setor da Reforma Agrária. Brasília: MDA/INCRA/FAO, 2002.

BURG, C. I. e LOVATO, E. P. Agricultura Familiar, Agroecologia e Relações de Gênero. *Revista Brasileira - Agroecologia*, v.2, n.1, fev. 2007.

BURGESS, K.; SINGH, P. J. e KOROGLU, R. Supply chain management: a structured literature review and implications for future research. *International Journal of Operations; Production Management*, v. 26, n. 7, p. 703-729, 2006.

BUTTO, A.; e DANTAS, I. *Autonomia e cidadania: políticas de organização produtiva para as mulheres no meio rural*. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, p. 192, 2011.

CANDIDO, A. *Os parceiros do Rio Bonito: um estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida*. 9. ed. São Paulo: Duas Cidades. p. 376, 2001.

CAMPOS, J. N. B. “Vulnerabilidades do Semiárido às Secas”. *Planejamento e Políticas Públicas*, n. 16 (Dez), p. 261–299, 1997.

CHAYANOV, A. V. *Peasant farm organization* (1ª ed. 1925) THORNER, D.; KERBLAY, B. & SMITH, R. E. F. (orgs.), com introdução de SHANIN, T. Wisconsin, The University of Wisconsin Press, 1986.

COUGHLAN, A. T. et al. *Canais de marketing e distribuição*. 6 ed. Porto Alegre: Bookman, 2002.

DANTAS, I. A construção da economia feminista na Rede Xique Xique de Comercialização Solidária. *Revista Agriculturas*, v. 2 n. 3, 2005.

DANTAS, M. I. *Do monte à rua: cenas da festa de Nossa Senhora das Vitórias – 2002*. Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais – UFRN, Natal, 2002.

D’ÁVILA, S. M. G. O lugar do homem em famílias de mulheres provedoras - In: *Anais II Simpósio Gênero e Políticas Públicas*, Londrina, 2011.

DESER - Departamento de Estudos Socioeconômicos Rurais. *Referência de desenvolvimento da agricultura familiar da região Sul/Brasil – construção metodológica de uma matriz produtiva sustentável*. Projeto rede Brasil de agricultores gestores de referência da agricultura da região Sul do Brasil. Deser, Relatório 2003/2004.

ELIAS, D. Desigualdade e pobreza no espaço agrário cearense. *Revista de Geografia da Universidade Federal do Ceará*, Fortaleza, ano 2, n. 3, 2003.

EMBRAPA - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária. *Cultura do Algodão Herbáceo na Agricultura Familiar*, 2003. Disponível em:

<<http://sistemasdeproducao.cnptia.embrapa.br/FontesHTML/Algodao/AlgodaoAgriculturaFamiliar/importancia.htm>>. Acesso em outubro de 2013.

ESMERALDO, G. S. L. - Movimentos sociais rurais mistos; Mulheres da Via Campesina; – *As múltiplas faces da mulher rural no Brasil*. Florianópolis, 2008.

FAO - Food and Agriculture Organization. *Las mujeres se unen para mejorar la subsistencia en la India Rural*. 1995. FAO Notícias, 1997.

FAO - Food and Agricultural Organization of the United Nations. 1996-2001. *National sectoral report for Namibia - Women, agriculture and rural development*. Disponível em: <<http://www.fao.org/docrep/X0174E/x0174e00.HTM>> Acesso em: 30 de ago. 2012.

FAO. *Programa de Análise Socioeconômica de Gênero*. 2003. Disponível em: <<http://www.fao.org/sd/seaga/downloads/Pt/MacroPT.pdf>> Acesso em: 29 ago. 2012.

FERREIRA, P. A. *Potencialidades e limitações da agricultura familiar no Sul de Minas Gerais: um diagnóstico fundamentado na abordagem interpretativa*. 2007. Dissertação (Mestrado em Administração) – Universidade Federal de Lavras, Lavras, 2007.

FERREIRA, F. D. *Análise multivariada*. Ministério da Educação e do Desporto Universidade Federal de Lavras - Departamento de Ciências Exatas. Minas Gerais, 1996.

FERRELL, O. C.; HARTLINE, M. D.; SILVA, M. de C.; GALMAN, R. *Estratégias de marketing*. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2005

FIPE – Fundação Institucional de Pesquisa Econômica. *A participação da Agricultura Familiar no PIB do Ceará* – 2009. Disponível em: <<http://www.institutoagropolos.org.br>>
Acesso em: 15 abr. 2013.

FISCHER, I. R. (In: Branco – Org.) *A família rural da seca*. Recife: FUNDAJ, 1998.

FISCHER, I. R. e GEHLEN, V. *Reforma agrária: chão masculino, pão feminino*. In: Trabalho para discussão. Fundação Joaquim Nabuco: Recife, Brasil, nº 130, 2002.

FISCHER, I. R. e MELO, L. A. de M. *O trabalho feminino: efeitos da modernização agrícola*. Recife: Fundação Massangana, 1996.

FLEURY, P.; NAZARIO, P. e WANKE, P. *O papel do transporte na estratégia logística*. Rio de Janeiro: Instituto ILOS, 2000. Disponível em: <http://www.ilos.com.br/web/index.php?option=com_content&task=view&id=1107&Itemid=74> Acesso em: 15 setembro 2012.

FLORO, E. F. O trabalho feminino na agricultura familiar do cariri cearense: representações imagéticas das alunas do curso técnico em agropecuária sobre trabalho agrícola da mulher sertaneja. *Revista Vozes dos Vales da UFVJM*: Publicações Acadêmicas – MG – Brasil. n. 2 – 2012.

FRANÇA, C. G.; DEL GROSSI, M. E. e MARQUES, V. P. M. A. *O Censo Agropecuário 2006 e a Agricultura Familiar no Brasil*. Disponível em: <<http://www.mineiropt.com.br/media/uploads/destaques/arquivos/arq4b1018b266063.pdf>>
Acesso em: 19 fev. 2013.

FRANKENBERGER, T. R., STONE, M. P. e TEJADA, S.S. *Household egetable gardens in Africa: Case studies from Mauritania and Lesotho*. *Arid Lands News Letter*. N 29, Fall/Winter, 1989.

FRASER, A. S. and TINKER, I. *Developing power: how women transformed international development*. Feminist Press Ed. City University of New York. p. 340, 2004.

FREYRE, G. *Sobrados e mucambos: decadência do patriarcado rural no Brasil*. São Paulo: Nacional, 1936.

GARCIA, A. R. Jr. Terra de trabalho. *Trabalho familiar de pequenos produtores*. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1983.

GAZOLLA, M. *Agricultura familiar, segurança alimentar e políticas públicas: Uma análise a partir da produção para autoconsumo no território do Alto Uruguai/RS*. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural/UFRGS. Porto Alegre – RS, p. 287, 2004.

GOMES, A. F; SANTANA, e W. G; ARAÚJO. *Empreendedorismo Feminino: o estado-da-arte*. In: XXXIII Encontro Nacional de Pós-graduação em Administração. São Paulo/SP, 2009.

GRESSLER, L. A. *Introdução à pesquisa: projetos e relatórios*. 2ª ed. São Paulo: Edições Loyola, 2004.

GUIRALDELLI, R. Presença feminina no Mundo do Trabalho: História e Atualidade. *Revista da RETI*, Rede de Estudos do Trabalho, Ano 1, n. 1, 2007.

HARRINGTON, H. J. *Gerenciamento Total da Melhoria Contínua*. São Paulo: Macron Books do Brasil Editora, 1997.

HEREDIA, B. M. A. *A morada da vida: trabalho familiar de pequenos produtores do nordeste do Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

HEREDIA, B. M. A. *et al. O lugar da mulher em unidades domésticas camponesas*. In: AGUIAR, N. (Coord.). *Mulheres na força de trabalho na América Latina*. Petrópolis: Vozes, 1984.

IAPAR (Instituto Agrônômico do Paraná). Relatório, 2007.

IBGE – Instituto Brasileiro de Pesquisa Geográfica. Censo Agropecuário – *Agricultura Familiar, Primeiros resultados*, 2006. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>> Acesso em: 13 abr. 2013.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – Anos 2003 e 2009*.

Disponível em <<http://www.sidra.IBGE.gov.br/PNAD/PNADpb.asp?o=3&i=P>> Acesso em: 20 dez. 2012.

IBRD - International Bank of Reconstruction and Development. *Project Completion Report. Brazil. Rio Grande do Norte Rural Development Project and Sergipe Rural Development Project - Tabuleiros Sul*. Latin American and the Caribbean Regional Office. p. 46, 1975.

IEZZI, G. *et al. Fundamentos da matemática Elementar*. Trigonometria, v. 3, Atual Editora, 2004.

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. PNAD 2009. *Primeiras Análises: Investigando a chefia feminina de famílias*. Disponível em: <<http://ipea.org.br>> Acesso em: set. 2013.

IPECE - Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará. 2008. *Anuário Estatístico*. Disponível em: <<http://www.ipece.ce.gov.br>> Acesso em: 2 ago. 2012.

IPECE - Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará. 2012. *Anuário Estatístico*. Disponível em: <<http://www.ipece.ce.gov.br>> Acesso em: 2 ago. 2012.

JOLLIVET, M. *Les collectivités rurales françaises. Sociétés paysannes ou lutte de classes au village*. Paris, Armand Colin, p. 271, 1974.

JUNQUEIRA, A. H. Tendências e desafios da distribuição de produtos hortícolas no Brasil. Preços agrícolas. São Paulo, p. 5-11, maio. 1999.

KAGEYAMA, A. e BERGAMASCO, S. M. P. A estrutura da produção no campo em 1980. *Revista Perspectiva*, São Paulo, v. 12/13, p. 55- 72, 1989/90.

KEORGAT, D. *Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo*, Emilio, M e outras (org). *Trabalho e Cidadania Ativa para as Mulheres*. Coordenadoria Especial da Mulher/PMSP. São Paulo. Dez, 2003.

KRONE E. E e MENASCHE R. - Soberania e Segurança Alimentar – Comida e Trabalho: um estudo sobre relações de gênero entre famílias rurais assentadas. v. 3. *Revista Brasileira-Agroecologia*, 2012.

LAMARCHE, H. *A agricultura familiar: comparação internacional: uma realidade multiforme*. v. 1. Campinas: Ed. da UNICAMP, 1993.

LARAIA, R. de B. *Cultura: um conceito antropológico*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1986.

LEITE, S. P. *Orçamentos familiares e estratégias socioeconômicas em assentamentos rurais: apontamentos ao debate sobre multifuncionalidade da agricultura brasileira*. In: Seminário franco-brasileiro de pesquisa sobre a multifuncionalidade da agricultura. Florianópolis/SC, 23p., 2003. _____ Autoconsumo y sustentabilidad em la agricultura familiar: uma aproximación a la experiencia brasilena. In: BELIK, W. *Políticas de seguridad alimentaria y nutrición en América Latina*. Editora Hucitec: FAO-FEDEPAL, São Paulo, p. 123-181, p. 375, 2004.

LOPES, L. F. D. *Análise de componentes principais à confiabilidade de sistemas complexos*. 2001. Tese (Doutorado Engenharia de Produção) – Universidade Federal Santa Catarina, 2001.

MALUF, R. S. Mercados agroalimentares e agricultura familiar no Brasil: agregação de valor, cadeias integradas e circuitos regionais. *Revista Ensaios FEE*. v. 25, n. 1 p. 299-322, 2004.

MARQUES, M. I. M. *Agricultura e campesinato no mundo e no Brasil: um renovado desafio à reflexão teórica*. In: PAULINO, E. T. e FABRINI, J. E. (Orgs.) *Campesinato: territórios em disputa*. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

MARTÍN-GUZMÁN, M. P. *Métodos estadísticos en el análisis regional*. Estudios Regionales, v.22, p. 149-170, 1988.

MARTINS, J. de S. *Os camponeses e a política no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1981. _____.
O cativo da terra. São Paulo: Hucitec, 1990.

MATTEI, L. *Programa nacional de fortalecimento da agricultura familiar (PRONAF)*. Brasília: Ministério do Planejamento, 2005.

MENASCHE, R. *Capinar: verbo conjugado no feminino? Notas de pesquisa sobre gênero e percepções de risco na agricultura familiar*. Cuadernos de Desarrollo Rural, Bogotá, v. 53, p. 25-36, 2004.

MENASCHE R, organizadora. *A agricultura familiar à mesa: saberes e práticas da alimentação no Vale do Taquari*. Porto Alegre: UFRGS; 2007.

MENDRAS, H. *La fin des paysans*, 2. ed. Paris, Actes Sud, 1984. Rambaud, Placide. "L'apport des travailleurs de la terra à la société industrielle". *Sociologia Ruralis*, 22, p. 2:108-121, 1982.

MESQUITA, L. A. de M. e MENDES, E. P. P. *Mulheres na Agricultura Familiar: a comunidade Rancharia, Campo Alegre de Goiás (Go)*. In: *XXI Encontro Nacional de Geografia Agrária*, 2012.

MORRISON, D.F. *Multivariate statistical methods*. New York: McGraw-Hill, 2d ed., p. 307, 1976.

NASCIMENTO NETO, F. *et al. Legislação sanitária e tecnológica: um estudo de caso em agroindústria de alimento de pequeno porte no meio rural do Estado do Rio de Janeiro*. In: Congresso Internacional de Desenvolvimento Rural e Agroindústria familiar, 1º, 2005. Anais... São Luiz Gonzaga: UERGS, 2005.

NOBLE, A. Agropastoral Systems in Andes. *Agropastoral Systems Research. Westview Special Studies in Social and Economic Development*. In: McCorkle, C.M. (ed.) Plants, Animals & People, 1992.

NOGUEIRA, C. M. *A feminização no mundo do trabalho: entre a emancipação e a precarização*. Campinas: Autores Associados, 2004.

OCDE. Análise das políticas agrícolas do Brasil: destaques e recomendações de políticas. *Revista de Política Agrícola*. Ano XIV – Edição Especial, p. 5-16, 2005.

OIT - Organização Internacional do Trabalho. Conferência em Genebra - 85.^a Sessão, 1997.

OLIVEIRA, A. U. *Modo de Produção Capitalista, Agricultura e Reforma Agrária*. São Paulo: FFLCH, p. 184, 2007.

OLIVEIRA, J. A. V. de, SCHMIDT, J. A. V.; SCHMIDT, W. *Avaliação do potencial da indústria rural de pequeno porte (IRPP) em Santa Catarina*. 2^a ed. Florianópolis: CEPAGRO, 2000.

OLIVEIRA, S. L. de. *Tratado de metodologia científica*. São Paulo: Pioneira. 1997.

ONU - Organização para as Nações Unidas. 2000. *Declaração do Milênio*. Resolução aprovada pela Assembleia Geral (A/55/L.2) 55/2. Disponível em: <<http://www.un.org/spanish/millenniumgoals/ares552.html>> Acesso em: 02 set. 2012.

ONU BRASIL - Organização para as Nações Unidas no Brasil. 2012. *Participação da mulher em 70% do trabalho do Brasil*. Disponível em: <<http://www.onubrasil.org.br>> Acesso em: 05 set. 2012.

PALMEIRA, M. Política, facção e compromisso: alguns significados do voto camponês. In: *2º Encontro de Ciências Sociais do Nordeste*. Anais. Salvador, 1991.

PAULILO, M. I. S. O peso do trabalho leve. *Ciência Hoje*, n. 28, v. 5, p. 64-71, 1987.

PINSTRUP-ANDERSEN, P. e MARITO C. *Household vs. individual food consumption as indicators of the National impact of food policy*. Paper presented at the Workshop Methods of

measuring Intra-household resource allocation. Tufts University (International Food Policy Research Institute, Washington D.C.) p.32, 1984.

PNAD/IBGE - Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – *Pesquisa Nacional por Amostras de Domicílios*, vol. 27. 2006.

POMPONET, A. A importância da logística no desenvolvimento da agricultura familiar no semiárido baiano. *Conjuntura e Planejamento*, Salvador n. 153, p 16-20, fev. 2007.

PORTER, M. E. *Vantagem competitiva: criando e sustentando um desempenho superior*. Rio de Janeiro: Campus, 1990.

PORTO, M. S. G. e SIQUEIRA, D. E. “A pequena produção no Brasil: entre os conceitos teóricos e as categorias empíricas”, *Cadernos de Sociologia*, Porto Alegre, v.6, p. 76-88, 1994.

RAMOS, M.O. *A “comida da roça” ontem e hoje: um estudo etnográfico dos saberes e práticas alimentares de agricultores de Maquiné (RS)*. Porto Alegre: Série PGDR/UFRGS (dissertação de mestrado), p. 175, f. 2007.

RAUPP, A. K. *Políticas Públicas e Agroindústria de Pequeno Porte da Agricultura Familiar – considerações de experiências do Rio Grande do Sul – 2005*. Dissertação de Mestrado em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2005.

RAVENSTEIN, E. G. As leis da migração. Traduzido de RAVENSTEIN, E. G. The laws of migration. *Journal of the Statistical Society*, 47(1): 167-227. In: MOURA, H. A. (org.). Migração interna, textos selecionados: teorias e modelos de análise. Tomo 1: p. 19-88, Fortaleza: BNB, 1980.

REIS, E. *Estatística multivariada aplicada*. Lisboa, 1997.

RIBEIRO, A. I. M. *A educação feminina durante o século XIX: o Colégio Florence de Campinas 1863-1889*. 2. Ed. Campinas: Unicamp/CMU, 1996.

ROMANELLI, G. *O significado da alimentação na família: uma visão antropológica*. Medicina (Ribeirão Preto), p. 333, 2006.

RUA, M. das G. e ABRAMOVAY, M. *Companheiras de Luta ou “Coordenadoras de panelas”? As relações de gênero nos assentamentos rurais*. Brasília: UNESCO, 2000.

RUA, M. das G. e ABRAMOVAY, M. *Companheiras de luta ou coordenadoras de panelas?: as relações de gênero nos assentamentos rurais*. Brasília, Brasil, UNESCO, p.80-82, 2003.

SALES, A. P. *et al* - Felicidade Interna Bruta: aplicação e discussão no contexto de cidades de porte médio brasileiras. Revista CADE, Lavras, v. 12, n 1, 2013.

SALES, C. M. V. Mulheres Rurais: tecendo novas relações e reconhecendo direitos. *Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 15, p. 240, 2007.

SANCHEZ CARRION J. J. *Introducción a las técnicas de Análisis Multivariante aplicadas a las Ciencias Sociales*. Madrid: Centro de Investigaciones sociológicas (CIS), 1984.

SANTIAGO, A. M. dos S.; SOUZA, C. D. e SANTOS, A. M. *Empreendedorismo Social no Sertão Pernambucano: o Caso da Associação das Mulheres Rendeiras*, In RIGO, A. S. e ARAUJO, A. C. *Autogestão: Estado ou Processo? (Re) refletindo as Experiências no Vale do São Francisco*. III Encontro Nacional de Pesquisadores em Gestão Social, v.1. Juazeiro/BA e Petrolina/PE, 2009.

SANTOS, R. A. B. *CPFR — Planejamento colaborativo: em busca da redução de custos e aumento do nível de serviço nas cadeias de suprimento*. *Tecnológica*, v. 60, p. 60-66, 2000.

SANTOS, V.T. A reprodução subordinada do campesinato. *Ensaio FEE*, Porto Alegre, v.2, n.2, p.109-117, 1981.

SCHEFLER, M. de L. N. *Mulheres guardiãs da terra e da vida: um estudo de caso sobre o papel multifuncional da mulher na organização familiar - 2002*. Dissertação de Mestrado. Salvador: Departamento de Geografia. Instituto de Geociências – UFBA, 2002.

SCHNEIDER, S. *Agricultura familiar e pluriatividade*. Porto Alegre: PPGS/UFRGS, 1999. [Tese de doutorado]. _____. *A pluriatividade na agricultura familiar*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.

SCOTT, Joan W. “*Gênero: uma categoria útil de análise histórica*”. In *Educação e Realidade: Gênero e Educação*. Porto Alegre. V. 20, n.2, jul/dez 1995.

SCOTT, P., CORDEIRO R. *Agricultura Familiar e Gênero: práticas, movimentos e políticas públicas*. Recife: Editora Universitária /UFPE, 2006.

SEBRAE. Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas. *Diagnóstico da Pecuária Leiteira do Estado de Minas Gerais: Relatório de Pesquisa*. FAEMG – Belo Horizonte: SEBRAE-MG, p. 102, 1996.

SHANIN, T. *La clase incomoda*. Madrid: Alianza Editorial, 1983.

SHANIN, T. *Lições camponesas*. In: PAULINO, E. T e FABRINI, J. E. (Orgs.). *Campesinato e territórios em disputa*. 1 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

SCHNEFLER, M. de L. N e MACHADO, G. B. Renda e valor-trabalho da mulher em sistemas agroecológicos familiares no nordeste do Brasil. In: *2º Encontro da Rede de Estudos Rurais*, UFRJ, Rio de Janeiro, 2007.

SCHNEIDER S.; GAZOLLA, M. *Agricultura familiar, produção para autoconsumo e segurança alimentar*. In: BENTO CASARIL, K. B. P.; PLEIN, C. (Orgs.). *Segurança alimentar numa perspectiva multidisciplinar: contribuição ao debate brasileiro*. Editora da UNIOESTE: Francisco Beltrão-PR, p. 29-58, p. 165, 2005.

SILVA, J. G. *et al.* Tecnologia e campesinato: O caso brasileiro. *Revista de Economia Política*, São Paulo, v. 3, n. 4, out./dez., 1983.

SILVA, L. C. Cadeia Produtiva de produtos agrícolas. *Boletim Técnico*, Departamento de Engenharia Rural. Universidade Federal do Espírito Santo, Alegre, 2005.

SILVA, N. F. *Caracterização dos Grupos Produtivos de Mulheres, nos Empreendimentos da Economia Solidária* – Produto de Consultoria IICA/MDA/PPIGRE. v.2, 2009.

SILVA, R. M. A da. *Entre o Combate à Seca e a Convivência com o Semiárido: Transições paradigmáticas e sustentabilidade do desenvolvimento 2006*. Tese de doutorado, Centro 174 de Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2006.

SILVESTRO, M. *Estratégias de Reprodução da Agricultura Familiar: O Caso do Oeste Catarinense – 1995*. (Dissertação de Mestrado) Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro- Pós Graduação em Desenvolvimento Agrícola, Rio de Janeiro, 1995.

SINÉSIO, N. B. O. *Universidade da melhor idade: uma proposta salesiana para idosos*. Campo Grande: UCDB, p. 60-73, 1999.

SOARES, F. I., MELO, C. A. *A Agricultura Familiar: Uma alternativa para o desenvolvimento sustentável no município de Condado* – PB. Mossoró, 2009.

SOUSA, B. M. *Campesinato e subsunção do trabalho ao capital*, 2009. Disponível em: <<http://biblioteca.universia.net/ficha.do?id=42963001>> Acesso em: 30 mai. 2013.

SOUSA, D. G *et al.* - Trabalho de conclusão de curso apresentado ao Curso MBA Executivo Internacional FGV *Business and Management for International Professionals* — UCI. Pós-graduação lato sensu, nível de especialização. Programa FGV Management, 2006.

SOUSA, J. L.; ALMEIDA, S. L. e PAIVA, F. G. Empreendedorismo Feminino no Semiárido Nordeste: O Caso das Mulheres da Caatinga Fazendo Econegócios. In: *VI Encontro de estudos sobre empreendedorismo e gestão de pequenas empresas*. Recife/PE, 2010.

SOUZA NETO, J. G. A. e BACKER, F. B. S. 2004. *O método de análise fatorial aplicado ao estudo da exploração de pequenos ruminantes no Estado do Piauí*. Disponível em: <www.cnpat.embrapa.br> Acesso em: 30 mai. 2013.

TEIXEIRA, L.; NEVES, M. F. e SCARE, R. F. Auditoria e sistema de informação em canais de insumos do agronegócio: proposta de uma ferramenta de pesquisa. *Gestão & Produção*, v. 11, n. 3, p. 399-411, 2004.

TESTA, V. M. *et al.* *O desenvolvimento sustentável do Oeste Catarinense: (proposta para discussão)*. Florianópolis: EPAGRI – Chapecó, 1996.

TONEZER C. *Produção para autoconsumo entre agricultores familiares da comunidade de Jacarezinho – Encantado/ RS*. Rio Branco – Acre. Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural, 2008.

VEIGA, J. E. *O desenvolvimento agrícola: uma visão histórica*. São Paulo: Hucitec, 1991.

VERAS, R. P; RAMOS, L. R.; KALACHE, A. “Crescimento da população idosa no Brasil: transformações e conseqüências na sociedade”. *Revista Saúde Pública*, v. 21, n.3, p. 225- 233 1987. Disponível em:<<http://www.scielo.org/index.php>>. Acesso em: 19 nov. 2013.

VIDAL, D. de L. Mujer rural y relaciones de género en el medio semi-árido de Aragón. 1. Conceptualizando el Nicho Laboral femenino en el marco de la Teoría Sistémica. In: *Anales del II Congreso Nacional de Economía y Sociología Agraria*, Valencia, España, 1995a.

VIDAL, D. de L. Mujer rural y relaciones de género en el medio semi-árido de Aragón. 2. Análisis del trabajo femenino en la Unidad de Producción Agraria. In: *Anales del II Congreso Nacional de Economía y Sociología Agraria*, Valencia, España, 1995b.

VIDAL, D. de L. Mujer rural y relaciones de género en el medio semi-árido de Aragón. 3. La división por razones de sexo en el proceso de trabajo en la Unidad de Producción Agraria Familiar. In: *Anales del II Congreso Nacional de Economía y Sociología Agraria*, Valencia, España, 1995c.

VIDAL, D. de L. Relatório Final do Projeto de Pesquisa e Extensão Rural: *Autosustentação econômico-social de comunidades rurais através de cabras leiteiras naturalizadas em região semi-árida dos Inhamuns, Ce*. Financiado pelo CNPq (Edital CT - AGRO/CT-HIDRO/MCT/CNPq - nº 019/2005), p. 175, 2009.

VIDAL, D. de L. e ALENCAR J. V. de O. Sistemas agrários camponeses no semiárido do Ceará: composição do fator trabalho, mecanização e produtividade. In: *Anais do Fórum do Semiárido*, Universidade Estadual do Vale do Acaraú, Sobral, Ceará, Brasil, 2209.

VIDAL, D. de L. e ALENCAR J. V. de O. Diferenciação camponesa na Depressão Sertaneja Semiárida do Ceará. *Revista NERA*. Presidente Prudente, Ano 12, n. 15 p. 106-135, 2009.

VIDAL, D. de L. Fator trabalho manejo rural no semiárido nordestino, Brasil. *Archivos de Zootecnia*, v. 60, n.232, p. 1139, 2011.

VIDAL, D. de L. Diversidade tipológica do manejo rural feminino no semiárido brasileiro. *Archivos de Zootecnia*, v. 60, n.232, p.1149-1160, 2011.

WANDERLEY, M. de N. B. “A modernização sob o comando da terra; os impasses da agricultura moderna no Brasil”. *Ideias*. (*Revista do IFCH/UNICAMP*), 3, 2, 1996.

WEDIG, J. C. *Agricultoras e agricultores à mesa: um estudo sobrecampesinato e gênero a partir da antropologia da alimentação*. Porto Alegre: UFRGS, 2009. 167f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) – Programa de Pós- Graduação em Desenvolvimento Rural. Faculdade de Ciências Econômicas. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2009.

WESZ JUNIOR, V. J; TRENTIN, I. C. L e FILLIPI, E.E. *Os reflexos das agroindústrias familiares para o Desenvolvimento das Áreas Rurais do Brasil*, 2008. Disponível em: <<http://www6.ufrgs.br/pgdr/arquivos/588.pdf>> Acesso em 27 de fev. 2014.

WOORTMANN, E. F. e WOORTMANN, K. *O trabalho da terra: a lógica e a simbólica da lavoura camponesa*. Brasília: Ed. UnB, 1997.

WOORTMANN, K. Com parente não se negueia: o campesinato como ordem moral. *Anuário Antropológico*, v.87, p.11-73, 1990.

WOORTMANN, K. *Hábitos e ideologias alimentares em grupos sociais de baixa renda: relatório final*. Brasília, 1978. Disponível em: <<http://vsites.unb.br/ics/dan/Serie20empdf.pdf>>
Acesso em: 4 ago. 2012.